



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 27

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 23 de Novembro de 2005

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

A **Agenda da Reunião** foi constituída por um único ponto, a continuação da discussão das **Propostas de Decreto Legislativo Regional “Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2006”**.

Participaram no debate os Srs. Deputados Jaime Jorge (*PSD*), Lizuarte Machado (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Hélder Silva (*PS*), Nuno Tomé (*PS*), José Fernando Gomes (*PSD*), José Gaspar Lima (*PS*), António Toste (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), José Ávila (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), António Pedro Costa (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Ana Isabel Moniz (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Maria José Duarte

(PSD), Rogério Veiros (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Duarte Ponte*) e dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

O Sr. Secretário da Mesa vai proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes **Pereira**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Fernando Dinis **Gomes**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os projectos e acções da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Ciência inserem-se no eixo destinado a qualificar os recursos humanos, potenciando a sociedade do conhecimento.

Toda a actividade da Secretaria está inserida no âmbito desses dois grandes objectivos: qualificar os recursos humanos, isto é, valorizar o capital humano nos Açores, preparar para a sociedade do conhecimento, da informação e para os seus desafios.

De facto, numa sociedade que cada vez mais depende da informação e do conhecimento e que está cada vez mais globalizada, apenas a qualificação dos seus recursos pode potenciar o desenvolvimento.

Todo o desenvolvimento humano, hoje, assenta sobre a qualificação.

É por isso que este eixo é o eixo que melhor está dotado, quer no Plano, quer no Orçamento. Ele corresponde a cerca de 40% da despesa pública total regional, concentrando só no Plano, ou seja, só na vertente do investimento, um total de 107.982 mil euros.

Este enorme investimento que a nossa Região está a fazer na qualificação tem-se traduzido na melhoria sustentada de todos os indicadores de escolarização e qualificação.

De facto, partindo de um patamar muito baixo – a nossa Região partiu, na década de 70, de um patamar que hoje é apenas comparável àquele que se encontra nos países ditos não desenvolvidos – conseguimos, paulatinamente, recuperar esse enorme atraso estrutural que nos separava das sociedades mais desenvolvidas.

Um dos indicadores, talvez o mais importante deles todos, o abandono escolar, teve, ao longo da última década, uma queda enorme.

Hoje, ele situa-se entre os 0,3 e os 0,5% para a escolaridade obrigatória e traduz-se, em termos de abandono precoce da escola, ou seja, o abandono da escola por jovens que já não estão na escolaridade obrigatória mas que não concluíram o 9º ano de escolaridade,

em cerca de 500 casos por ano, sendo uma parte substancial desses casos recuperada pelo sistema de formação profissional e pelo ensino recorrente.

Este é um valor que não tem comparação com abandonos na ordem dos 20 a 30% que se verificavam nos Açores há apenas uma década e meia.

De facto, a nossa Região, nesta matéria, progrediu de forma espantosa.

Mesmo em outros indicadores, que são indicadores que têm um significado bem menor, como por exemplo o *ranking* dos exames nacionais que significa muito pouco dada a heterogeneidade e complexidade subjacente à sua realidade, nos últimos anos descolámo-nos dos últimos lugares nacionais para nos situarmos, neste ano que agora acabou, em 13º lugar, em vinte.

Não é o lugar que nós gostaríamos de ter, mas quando nós olhamos para o nosso percurso histórico vemos que os Açores fizeram uma grande caminhada nesta matéria. Mas o objectivo fundamental de todo este esforço de qualificação é o emprego.

A qualificação visa o emprego e é nessa matéria, na matéria do emprego, que se encontra o produto final deste esforço, que nós podemos medir melhor os resultados.

De facto, ao longo da última década nós passámos de cerca de 3% dos açorianos com qualificação profissional, para mais de 15% no último ano.

Este valor está a crescer a um ritmo da ordem dos 4 a 5% ao ano, o que quer dizer que mantendo este esforço, nós, ao longo da próxima década, conseguiremos, não digo atingir os valores médios europeus, mas aproximarmo-nos substancialmente deles. Esta é uma daquelas áreas em que a nossa convergência com os valores dos países que connosco fazem parte da União Europeia tem sido mais rápida.

Esta convergência mede-se também em termos do sucesso das próprias políticas de emprego. Nós, hoje, estamos com uma taxa de desemprego, medida pelo indicador mais desfavorável do INE, de 4,2%. É pouco mais de metade do valor nacional, mesmo face a um aumento sem precedentes da população activa que nos últimos anos ultrapassou os 5 mil novos trabalhadores.

De facto, a nossa Região tem sido capaz de absorver no seu mercado de trabalho um número crescente de trabalhadores, particularmente mulheres que hoje procuram, em grande número, o mercado de trabalho, sem que isso tenha levado a um aumento significativo da taxa de desemprego.

Este valor tão baixo é bem demonstrativo do sucesso da política económica e de formação profissional seguida pelo Governo Regional.

Também neste contexto interessa referir os resultados da avaliação intercalar do PRODESA, recentemente elaborada pela QUATERNAIRE Portugal e pelo CESUR que determinou que cada milhão de euros investidos no âmbito do PRODESA foram gerados 47 empregos, 38 dos quais nos Açores.

Este valor, 47 empregos criados por cada milhão de euros, é muito diferente daquele que alguns aautos da desgraça ainda há pouco tempo anunciavam. Eu lembro-me que, ainda não há um ano, se dizia que eram precisos vários milhões para gerar um emprego nos Açores.

O contrário. A avaliação independente feita no âmbito da avaliação do PRODESA diz que, por cada milhão de euros investido a nossa Região, consegue-se gerar 47 empregos, 38 dos quais no seu próprio território.

É um valor impressionante e mostra a eficácia do investimento que tem vindo a ser feito nos Açores e mostra a forma como a economia açoriana tem sido capaz de absorver estes valores.

Passando agora à análise de cada um dos sectores eu começaria pela área da educação.

A despesa global prevista para 2006 é de 232.926 mil euros, o que considerando um PIB da ordem dos 2.500 milhões, equivale a cerca de 9% do PIB regional.

Este esforço de investimento de cerca de 9% do PIB regional é sustentado, tem vindo a acontecer já há 8 anos e tem vindo a mudar a face do nosso sistema educativo.

A Região tem vindo a investir nesta área como nenhuma outra região do país ou como nenhuma outra região da Europa o faz, em termos de percentagem do seu PIB, e os resultados começam a aparecer.

Este valor distribui-se pelos orçamentos correntes das escolas e pelos respectivos fundos escolares cujos orçamentos já ultrapassam os 20 milhões de euros, o que é bem uma demonstração da pujança que a autonomia das escolas ganhou e da capacidade que as escolas demonstraram para absorver e gerir os fundos que lhe são colocados à disposição pela Administração Regional e pela União Europeia.

Passando agora à análise do investimento previsto, o Plano está dotado com 39,152 mil euros, dos quais 36,6 se destinam a construções escolares, 1 milhão à aquisição de

equipamentos e 1,3 milhões à formação profissional, essencialmente à formação profissional do pessoal docente e não docente.

As grandes obras com dotações iguais ou superiores a 7 milhões de euros são duas: a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em São Carlos, na Ilha Terceira, e a Escola Secundária da Horta. Segue-se Rabo de Peixe, reparação e adaptação ao ensino secundário e a ampliação da Escola Ruy Galvão de Carvalho, em Rabo de Peixe, com 5 milhões de dotação e a construção de um novo edifício na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, também com uma dotação dessa ordem.

Depois, temos um conjunto de outras escolas que aparecem com dotações elevadas e eu aqui cito apenas a Roberto Ivens que está neste momento a iniciar a fase final de intervenção, a escola da Graciosa que está a iniciar uma segunda obra que visa requalificar os blocos que não foram intervencionados na primeira fase e refazer toda a sua zona de circulação e de funcionamento externo e um conjunto de obras que nós pretendemos alargar, entre elas destaco aqui, pelo mediatismo que assumiu nos últimos tempos, o investimento que se pretende fazer na Escola Básica e Secundária de Vila Franca e em Ponta Garça e o investimento na Escola das Lajes do Pico.

Todas estas escolas têm as dotações necessárias para continuar a dar execução àquilo que está previsto na Carta Escolar.

Para além destes investimentos há um conjunto muito alargado de outras obras, a maior parte delas conduzidas pelas próprias escolas, através dos seus conselhos executivos, que visam criar espaços de trabalho, adequar as escolas às novas tecnologias, ao ensino experimental das ciências e melhorar a conservação de alguns edifícios. Nalguns casos, por exemplo, no caso da Escola Antero de Quental, um edifício histórico classificado, que precisa de uma operação de restauro, está contemplado no Plano que hoje aqui apresentamos.

Passando para a área seguinte de actividade da Secretaria, a área do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica, para o ano de 2006 temos inscrita uma dotação global de 9.350 mil euros, destinada essencialmente à execução do Plano Integrado de Ciência e Tecnologia, o PICT.

Este Plano Integrado de Ciência e Tecnologia visa dois objectivos fundamentais: por um lado a dinamização da investigação científica nos Açores e das actividades de

investigação e desenvolvimento que lhe são conduzidas, quer pela Universidade dos Açores, quer por outras entidades sedeadas na Região, através do apoio à contratação de bolsiros e através do apoio à investigação directa e, por outro lado, o apoio à introdução das tecnologias de informação e comunicação.

Nesta área do apoio à investigação científica, há uma dotação de 1 milhão, 350 mil euros, destinada essencialmente à actividade científica no sentido estrito, enquanto que o resto se destina à área da ciência e da tecnologia.

A Universidade dos Açores é a maior beneficiária deste investimento recebendo uma percentagem de cerca de 70% do total das verbas destinadas à investigação científica às quais acresce 350 mil euros que são concedidos anualmente pelo Governo Regional para apoio à sua tripolaridade e a garantia que foi dada pelo Sr. Presidente do Governo Regional de que as obras do Departamento de Oceanografia e Pescas não se atrasarão por falta de participação nacional.

É preciso não esquecer que a Universidade dos Açores é uma instituição autónoma, que pode financiar-se directamente no Programa Operacional da Ciência, o POCI, em que pode aí obter cerca de 70% do investimento necessário, cabendo-lhe encontrar o remanescente.

Da parte do Governo Regional há a garantia de que o remanescente será concedido, assim consiga a Universidade dos Açores ultrapassar os problemas de natureza burocrática e os problemas técnicos que ainda faltam ultrapassar, no sentido de colocar a concurso e de adjudicar as obras que estão previstas, quer na Horta, quer na Terceira.

Mas o maior investimento na área da ciência e da tecnologia está a ser feito no chamado projecto “Escolas Digitais”.

O Governo Regional, na sua última visita estatutária à Ilha do Corvo já participou no lançamento do “Corvo Digital”, um projecto de demonstração nesta área, que agora se pretende estender a todas as ilhas. É um investimento em que está previsto gastar cerca de 5 milhões de euros ao ano e que vai permitir colocar as nossas escolas na frente, em termos de penetração das tecnologias de informação e de comunicação, junto dos seus alunos.

Este investimento também se liga àquele que o Governo da República está a fazer e particularmente a um benefício fiscal de 250 euros para aquisição de equipamento informático para alunos que o Orçamento do Estado contempla neste ano.

A conjugação destes dois factores, do factor investimento directo da Administração Regional, com o benefício fiscal, vai permitir um aumento sem precedentes da acessibilidade dos equipamentos informáticos por parte dos alunos que frequentam as nossas escolas. O nosso objectivo é colocar, já ao longo do próximo ano, largas centenas de computadores ao serviço do nosso sistema educativo.

O projecto está neste momento numa fase extremamente avançada. Já estamos em vias de adjudicação de parte substancial dos equipamentos e está ligado a um outro projecto estruturante que já foi adjudicado, a criação de uma rede de comunicações que interligue todos os serviços do Governo, incluindo as escolas.

Da conjugação desta nova forma de acesso às comunicações e à Internet, com o investimento que está a ser feito em equipamentos, vamos conseguir colocar as nossas escolas entre as mais bem equipadas e com melhor acessibilidade de toda a União Europeia.

Passando à área da Juventude, Emprego e Formação Profissional, a dotação prevista é de 35 milhões, 428 mil euros, a que acrescem 9,2 milhões de euros do Fundo Regional do Emprego.

A vasta maioria desta verba destina-se ao apoio aos programas de formação profissional. A formação profissional consome cerca de 80% da totalidade deste investimento.

Dentro da formação profissional, a área privilegiada é a formação inicial.

A Região tem hoje uma rede densa e eficaz de escolas profissionais, escolas profissionais essas que têm vindo a investir, quer na vertente do alargamento da sua oferta, quer também na sua vertente infra-estrutural.

Neste ano de 2006 será possível inaugurar a nova Escola Profissional da Horta, com instalações modelares, instalações de grande qualidade e de grande funcionalidade, que estão neste momento em fase final de acabamento, e será também possível inaugurar a Escola Profissional de São Jorge, nas Velas, que está também numa fase avançada de construção.

Ainda dentro desta área da Juventude, Emprego e Formação Profissional, é preciso destacar o investimento que tem vindo a ser feito, ano após ano, no sentido de manter as nossas empresas devidamente apoiadas naquilo que concerne à formação dos seus activos. A formação de activos absorverá cerca de 1,2 milhões de euros, o que permitirá manter em formação cerca de 10% da população activa dos Açores.

Na área estritamente voltada para a Juventude, o maior investimento é no funcionamento dos Programas de Ocupação dos Tempos Livres dos Jovens e dos Programas de Mobilidade Juvenil.

Neste âmbito, o Programa de Mobilidade Juvenil ligado ao Cartão Inter-Jovem, terá no próximo ano um alargamento também à vertente hoteleira, estando neste momento a decorrer negociações nesse sentido, e também o alargamento na área do comércio no sentido de permitir transformá-lo num verdadeiro cartão jovem nos Açores.

Em termos de investimento físico, o maior investimento é a criação de uma Pousada de Juventude no Pico, no Convento de São Pedro de Alcântara, para o qual está inscrita uma dotação de 500 mil euros.

Passando à área do desenvolvimento desportivo, o investimento global previsto é de 12,8 milhões de euros, dos quais 2,4 milhões são para instalações e equipamentos, em que a maior obra física será a construção de uma piscina na Escola Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, e o restante destina-se essencialmente ao apoio à actividade desportiva.

Na área do apoio à actividade desportiva estão previstos 7,1 milhões para dar suporte àquilo que é o mecanismo de apoio ao desporto, que foi aprovado por esta câmara o ano passado, através do Decreto Legislativo Regional que agora o enquadra.

Na área da Promoção e Formação estão previstos 3,1 milhões, essencialmente voltados para a promoção da actividade física dos adultos e para o apoio às escolinhas do desporto e à introdução da actividade física e desportiva, tão cedo quanto possível, nos hábitos dos açorianos.

São estes os objectivos do Plano e Orçamento deste ano, um Plano e Orçamento que contempla um conjunto alargado de investimentos, investimentos estes que todos eles se situam numa área estratégica que visa a qualificação dos açorianos.

Esta é a área em que a nossa sociedade mais tem investido nos últimos anos e é aquela que terá que continuar a receber um esforço grande de investimento no sentido de nós,

numa geração, sermos capazes de recuperar atrasos que nalguns casos são atrasos históricos e que muito penalizaram o desenvolvimento da nossa sociedade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Jaime Jorge, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta ao Sr. Secretário a propósito da Escola das Lajes do Pico.

Neste Plano, esta escola tem uma dotação de 200 mil euros para uma grande reparação e pela primeira vez aparece a designação “adaptação ao ensino secundário”.

Impõe-se esta pergunta:

É este definitivamente o Plano que assume a não construção do edifício novo da Escola das Lajes do Pico, como vinha já sendo prometido em sucessivos planos desde 1996 e como previa a própria Carta Escolar, que entrasse em funcionamento no ano de 2005?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais nada para realçar o notável trabalho que tem sido desenvolvido ao nível da obra que se vai realizar no Convento de São Pedro de Alcântara, o edifício histórico mais importante e com maior dignidade da nossa ilha, no qual já fizemos uma intervenção na substituição da cobertura que permitiu que a degradação não fosse total, já que ela é pelo menos uma degradação parcial.

A transformação deste edifício histórico em Pousada de Juventude e a sua futura utilização não só como Pousada de Juventude, mas também em parceria com a própria diocese para utilização daquilo que os párocos da ilha entendam como necessário, sobretudo em períodos de menor actividade e de menor ocupação no âmbito da Pousada de Juventude, é também um pouco devolver ao edifício o seu enquadramento histórico em termos de utilização, já que foi por aí que começou.

Portanto, é uma obra que merece o nosso aplauso e que pela nossa mão vai muito brevemente concretizar-se.

Ainda para lembrar que relativamente à Escola das Lajes do Pico é nosso compromisso, tal como constava do manifesto eleitoral e como consta dos documentos que estão em discussão, muito rapidamente, dotar a escola de condições necessárias e suficientes, aquelas que nós consideramos as condições, não direi mínimas, mas as que se exigem a um edifício desta natureza que precisa que algumas das suas instalações sejam melhoradas e que alguns dos seus equipamentos sejam substituídos.

Por isso, também ao nível desta escola o ano de 2006 será o ano em que iremos dotá-la das condições necessárias para um bom desempenho como escola de ensino secundário, já que a outros níveis, ao nível dos resultados, à semelhança de outras escolas do Pico, esses têm sido excelentes.

Portanto, em 2006 vamos concretizar esse compromisso que é o compromisso que assumimos e que consta dos documentos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo directamente à questão, o objectivo aqui, na sequência de uma discussão que já vai alargada e de um relatório que foi elaborado pelo Laboratório de Engenharia Civil sobre o actual edifício, é iniciar um processo que dê uma solução ao problema da Escola das Lajes do Pico.

De facto, não é possível conciliar as duas posições existentes, não é possível ter uma escola com as características que nós gostaríamos que ela tivesse naquela localização, nem é possível manter a escola naquela localização criando outras condições. Portanto, face a isso foi preciso encontrar aqui uma solução de compromisso, que é uma solução que poderá não ser definitiva, mas que é a solução que agora permite, com rapidez, resolver os problemas que o edifício tem.

Para além das patologias que foram identificadas no Laboratório Regional de Engenharia Civil, no edifício existente, que terão que ser rapidamente resolvidas, há a necessidade urgente de se criar os espaços necessários para que o ensino secundário funcione nas condições que se pretende que funcione. É isso que se vai fazer.

A verba inscrita destina-se essencialmente à fase do projecto e ao lançamento da obra e iremos prosseguir dotando a escola das condições que ela precisa para funcionar com qualidade.

Quanto à questão futura, bem mais alargada e bem mais distante, pois essa, aquando da discussão da nova versão da Carta Escolar, terá que ser feita. É matéria que terá que ser reequacionada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Neste domínio, o senhor sabe que o que preconiza a Carta Escolar que está neste momento em vigor, é, não tendo esta escola capacidade para sofrer ampliações para ministrar o ensino secundário no Concelho das Lajes do Pico, uma nova escola.

Isso faz parte dos vários manifestos do Partido Socialista para a Ilha do Pico, faz parte de vários planos desde 96, faz parte da Carta Escolar.

Portanto, com 200 mil euros, pressupõe-se que esteja aqui apenas uma pequena reparação da escola, uma adaptação da escola, e não sendo possível nem estando prevista uma ampliação, para quando a construção da nova escola?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que está aqui é apenas a verba necessária para o início de um processo que certamente levará a um consumo financeiro várias vezes superior a isto.

Portanto, este valor não corresponde de forma alguma ao investimento que se pretende fazer na escola.

Neste momento foi feito um trabalho prévio, um trabalho em que se identificaram as condições do edifício e se identificaram as necessidades. Aquilo que se vai agora iniciar são duas coisas: por uma lado, reparações no edifício existente, reparações essencialmente de natureza estrutural que tem a ver com as patologias identificadas pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, e um trabalho de projecto para criar as condições necessárias para que o ensino secundário funcione com a necessária qualidade.

De facto, não é possível obter naquele lugar uma escola com as condições que nós gostaríamos que tivesse em termos de espaços exteriores, mas é possível obter uma escola com espaços cobertos, ou seja, com salas de aula e com os laboratórios necessários e é isso que será feito.

Portanto, não se julgue o investimento apenas por aquilo que está inscrito este ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

É verdade que ao longo dos anos, inclusivamente quando eu cheguei a esta casa, nos manifestos eleitorais do PS constava uma nova escola para as Lajes do Pico, mas também é verdade que isso foi alterado e que, por exemplo, relativamente ao último manifesto eleitoral, não é assim que a iniciativa está lá espelhada. Desde logo, por uma razão simples, houve alterações significativas no número de alunos de todas as escolas do Pico, particularmente ao nível da escola das Lajes do Pico e da de São Roque. Na da Madalena não tanto. Aí as perdas foram muito menores, até houve alguns ganhos em algumas áreas e isso tem a ver com outras questões de ilha que nós dois conhecemos.

Portanto, neste momento a questão coloca-se exactamente nos termos em que eu referi inicialmente e que o Sr. Secretário também disse, ou seja, a verba inscrita destina-se a

fazer o estudo e o projecto daquilo que é necessário no imediato para que a escola tenha as condições necessárias para funcionar como escola do ensino secundário.

Portanto, é isso que de imediato temos que dar resposta, sendo certo, tal como disse o Sr. Secretário, um novo edifício com as valências como uma escola desta natureza necessita, acabou por se concluir que não seria possível construir naquele espaço. Assim sendo, essa é uma nova etapa para a qual não pode haver resposta no imediato, em termos de amanhã, depois de amanhã, na semana que vem. Essa é efectivamente uma nova etapa.

O objectivo agora é dotar aquela escola das condições necessárias para um bom desempenho, para que tenha condições para que os alunos, professores e todos os funcionários que lá trabalham se sintam bem e tenham condições para trabalhar a todos os níveis, obtendo um bom desempenho. É esse o objectivo imediato e é isso que faremos de imediato.

Naturalmente esse investimento não tem a ver com os 200 mil euros que estão no Plano. Esse é apenas o processo que se iniciará no início de 2006 e que obviamente envolverá verbas muito superiores.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje o debate do Plano e Orçamento para 2006 que se apresenta como um dos maiores planos de sempre, verificando-se um aumento percentual de 2,5 relativamente ao Plano de 2005. Discutiremos ao longo destes três dias a validade das suas propostas, a importância do estabelecimento das suas prioridades e o significado político do seu conteúdo.

Estamos preparados para o debater, defendendo-o naquilo que merece ser defendido e sugerindo alterações nos aspectos que entendermos estarem menos bem delineados. Gostaríamos de contar, para bem da democracia, com uma oposição dialogante e, sobretudo, substantivamente proponente, mas na verdade não esperamos grande coisa desta oposição. Por seu exclusivo demérito tem revelado em sucessivos documentos previsionais que se limita ao exercício da demagogia mais básica, e à crítica fácil e

demolidora, que em mais de cem páginas e num investimento superior a 550 milhões de euros não vislumbra uma única qualidade, ou ao menos uma proposta válida.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

A Oradora: Sabemos bem que é difícil para a oposição falar dos Açores quando o maior diálogo decorre dentro de portas. Por isso compreendemos o desnorteamento que a faz incapaz de cumprir a mais elementar das suas funções. Gostaríamos pela nossa parte de ter um parlamento a várias vozes. Foi isso que os Açorianos elegeram e é com isso que contam. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão pela sua parte, preparados para fazer o que lhes compete. E sabemos, por via deste Plano e Orçamento, que também o Governo Regional está preparado para continuar a responder às questões que a sociedade açoriana coloca e que está preparado para esclarecer esta Assembleia. Resta saber se todos que aqui estão querem de facto ser esclarecidos, já que anunciam invariavelmente o voto contra,...

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (*PSD*): Ninguém anunciou isso!

A Oradora: ... antes mesmo de saber se este pretende integrar ou não as suas propostas.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

A Oradora: Enquanto a oposição se degladia com estas questões insolúveis ao Governo cabe governar e aos deputados da maioria parlamentar que o suporta cabe louvar as escolhas que merecerem louvor e alterar aquelas com que não concordarem. É precisamente o que faremos.

Os Açores e os Açorianos não podem nem devem esperar. E por isso o Governo deve governar. E a todos nós cabe possibilitar isto mesmo. O Plano Anual e o Orçamento reflectem o impulso reformista que caracterizou estes últimos nove anos de governação socialista. Não nos deteremos, pela óbvia desnecessidade, em estéreis comparações entre os Açores que nos legaram em 1996 e os Açores em que hoje vivemos.

Se o carácter reformista tem sido transversal a diversos sectores de intervenção do governo, a verdade é que foi no sector educativo que este espírito reformista mais se fez sentir. Não nos é sequer possível comparar a situação que herdámos com aquela em que hoje vivemos. Em que de um parque escolar arruinado temos hoje um parque renovado em 86% da sua totalidade. De uma gestão centralizada no Governo temos hoje escolas dotadas de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão, capazes a cada dia de a

aprofundarem mais. De alunos portadores de deficiência fechados em centros de educação especial passámos a escolas que integram saudavelmente os seus alunos e que acentuam aquilo que os assemelha aos alunos do ensino regular e não aquilo que os distingue. De escolas com um corpo docente flutuante, disposto a tudo para se efectivar, temos hoje um corpo docente estabilizado e por isso motivado e motivador. Fizemos muito. E muito do que fizemos foi bem feito. Mas queremos sempre mais e, por isso, a cada ano, o Governo Regional apresenta as suas prioridades e renova os seus compromissos com os açorianos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As soluções para a educação não estão disponíveis numa qualquer prateleira de supermercado e, sabemo-lo todos, não se esgotam na Carta Escolar. De facto, a educação é um reduto amplo de necessidades permanentes. A escola deve ser pensada por isso muito para além do plano de execução de uma rede de infra-estruturas.

Na escola de hoje faz falta muita coisa. Desde logo a valorização do espaço escolar, que assegure a permanente coesão dos professores e o apoio efectivo aos alunos. É fundamental que se motivem professores e alunos, para que promovam o reconhecimento mútuo e, sobretudo, um sentimento de pertença à organização escola. Na escola de hoje é preciso reintroduzir o gosto por aprender e não continuar a insistir no modelo que a sustenta, o de que «eu sou obrigado a aprender o que não gosto, o que não quero o que não me interessa.» (Barros, Eulália, Comunicação em Colóquio, Dezembro de 1995)

Um plano anual é um documento que espelha o estabelecimento de prioridades em diversos sectores de actuação política e apresenta a forma de cumprimento para um determinado período de tempo das orientações que presidem à tomada de decisão do Governo Regional.

Este Plano para 2006 não é excepção. E apresenta-se quanto a nós enformado de três óbvias virtualidades. A primeira quando cumpre com os objectivos plasmados no Programa de Governo, que por sua vez traduzia diversas promessas eleitorais. A segunda prende-se com a dotação financeira dos sectores sociais e sobretudo do sector educativo. E a terceira virtualidade é a de concretizar obras prometidas e fundamentais para o desenvolvimento do sistema educativo regional e, por consequência, para o progresso da Região.

A primeira destas virtualidades assenta na aposta inequívoca na qualificação dos recursos humanos. Demonstrando que o Governo Regional tem plena consciência que é desta qualificação que se promove o desenvolvimento da economia e com este o tão desejado desenvolvimento social.

Assim, o objectivo «Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade de desenvolvimento» integra um investimento global de cerca de 108 milhões de euros. Este objectivo desenvolve-se ao longo de cinco programas, cuja dotação é em todos os casos superior à do ano transacto. O primeiro Programa «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo», e o mais significativo de todos, regista um aumento de 30% em relação a 2005; o «Desenvolvimento da actividade científica e tecnológica» aumenta 21%; o programa «Juventude, emprego e formação profissional» aumenta 17%; o programa 4 «Património e actividades culturais» aumenta 43,2% e, finalmente, o «desenvolvimento desportivo» sofre um aumento de 11%. Esta análise permite-nos concluir que estamos perante um Plano que reforça substancialmente, em 23% no global do Objectivo, a qualificação dos recursos humanos; o que demonstra seguramente que o Governo Regional continua empenhado no fortalecimento da qualificação dos açorianos e que sabe que quanto mais formados estes forem mais preparados estarão para os desafios do futuro, e mais desenvolvimento garantirão à sociedade que os integra.

Atendendo aos princípios que presidem à política de construções escolares enumerados no Plano para 2006 gostaria de salientar dois que me parecem fundamentais e que tem sido responsáveis pelo sucesso da política de educação regional.

O primeiro deles diz respeito à fixação dos jovens nas zonas rurais evitando uma deslocação precoce para os meios urbanos, e o segundo respeita à conclusão do plano de recuperação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo. Estas duas medidas de suprema importância, e a que outros governos antes de nós não souberam atender, estão hoje quase plenamente cumpridas em muitas das nossas ilhas.

E permitiram concretizar duas orientações fundamentais: o do fulcro do sistema de ensino se situar no aluno enquanto utente da escola, e o de que se deve privilegiar sempre os primeiros anos de escolaridade sabendo que estes são determinantes para o desempenho futuro dos nossos alunos.

Existem também nesta enumeração dois aspectos que me parecem dever merecer cada vez mais empenho por parte do Governo Regional como são a dotação das escolas com equipamentos adequados ao grau de ensino ministrado e a substituição de equipamentos obsoletos. Basta conhecer minimamente a realidade das nossas escolas, para percebermos que muitas delas estão mal apetrechadas e possuem ainda equipamentos em desuso, o que nos nossos dias até acontece com relativa facilidade, sobretudo na área das tecnologias de informação.

O segundo destes aspectos é precisamente o esforço continuado que deve ser feito na implementação das tecnologias de informação no sector educativo, já que dele depende em larga medida a sua modernidade. Acontece porém que ainda subsistem lacunas em matéria de apetrechamento de escolas no que às tecnologias de informação diz respeito, e em algumas delas a generalização do computador como ferramenta básica de trabalho ainda não aconteceu, como seria desejável atendendo às orientações comunitárias sobre esta matéria.

No que respeita ao Programa 1, «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo» que ascende a um montante global de cerca de 40 milhões de euros, este apresenta uma elencagem de várias acções que contribuirão para a melhoria significativa do nosso parque escolar. E, como consequência, serão responsáveis por parte do sucesso educativo dos nossos alunos.

Neste programa gostaria de destacar aquelas que me parecem ser as acções mais significativas, quer pela sua necessidade quer pelo número de alunos que servem. Por um lado, assegura-se o financiamento na aposta na construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo, demonstrando que esta, apesar de ser uma competência sobretudo municipal, continua a merecer por parte do executivo açoriano especial atenção.

Por outro lado, o investimento sustentado em escolas de grande dimensão como é o caso da construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba e também o caso da Escola Manuel Arriaga, na Horta. Finalmente também destacaria a já iniciada requalificação da EB2 Roberto Ivens num volume de investimento do Plano de 2.200.000€.

Este Plano destaca ainda a concretização de projectos há muito aguardados e de inequívoca relevância para as populações que servem, como é o caso da reparação e

adaptação ao ensino secundário da EB2,3 de Vila Franca do Campo; a construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça, a construção da EB2,3 Ferreira Drumond em S. Sebastião, e o início do projecto para a EB 2,3 de Ramo Grande.

Como já salientámos anteriormente consideramos que o investimento se deve manter em matéria de equipamentos escolares. Daqui decorre a importância crescente de desenvolver o potencial imenso das tecnologias multimédia bem como a Internet para fins educacionais. Estas detêm um papel cada vez mais central nos desafios que a educação enfrenta e devemos prosseguir este esforço de apetrechamento.

Um estudo realizado recentemente indicava que na maioria dos países o rácio de computadores por jovem variava entre 5 a 20 jovens por computador e que nos países mais atrasados ascendia a 40 jovens por computador, entre os quais se encontrava a Grécia e Portugal, um longo caminho que tem vindo a ser percorrido desde aqui e esperamos que continue a sê-lo, pelo que é fundamental manter o ênfase nesta matéria.

Gostaria de destacar ainda o relevo dado ao Projecto «Formação profissional», num montante global de 1.337.000€, que garante a continuidade de uma política promotora da qualificação e do princípio constitucional da igualdade de oportunidades. Hoje, existem mais de 7.000 jovens em formação profissional, jovens estes que proximamente entrarão no mercado de trabalho e que vão contribuir para o rejuvenescimento da população activa, e de cuja capacidade depende o progresso desta Região. É por isso que a formação que lhe está a ser ministrada deve ser orientada para as necessidades do mercado de trabalho, até porque deve ser seguramente relevante, significativa e promotora, antes de mais, da sua inserção no mercado de trabalho. Por isso temos que dar especial relevância ao Observatório do Emprego e Formação Profissional e às suas orientações, já que estas poderão determinar as necessidades do mercado de trabalho e à necessidade de formação numa ou noutra área.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No contexto actual de modernização e internacionalização da economia, a educação e a formação profissional assumem cada vez maior importância por se constituírem como condições indispensáveis à participação social dos cidadãos. Da ausência destes factores nasce, perigosamente, a exclusão social.

No século em que vivemos pautado pela competitividade e pela especialização, e para enfrentar os seus efeitos nefastos é fundamental que os países apostem nos conhecimentos, nas competências e no saber fazer de cada um dos seus cidadãos. Esta é a chave promotora do desenvolvimento económico.

Só um tecido social qualificado pode sustentar o desenvolvimento da economia. E quanto mais frágil esta for mais dependerá da qualificação dos seus cidadãos. Assenta ainda na possibilidade que cada sociedade tem de actualizar constantemente os conhecimentos dos seus cidadãos. O insucesso escolar há muito que deixou de ser um problema da escola para se tornar um acutilante problema social com evidentes repercussões económicas.

É consensual que os principais beneficiários da escola devem ser os alunos e as suas famílias. Por esta razão todas as políticas que prossigamos devem ser avaliadas em função das mais valias com que irão ou não beneficiá-los. Neste aspecto em particular e, se analisarmos a implementação das políticas do Governo Regional, constatamos que a esmagadora maioria delas visa beneficiar os nossos alunos. Foi assim quando revitalizou o ensino profissional; foi assim quando implementou o Profij; foi assim quando integrou alunos portadores de deficiência nas nossas escolas; foi assim quando apostou no modelo das básicas integradas; e foi assim quando, por exemplo, criou o currículo regional.

A escola por sua vez precisa reconquistar o seu prestígio e a sua capacidade de atracção, e fá-lo-á se conseguir contrariar as tendências massificadoras que têm prevalecido e se promover a valorização das suas diversas componentes, do desporto às actividades culturais.

Este Plano demonstra que se continua a apostar nos reais beneficiários do sistema educativo: os alunos. Os do meio rural e os das cidades. Os das famílias esclarecidas e os das famílias mais desfavorecidas. Os que nasceram na Região e os que tem outras nacionalidades e dominam outras línguas.

Os Açores serão tão mais desenvolvidos quanto mais formada for a sua população. E a escola precisa, permanentemente, de se actualizar. A escola precisa hoje de se adequar. Precisa de ser promotora, proponente e significativa. E para isso tem de contar com o apoio dos seus docentes, do pessoal não docente e das famílias.

Hoje, é fundamental que saibamos tornar a escola atraente num mundo de múltiplos estímulos, que estão à disposição dos nossos jovens. E que continuam, infelizmente, a

estar mais à disposição de uns do que de outros. Mais dos que pertencem a famílias informadas, formadas e com acesso às novas tecnologias, por contraponto aos outros, os que cumprem o invariável ciclo de pobreza trilhado pelos seus pais, porque não dispõem dos mesmos meios nem, sobretudo, da mesma motivação. Saibamos, porém, que todos os dias em muitas salas de aula desta Região há gente a fazer por contrariar isto. A escola necessita urgentemente de se actualizar, modernizar, adequar e flexibilizar.

O Governo Regional tem por isso a co-responsabilidade de fazer da escola um lugar aliciente, valorizando a docência, individualizando as aprendizagens dos alunos, envolvendo as famílias. Este é o maior desafio. Porque o sucesso educativo não pode obedecer a um caderno de encargos e a sua solução progressiva não passa por uma folha de despesa.

É tempo por isso de nos concentrarmos na qualificação dos nossos recursos humanos, na disseminação e generalização do uso das novas tecnologias da informação, na melhoria da média do grau académico, no combate ao insucesso escolar, e na operacionalização generalizada de projectos individuais nas escolas e com as famílias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito se fez no campo da educação. E muito do que se fez foi bem feito. Mas não podemos parar para descansar. Se hoje estamos incomparavelmente melhor do que quando em 1996 aqui chegámos, este deve ser motivo de orgulho, mas não de resignação.

Estamos seguros de estarmos no caminho certo: o da qualificação dos recursos humanos.

No país, 30 anos de democracia e 27 Ministros depois, a educação continua a ser encarada como um problema do futuro. O Governo Regional tem feito por presentificá-la.

Na verdade, os governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista têm feito muito pela qualificação dos nossos recursos humanos. E continuam hoje a fazê-lo! Quando constroem novas escolas, quando as apetrecham, quando formam os docentes desta Região e quando encaram a educação não como uma obrigação, mas como um direito consagrado constitucionalmente.

E quando trilham o caminho do combate sério pela qualidade estão a fazer pela educação. Faz-se da qualificação do pessoal docente, da sua avaliação contínua, continuada e sobretudo consequente; faz-se da aposta no apetrechamento tecnológico, faz-se da

adequação que a escola pode e deve proporcionar, faz-se da capacidade de coesão de cada uma delas e de todas elas entre si.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje debatemos o Plano e o Orçamento para 2006 que estabelece com clareza as prioridades a seguir. Estamos seguros de que este procede a escolhas criteriosas, elenca prioridades inadiáveis e traça o caminho certo para ganharmos a batalha da qualificação dos nossos recursos humanos. É tempo de o trilharmos com convicção.

É também verdade que temos o privilégio de fazer pela educação o que outros antes de nós não quiseram, não souberam ou não puderam fazer. Transformámos completamente a face do sistema educativo regional e prometemos com este Plano para 2006 continuar a transformar.

A cumprir o que dissemos como sempre temos feito com os nossos compromissos. A tempo. Em tempo. Acrescentando mais e sobretudo melhor educação ao tempo em que nos coube viver. Colocando-nos como agentes transformadores de um tempo que não pode, sem a ajuda da omissão intencional, ver desmentida a grande obra que os governos do Partido Socialista operaram em matéria de educação e que, por via deste Plano e Orçamento, demonstram querer continuar a operar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2006, na área da educação, como era expectável, é um Plano de continuidade, que reafirma, naturalmente, os mesmos princípios, e que se propõe aos mesmos objectivos. Por isso, as políticas sectoriais definidas para o período anual nesta área repetem os objectivos de 2005, à excepção de dois, que merecem agora destaque mais particular. Refiro-me à “Promoção e apoio ao ensino profissional, quer enquanto via

alternativa de acesso ao mercado de trabalho, quer enquanto estratégia de combate ao insucesso e abandono escolar” e a “Garantia de implementação das tecnologias de informação no sector da educação”.

Em termos de afectação das verbas da Educação, mantém-se genericamente o modelo do plano de 2005: por um lado, o projecto relativo às construções escolares é o que predomina sobre todos os outros, representando 80,7% das verbas, o que mesmo assim, significa uma redução de 8% relativa a 2005.

O projecto com maior crescimento percentual refere-se à Intervenção Específica em Rabo de Peixe, destinada à ampliação e remodelação da Escola Ruy Galvão de Carvalho, que passa de 3,3% da verba em 2005, para 12,7% em 2006.

Os restantes projectos, com variações pouco significativas, mantêm-se ao mesmo nível de 2005 no conjunto das verbas da Educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O documento orientador do investimento do Governo no sector é a chamada Carta Escolar dos Açores, cuja última versão foi publicada anexa à Resolução n.º10/2004, de 22 de Janeiro.

Nessa Carta se consagram as prioridades e as opções do Governo no domínio da construção de novas escolas. Mas continua a não ser claro o critério e o planeamento que está a ser seguido. Por exemplo, ficam de fora do Plano para 2006, no capítulo da construção de novas escolas, a EB2,3 da Levada, a EB2,3/S das Lajes do Pico (esta com a agravante de já ter constado do Plano de 1999 e ter desaparecido a partir daí), a EB2,3 S. Roque/Livramento, a Escola Secundária das Capelas e a EB1,2,3/JI da Ponta da Ilha, no Pico.

Porque estão estas escolas fora do plano de investimentos? Qual o planeamento que está previsto para elas nesta legislatura? Porque não estão estas e estão outras sem que se cumpram as prioridades assumidas na Carta Escolar? Pela análise dos documentos disponíveis não é possível encontrarmos resposta para estas questões.

Mantêm-se, por outro lado, incongruências que não parecem justificar-se em documentos com a importância daqueles que vão reger e orientar a actividade governativa. O Plano faz referência à Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB2,3/S das Lajes do Pico, remetendo-se para a Carta Escolar no seu ponto 4.1.7. Ora, tal ponto daquela

Carta orienta para uma solução exactamente oposta à que aparece no Plano uma vez que diz, textualmente, que “as actuais instalações (...) estão muito degradadas e pela sua localização junto ao mar, em local que não permite a ampliação necessária (...) não justificam o investimento que a sua recuperação implica. Assim, opta-se pela construção de uma nova escola em local já escolhido para o efeito.”

O mesmo se diga para a Escola da Horta, que no Plano se indica como sendo uma Escola Secundária, mas que na Carta Escolar se aponta para que seja uma EBI/S.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas áreas dominam as expectativas da política educativa para 2006: o problema do insucesso escolar nos Açores e as questões que envolvem a aplicação do Despacho n.º48/2005.

As taxas de retenção no ensino básico nos Açores são preocupantes, quer em valor absoluto, quer comparativamente com o resto do País. Em todos os anos, do 2º ao 9º ano de escolaridade, na nossa Região, as taxas de retenção são superiores às verificadas nas restantes regiões de Portugal e inclusivamente diferenciam os Açores pela negativa no contexto educativo da União Europeia.

Por isso, reduzir o insucesso é um imperativo da política educativa para os próximos anos. E que não se pode limitar a medidas aparentemente avulsas, como as anunciadas inspecções às actas dos conselhos de turma com mais de 5% de retenções, que, mal interpretadas e executadas, podem induzir à criação das condições para facilitar um sucesso artificial e administrativo que se não deseja.

Com seriedade, o que falta essencialmente saber é porque é que o problema das elevadas taxas de retenção nos Açores persiste e se tende a revelar com características estruturais.

Já aqui defendemos a necessidade de envolver as escolas, a tutela e toda a comunidade educativa para reflectir, analisar, encontrar propostas, descobrir caminhos e soluções que permitam alterar a situação actual.

Saber as causas do elevado insucesso escolar nos Açores, conhecer as suas envolventes sociais, culturais e espaciais, e encontrar caminhos que permitam combater a raiz do problema evitando a tentação fácil do sucesso pela via administrativa, é uma exigência da política educativa nos Açores para os próximos anos e um combate que deve a todos unir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra exigência para 2006 na área da educação é a que resulta da aplicação do Despacho n.º48/2005, que obriga à permanência dos docentes nas escolas, sem ter em conta a realidade e as condições dessas escolas em receber a presença simultaneamente de tantos docentes ao mesmo tempo sem aulas atribuídas.

Este facto, aliado à interpretação e aplicação diferenciadas de escola para escola do referido despacho, levou a um descontentamento fundamentado e razoável da maioria dos professores.

Às razões dos docentes parece ter sido sensível o Presidente do Governo e alguma flexibilidade que se anunciou introduzir na aplicação daquele despacho continua sem resolver o problema essencial.

Por isso, para 2006, aguarda-se a prometida legislação regional sobre esta matéria para todos podermos avaliar até que ponto ela resolverá com justiça e realismo as deficiências e inadequações do actual despacho, ou mantém teimosamente uma situação que mais tarde ou mais cedo começará a ter repercussões nos nossos alunos. E sobretudo aguardamos expectantes se se mantém a actual e perigosa intenção de equiparar e reduzir o pessoal docente a mero funcionalismo público ou se se arrepia caminho e se se mantém a identidade de um corpo docente com prestígio e dignidade próprias.

Quem vai às escolas, quem fala com os nossos colegas docentes, verifica uma revolta e uma desmotivação generalizadas, próprias de quem se sente injustiçado e de quem está a ser tratado sem o respeito e a dignidade que a sua profissão merece.

Dizia há alguns anos, com profunda razão, o Prof. Veiga Simão, que não há reformas nem mudanças no ensino que resultem, se nelas os professores não se revirem nem nelas forem implicados, entendendo-as e participando no processo da sua implementação.

Parece ser este o caso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para 2006, aguardamos com expectativa os resultados do expediente encontrado para tentar resolver a retirada das verbas previstas no PIDDAC para o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Com efeito, o actual Governo da República, para 2006 retirou a verba de 1.320.000,00 euros do PIDDAC e de um total de 2,7 milhões de euros para o mesmo objectivo inscreveu agora apenas 50.0000,00 euros, e remeteu a Universidade para a candidatura ao Programa Operacional Ciência e Inovação.

A esta deplorável decisão do Governo da República acudiu o Governo Regional inscrevendo no Plano para 2006 a verba de 50.000,00 euros, para reforçar a componente nacional da verba que a Universidade necessita para se poder candidatar ao POCI, verba que o Magnífico Reitor já publicamente afirmou não ser suficiente para resolver o problema do DOP nem das obras do Pólo da Terra Chã.

Mas, independentemente disto, a verdade é que esta “solução”, que tanto compromete quem a decidiu como quem a aceitou com subserviência, trocou o certo pelo incerto, o inscrito em PIDDAC por uma candidatura a um Programa cujo resultado é naturalmente uma incógnita.

2006 está já aí e vamos aguardar os desenvolvimentos deste processo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores envolveu-se, portanto, financeiramente na viabilização de uma solução para o problema do DOP, princípio que registamos positivamente, uma vez que está obviamente em causa um projecto estruturante para os Açores, para a sua Universidade e para a ilha do Faial.

Igual procedimento e envolvimento se espera agora do Governo Regional noutro projecto estruturante para o Faial como é a ampliação da Pista do Aeroporto da Horta de forma a torná-lo operacional sem penalizações nos voos com a Costa Leste dos Estados Unidos. Já várias vezes, em público, tem sido prometida a intervenção do Governo Regional, até financeiramente se preciso fosse, nesta questão. Não é, infelizmente, ainda no Plano para 2006 que ela se concretiza.

A propósito e a finalizar, e como deputado eleito pelo Faial, refira-se que o Plano do Governo para 2006 em relação a esta ilha é o plano da concretização de algumas expectativas e promessas de quase dez anos, e que já há muito deviam estar concluídas não podendo, por isso, ser sobrevalorizadas.

De resto é o habitual rol das acções que se vão abrindo com dotações simbólicas, acompanhadas com as promessas renovadas de que agora é que vai ser.

Mesmo assim, ficam ainda de fora as promessas de realizar o reordenamento do porto da Horta, de construir a pousada da Juventude do Faial, de concluir a reabilitação da Igreja do Carmo, de construir o novo estádio de futebol, de ampliar o Museu da Horta, de

construir um Centro de Acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, a revitalização das Termas do Varadouro e a construção do Polivalente da Feteira.

Neste quadro, no caso do Faial, o histórico de incumprimentos por parte do Governo Regional do Partido Socialista obriga-nos a esperar para ver e ver para acreditar.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está precisando de um passeiozinho pela ilha!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional, os Srs. Deputados Hélder Silva e Alberto Pereira.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que foram aqui trazidas através da intervenção que acabámos de ouvir, eu gostaria de, muito brevemente porque o tempo a isso obriga, dizer duas coisas.

Se da parte do Governo Regional houvesse a intenção de resolver o problema do insucesso escolar pela via administrativa, já teria tido amplo tempo de o fazer. Portanto, não é essa a intenção, nunca foi, nem será.

Aquilo que se tem vindo a fazer é, sim, um trabalho sério, de determinar as causas, de determinar as razões que estão subjacentes e algumas delas já são bem conhecidas. Há razões que têm a ver com a própria estrutura da nossa sociedade e a valorização da escola, que são razões estruturais e sociológicas, que obviamente o tempo, e apenas o tempo, irá permitir ultrapassar.

Por outro lado, é preciso também não esquecer que a nossa Região tem vindo a assumir, em termos das suas estatísticas da educação, como retidos, ou como sem sucesso

educativo, todos os alunos que se inscrevem, mesmo aqueles que abandonam a escola, o que não é feito em outras regiões do país.

O Sr. Deputado persiste em fazer a comparação entre dois valores que não são directamente comparáveis. É possível fazê-lo se fizer uma leitura das estatísticas e fizer a desagregação daqueles que abandonaram o sistema educativo.

O Sr. Deputado está a comparar um rácio, que é o número de alunos que transitaram de ano, o número total de alunos no início do ano lectivo, com um rácio que noutras regiões do país é feito entre o número total de alunos que foram avaliados no 3º período e aqueles que transitaram. Mas não é isso que interessa, porque não é isso que determina de forma substancial a questão.

Tem alguma importância, faz com que nalguns dos anos não fiquemos abaixo da média nacional, mas não é isso que importa. O que importa saber, e isso é que é fundamental saber-se, é que nós, nos Açores, conseguimos, não ainda totalmente, mas de forma muito substancial, resolver o problema do abandono escolar.

Ao resolvermos o problema do abandono escolar, ou seja, ao trazermos para a escola todos os alunos, necessariamente fomos voluntariamente penalizados em termos das taxas de sucesso educativo.

Apesar disso estamos numa curva de, ano após ano, melhorarmos os nossos resultados, o que faz com que, por exemplo, os resultados do ano lectivo que terminou agora em Junho passado, no primeiro ciclo, já nos colocam à frente da média nacional e nos outros ciclos nos colocam ou nela ou muito ligeiramente abaixo.

Esta evolução sustentada permitiu que neste ano se fizesse uma coisa que em anos anteriores não era possível fazer-se, que é fazer um estudo individual de todos os casos e saber o porquê, por que é que o aluno foi reprovado.

Com base nesse trabalho individual, aluno a aluno, que está a ser feito e que está na sua fase final, é possível definir estratégias e é possível fazer em cada escola uma intervenção voltada para as situações concretas. É isso que estamos a fazer.

Foi essa a razão dos 5% que há bocadinho foram aqui focados. Não é porque nós quiséssemos penalizar quem quer que seja, mas sim porque queremos saber a história individual de cada um dos alunos e fomos ver essa história.

Passando à questão seguinte, a questão que o Sr. Deputado aqui trouxe do Despacho 48/2005, pois ela terá a sua discussão a devido tempo, perante legislação que aqui chegará a devido tempo. Estamos a proceder ao trabalho que nos comprometemos fazer.

Quanto à outra questão que o Sr. Deputado aqui também trouxe referente à questão da Universidade dos Açores, o Governo Regional já assumiu esse compromisso. O Governo Regional não quer que a Universidade dos Açores troque o certo pelo incerto, porque não é por estar inscrito no PIDDAC que se faz ou se deixa de fazer, é porque o Governo Regional quer que esta obra se faça.

O Governo Regional assumiu o compromisso com a Universidade dos Açores, face às necessidades concretas que se venham a verificar de financiamento nacional para as suas obras, de acudir. É esse o compromisso e ele será mantido.

Aquilo que nós aguardamos é que as obras sejam lançadas e que as respectivas despesas sejam concretizadas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira. Faz parte de uma estratégia que tem sido repetida ao longo dos anos.

Como sabem, eu tenho acompanhado os trabalhos desta casa, noutra qualidade, e aquilo que tive oportunidade de observar é a recorrência a um tipo de discurso e de intervenção, embora tenha também que reconhecer, e penso que o Sr. Deputado o deve fazer, que neste momento se encontra de alguma forma, diria, encostado à parede, porque aquilo que é um discurso razoável num determinado contexto, designadamente nos primeiros anos do primeiro Governo do Partido Socialista, em que alguns investimentos não arrancaram na ilha do Faial com a celeridade desejada, numa segunda fase era razoável, porque, de facto, embora também tivesse que haver um entendimento daquilo que eram as prioridades do Governo para a Ilha do Faial, que eram afinal as nossas prioridades de acorrer àquilo que foi uma situação calamitosa decorrente do sismo, percebia-se que havia aqui um argumentário que podia ser utilizado. O Governo só acorria, ou acorria prioritariamente à

questão da reconstrução e não resolvia problemas que o Sr. Deputado classificou como sendo problemas com 10 anos, mas eu digo que alguns tinham 20 ou 25 anos.

Eu lembro por exemplo a primeira fase de uma obra que o Sr. Deputado referiu, a Igreja do Carmo. Não está concluída, é verdade, mas foi feita uma intervenção estruturante, e se a minha memória não me falha, de 1.250 mil euros ou algo assim.

Obviamente que o Sr. Deputado não pode, nem deve, (tem que fazer o seu papel de Deputado da oposição) enumerar aquilo que foram as intervenções no porto da Horta, uma obra que foi iniciada (mal iniciada) pelos Governos do PSD e que foi concluída, diria mesmo reconstruída, pelo primeiro Governo do Partido Socialista.

Também não pode estar a referir o fecho do anel do Faial, não pode referir o início das obras da Escola Secundária. Eu percebo.

O que é que resta?

É duvidar que, mesmo assim, e apesar de adjudicada, a obra seja feita, mas é óbvio que o Governo tem dado provas, ao longo destes anos de governos sucessivos, de ser uma pessoa de bem e aquilo que são, salvo situações muito excepcionais, processuais ou outras, obras adjudicadas, são obras concluídas. Portanto, não vejo aqui grande razão para duvidar disso mesmo.

Relativamente ao DOP foi dito pelo Sr. Secretário da Educação aquilo que é a posição do Governo.

Aquilo que eu, enquanto membro desta casa, representante do Faial e também investigador na Universidade dos Açores, tenho que fazer, é congratular-me pela decisão do Governo Regional, porque é a primeira vez que um Governo Regional assume, de forma clara, a resolução do problema do DOP.

Podia fazer aquilo que foi feito no passado, ir remetendo para o Governo da República e eu lembro-me que o DOP teve um projecto que foi prometido, desenvolvido, com estudos, etc., nos anos de 1989, 90 e 91, foi um processo que acompanhei na altura, que criou expectativas, mas aquilo que nós vimos foi que não surgiu, não se desenvolveu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o Sócrates agora é amigo!

O Orador: Esqueceu-se. A partir de 1991 não havia projecto, não havia DOP, não havia absolutamente nada!

É óbvio que, entretanto, houve Governos do Partido Socialista na República. Mas há uma diferença! É que eu nunca ouvi nenhum Governo da República, nomeadamente do Guterres, prometer que ia resolver o problema do DOP. Não prometeu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cortou 98% das verbas!

O Orador: Não prometeu. As primeiras promessas para resolução do problema do DOP surgem agora, claras, com muita clareza. Surgem agora pela voz do Governo Regional. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (PSD): Andou afastado do DOP durante muitos anos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois aspectos apenas para focalizarmos aquilo que me parece essencial.

Quanto à questão do problema do insucesso escolar nos Açores, penso que fui claro na minha intervenção, fui construtivo e analisei o problema pela via que acho que deve ser analisado, que é a da preocupação, porque nem sequer fiz referência às estatísticas em especial.

O Sr. Secretário continua a insistir nessa questão, de que nos Açores estão incluídos os que abandonaram o sistema, mas, como disse logo a seguir, isso altera pouco os números do problema que nós estamos a analisar e, do ponto de vista do insucesso escolar e das taxas de retenção, o que é preocupante não são só os números comparados com as várias Regiões do Continente em cada ano de escolaridade. O que é verdadeiramente preocupante é a persistência estrutural ou a tendência para uma persistência estrutural de altas taxas de insucesso nos Açores. Isso é que é preocupante e isso é que merece uma intervenção concertada e consensual. É isso que acho que não se está a verificar.

O que deve haver, e não está a haver nos Açores, é uma preocupação alargada em envolver toda a comunidade educativa neste processo, para se saber as circunstâncias sociais, espaciais, culturais, mas também de políticas educativas, que rodeiam este

problema e que merecem ser analisadas com a seriedade e com a consensualidade que se exige.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Foi esta a intenção de se levantar aqui a questão do insucesso escolar.

Quanto à questão do despacho nós vamos naturalmente analisar aquilo que vier a ser proposto a seu devido tempo.

Quanto à questão da Universidade dos Açores, eu disse que achava positiva a intervenção do Governo Regional nesta perspectiva de fazer um esforço supletivo em relação àquilo que foram as insuficiências, as gravíssimas insuficiências, do Governo da República na questão do financiamento do DOP.

Eu disse que era positiva essa intervenção, até sugeri que ela se fizesse em relação a outros projectos estruturantes para o Faial e que não estão no Plano de 2006, nomeadamente a questão do aeroporto da Horta, onde irá colocar-se uma questão semelhante em relação à ampliação da pista. Aliás, vários responsáveis do Governo Regional, desde o Sr. Presidente ao Sr. Secretário da Economia, já disseram publicamente que estariam disponíveis para, se necessário fosse, financiar supletivamente o Governo da República ou a ANA na resolução do problema da ampliação da pista do aeroporto do Faial. Na minha intervenção, eu reconheci isso.

Agora, não queiram é convencer-me de que quem tinha 1 milhão e 320 mil euros em 2006, inscritos em PIDDAC, e que agora só tem 50 mil e que para o resto em falta, dizem os senhores, “agora a Universidade que se candidate ao programa comunitário”, não me venham convencer, dizia, que isso é bom, ou, sequer, positivo. E por uma razão muito simples: é que uma candidatura é sempre uma candidatura. Pode ser aprovada ou não e isso é trocar o certo pelo incerto.

Sr. Deputado Helder Silva: felicito-o pelo lugar que agora ocupa de deputado pela Ilha do Faial, cumprimento-o e desejo sinceramente o melhor sucesso no seu trabalho e espero que juntos pelo Faial consigamos fazer o melhor pela nossa ilha.

O Sr. Deputado invocou a sua posição de investigador no DOP, mas eu não me esqueço que em 2001, era o senhor Secretário Regional e era Ministro na altura Mariano Gago, e, daquela bancada, quando foi aqui levantado o problema do DOP, o senhor, como

Secretário Regional, esqueceu-se que era investigador do DOP, esqueceu-se de defender o DOP, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e defendeu o Ministro Mariano Gago, culpando na altura o único que, na vossa perspectiva, podia ser culpado, porque era aquele que não era da sua cor partidária, e que era o reitor da Universidade dos Açores.

Agora, não é isso que está em causa e, portanto, o senhor não pode invocar a sua posição de docente do DOP para falar de cátedra sobre este assunto.

A construção do DOP estava garantida por compromissos do Estado através de declarações públicas de altos responsáveis do Governo, de documentos e de compromissos financeiros que estavam estabelecidos em PIDDAC. Tudo isso foi pura e simplesmente riscado por este Governo.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: O Governo Regional, e bem, fez uma parte daquilo que podia fazer e está de parabéns por isso. Agora, não me queiram convencer, que quem tinha 1 milhão e 320 mil euros para 2006 e no conjunto do programa tinha 2,7 milhões de euros para as novas instalações do DOP e agora tem só 50 mil, que isso é bom e que eu esteja satisfeito com isso e que vai correr tudo bem.

Mesmo assim, na minha intervenção fui cauteloso e disse que vamos esperar para 2006 e ver se as obras vão começar como estavam previstas.

Obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não podem!

Deputado Costa Pereira (PSD): Não pode porquê? O projecto já está aprovado na Câmara!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não há projecto!

Deputado Costa Pereira (PSD): Foi aprovado há 2 semanas na Câmara da Horta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de ir directamente à questão do Departamento de Oceanografia e Pescas e, sem me querer alargar muito, eu gostaria de lembrar a esta câmara que no início dos anos

90 foi aqui aprovado um Decreto Legislativo Regional que reservou uma determinada área de terreno para construção do edifício.

Foram feitas resoluções sobre o DOP nos anos 90, mas não chegaram a ter conclusão. Isto para vos dizer que este é um assunto muito antigo e é um assunto que o Sr. Deputado não pode vir aqui atirar, quer ao Partido Socialista, quer ao Governo Regional do Partido Socialista ou aos Governos da República, quando ele já esteve nas mãos dos governos do vosso partido e teve o desfecho que nos leva a ter esta discussão agora.

Meus senhores, quando se tem esse histórico não se deve esquecer quais são as dificuldades e quais são os problemas que podem aparecer no projecto.

Indo concretamente à situação actual, eu gostava de esclarecer o Sr. Deputado que o PIDDAC também é financiado pelo POCI, ou seja, a situação é rigorosamente a mesma.

O que acontece é que no caso do PIDDAC há uma inscrição da totalidade da verba. Portanto, a candidatura devia ser feita na mesma. Eu não estou a perceber qual é a diferença. O que acontece aqui é que a origem da componente nacional foi a única coisa que mudou, porque o POCI continua a ser mesmo e fosse PIDDAC ou não fosse o financiamento era feito através da mesmíssima candidatura.

Voltando a uma outra questão fundamental. O projecto, tanto quanto eu sei, ainda não está aprovado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Foi aprovado na Câmara!

O Orador: Aquilo que foi aprovado foi um projecto de arquitectura e não o projecto para lançamento da obra.

Portanto, Sr. Deputado, o que é preciso que se faça e eu espero que a Universidade o faça rapidamente, é que se tenha um projecto pronto para o lançamento do concurso, que se faça o lançamento do concurso, a adjudicação e a consignação da obra. Quando aí chegarmos nós estaremos prontos para apoiar a Universidade nas questões financeiras, mas há um longo caminho a percorrer entre o momento em que estamos agora e o momento da obra. Isso o Sr. Deputado tem a obrigação de o saber.

Portanto, quem vê o estudo da arquitectura não vê um projecto que possa ser lançado a concurso.

Deputado Costa Pereira (PSD): Obviamente!

O Orador: Em relação à questão fundamental, que é a questão de garantir que a obra não se atrase por razões financeiras, é bom que fique bem claro que aquilo que vai acontecer é rigorosamente a mesma coisa que aconteceria se a obra fosse financiada pelo PIDDAC, porque o PIDDAC também é financiado pelo POCI.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Eu tenho que lhe dizer que o Sr. Deputado está equivocado relativamente à minha intervenção de 2001.

Deputado Costa Pereira (PSD): Eu vou arranjar-lhe uma cópia!

O Orador: Está, em absoluto, equivocado.

Eu lembro-me que acompanhei na altura a visita do Sr. Ministro Mariano Gago, por quem, aliás, tenho imensa consideração, penso que foi um excelente ministro e penso que voltará a ser, e eu até teria alguma dificuldade em estar aqui a defendê-lo.

Essa visita que ele fez foi acompanhada por mim e por vários membros do Governo e foi de uma enorme clareza, Sr. Deputado. Aliás, nas próprias intervenções públicas que fez disse com muita clareza “eu não estou aqui para resolver o problema do investimento em termos de infra-estrutura do Departamento de Oceanografia e Pescas”.

Portanto, eu não podia ter vindo a esta casa na qualidade de Secretário Regional dizer o contrário daquilo que o Sr. Ministro disse publicamente.

Aquilo que efectivamente fiz – e quando o Sr. Deputado diz que eu ataquei o reitor, eu sou amigo pessoal do ex-reitor da Universidade dos Açores – independentemente das amizades, porque a vida é assim, foi explicar com muita clareza que o Governo Regional já tinha feito uma tentativa de resolução do problema do DOP, já se tinha disponibilizado para, concertadamente, por diversos departamentos governamentais, procurar fazer uma aproximação à resolução do problema das instalações do DOP, mas a Universidade dos Açores tinha rejeitado essa solução, em nome da independência que deveria ter, relativamente ao Governo. Foi exactamente isso que eu disse nesta Assembleia.

Como tenho a felicidade de ter muito boa memória, lembro-me exactamente dos termos em que fiz a intervenção.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os senhores podem estar cheios de razão acerca do DOP. Eu gostava é que me explicassem, se isso é assim tudo tão simples, se isso é tudo tão fácil e se afinal ter 1 milhão e 320 mil e ter 50 mil é a mesma coisa, por que é que o senhor Reitor, ontem, dizia que estava muito preocupado com a situação das verbas para o DOP e para a Terra Chã, porque as verbas são insuficientes e tinha grandes esperanças na reunião do plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que se pudessem reforçar as verbas previstas para a Terra Chã para que as obras não parassem e para as obras do DOP poderem arrancar. Se calhar o senhor Reitor é que está equivocado nisto tudo. Se calhar ele está preocupado sem razão. Se calhar os senhores é que têm toda a razão e em 2006, como estava previsto e planeado, tudo se vai resolver. Daqui a um ano, esperamos estar cá todos para vermos se isso vai ser mesmo assim.

Sr. Deputado Hélder Silva: quanto à do senhor ter boa memória, eu também não me queixo muito da minha e vou-lhe fazer chegar o diário das sessões para o senhor reavivar o que disse na altura para desculpabilizar os incumprimentos das promessas que, aqui, Mariano Gago deixou. Nunca mais me esqueço daquela do DOP ser a menina dos seus olhos.

Deputado Hélder Silva (PS): Esses termos são do senhor reitor!

O Orador: A menina dos olhos do Prof. Mariano Gago era de tal maneira boa e bonita que ele fez rigorosamente zero.

Quanto a eu estar encostado à parede relativamente àquilo que o Governo Regional está a preparar para o Faial, o Sr. Deputado pode estar descansado que eu não estou encostado à parede. Eu tenho é o direito, como têm todos os faialenses, a ter o benefício da dúvida sobre aquilo que os senhores prometem. É que inscrever verbas em plano, os senhores fazem isso desde que estão no Governo.

Eu vou só dar-lhe um exemplo, para não irmos mais longe: a variante. Em 97, os senhores diziam “construção de uma variante à cidade da Horta, com extensão de 30 Km”. Inscreveram 30 mil contos. Fizeram zero!

Em 98, “construção de uma variante à cidade da Horta com extensão de 30 km, elaboração do projecto”. Inscreveram 47 mil e 500 contos. Gastaram zero!

Em 99, a variante desapareceu do plano.

Em 2000, os senhores voltam a escrever no Plano “variante à cidade da Horta, aquisição de terrenos, lançamento do concurso e adjudicação da obra”. Verba inscrita 50 mil contos. Obra feita, zero!

Em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 a variante desapareceu.

Em 2006 reaparece!

O senhor quer que eu acredite que de repente é para começar a obra?

O que eu disse, mantenho: face a estes incumprimentos eu tenho o direito de esperar para ver e ver para acreditar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, muito brevemente, voltar à questão das instalações da Universidade dos Açores.

O senhor reitor tem toda a razão para estar preocupado, porque ele é responsável pela Universidade, pelo lançamento de um conjunto de obras e condução das mesmas. Mas também sabe, porque já lhe foi dito e eu queria aqui voltar a reafirmar em nome do Governo regional, que não será por falta da participação nacional que as obras da Universidade dos Açores irão parar ou não irão continuar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há entendimento sobre isso? Há acordos?

O Orador: É preciso que também fique muito claro que em relação às obras da Universidade dos Açores, a nossa preocupação é que elas arranquem a tempo, que elas sejam feitas, porque aquilo que nós conhecemos, aquilo que eu conheço, é que o projecto não está concluído. A Universidade ainda não está em condições de o lançar.

Deputado Costa Pereira (PSD): Já foi aprovado!

O Orador: Foi aprovado o estudo prévio, a sua arquitectura, mais nada!

Deputado Costa Pereira (PSD): Não senhor!

O Orador: A sua arquitectura é que foi aprovada, os projectos de especialidade ainda não foram.

Aquilo que eu desejo é que a Universidade dos Açores, em 2006, consiga iniciar as obras e dar continuação às que já iniciou.

Sr. Deputado, que fique bem claro: não será por causa da não inscrição de verbas no PIDDAC, da componente nacional, que a Universidade dos Açores não poderá manter o seu plano de investimento que estava previsto, porque os valores em causa...

Deputado António Marinho (PSD): Aqui no DOP e no da Terceira, no Pico da Urze!

O Orador: No DOP e no Pico da Urze.

... inscritos num ofício, que eu tenho aqui, da Universidade dos Açores, da componente nacional, é um valor que cabe perfeitamente dentro daquilo que está neste momento a ser proposto nesta câmara para o projecto respectivo, para a ciência e tecnologia.

Assim a Universidade consiga desencadear as obras e iniciá-las, porque da parte do Governo Regional já foi dito à Universidade dos Açores que havia todo o interesse que elas se iniciassem em 2006 e que nós pudéssemos, em 2007, ter obra concluída.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Eu não sabia que tinha o privilégio de intervir, por isso articulei com o Sr. Secretário Regional da Educação...

Presidente: É que foi feita uma interpretação regimental mais abrangente para ser possível, em circunstâncias destas, facilitar o esclarecimento. Daí fica a câmara informada.

Entendida esta questão vamos prosseguir o debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho para deixar claro uma matéria.

O Sr. Deputado faz referência à variante à cidade da Horta para sugerir que o Governo faltou à palavra.

É verdade.

Deputada Maria José Duarte (PSD): É verdade!

O Orador: É verdade que houve uma alteração de plano...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Faltou à palavra!

O Orador: ... aliás, ao contrário do que aconteceu muitas vezes nesta Região, essa alteração profunda do plano que decorreu daquilo que foi uma alteração das prioridades de investimento, foi assumida com muita clareza pelo Governo Regional e penso que é assim que os Governos têm que trabalhar. Têm que, quando há situações anómalas, extraordinárias, ter a clareza, a ombridade, a seriedade, de se virarem para as pessoas, se virarem para os partidos políticos e dizerem claramente que “a prioridade era esta, mas agora é aquela”.

Penso que todos nós compreendemos que o investimento pesado, como foi aquele que decorreu da reconstrução, teve implicações no investimento que foi realizado por toda a região e, naturalmente, de forma particular, nesta ilha do Faial.

Portanto, estar a dar a indicação de que o Governo previu a variante em 97 e 98, depois acabou por retirar e faltou à palavra, quando todos nós sabemos que isto decorreu de uma alteração profunda daquilo que são as prioridades de investimento do Governo Regional, por motivos mais que razoáveis, penso que é pouco sério e quero deixar isso claro.

Penso também que isso não deve ser utilizado como recurso e expediente para duvidar daquilo que são investimentos que hoje estão consagrados e, mais do que isso, estão nalguns casos adjudicados.

É óbvio que no caso da variante, um concurso que está concluído, que está em fase de adjudicação (penso que é exactamente esta a fase em que se encontra), ninguém vai duvidar, porque não há exemplo disso, que o Governo vai desta vez dar cumprimento à promessa que fez e à expectativa que está criada nesta ilha do Faial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já é um avanço o senhor reconhecer que o Governo faltou à palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Não vamos à variante, porque ainda não se iniciou. Vamos à escola secundária que já começou.

Já sabemos que foi o sismo que provocou tudo no Faial. Tudo aquilo que os senhores prometeram e não fizeram foi por causa do sismo.

Então há uma explicação da vossa parte que urge: se o sismo foi em 1998, quando o Governo fez o Plano de 1999 ou o de 2000 já sabia naturalmente que tinha havido um sismo, já sabia que verbas tinha disponíveis para o Faial, já sabia as que teriam de ser canalizadas para o sismo, mas, apesar disso, e apesar do Sr. Presidente do Governo ter dito que o Faial não seria prejudicado nos seus investimentos, a verdade é que os senhores continuaram sempre a prometer tudo fazer. Por exemplo, no ano 2000, relativamente à escola secundária, que só está agora a começar, os senhores escreviam no Plano: “conclusão da elaboração do projecto, execução e início da empreitada da nova escola”.

Isto não é faltar à verdade com os faialenses? Não é querer enganar os faialenses?

O senhor agora quer que só pelo facto do Governo inscrever em Plano, como sempre tem inscrito, desde 97, projectos para o Faial, que eu capitule e aqui deixe elogios só por causa disso?

Não! O que eu disse e repito é que tenho o direito ao benefício da dúvida e quero esperar para ver e ver para acreditar se o que têm inscrito é o que vão executar. Tão simples como isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Naturalmente que o senhor pode encontrar, no âmbito e no espírito daquilo que foi a minha intervenção e daquilo que foram as razões que levaram o Governo Regional a alterar uma estratégia de investimento, várias situações idênticas a essas que referiu.

Aquilo que eu acabei de explicar foram as razões que levaram a uma alteração na estratégia de investimento na Região e, concretamente também, na ilha do Faial. Agora, pode encontrar meia dúzia de exemplos.

É verdade! Houve investimentos previstos, como a variante, a escola secundária e o próprio fecho do anel, que não foram concretizados. Porquê? Se calhar o investimento que estava previsto não tinha correspondência com o investimento que foi realizado.

Esperava-se do Governo da República, conforme foi aqui discutido inúmeras vezes nesta Assembleia, que houvesse uma comparticipação no investimento, que acabou por não ter correspondência, primeiro foi pouca, depois foi menor ainda. Tudo isso resultou em dificuldades acrescidas, alterações de estratégia e atrasos nalguns investimentos, mas aquilo que eu quero deixar claro é que essas alterações de investimento foram assumidas com clareza pelo Governo Regional e é assim que deve ser feito, porque o Governo Regional foi e é uma pessoa de palavra.

Naturalmente que o papel do Sr. Deputado, e é também o meu, é dar cumprimento àquilo que são expectativas criadas, neste caso na Ilha do Faial, e aquilo que eu digo é que estou certo que o Governo Regional vai concretizar os investimentos que tem previstos.

O Sr. Deputado, porventura, terá que fazer o seu papel, que é duvidar que isso possa acontecer, porque é a única coisa que lhe resta neste momento.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): A variante foi prometida, pela primeira vez, em 91!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Helder Silva:

Para concluir, apenas lhe quero dizer que se houve alterações de prioridades por parte do Governo Regional, e é legítimo que tenha havido, eu gostava que o senhor me explicasse porque é que em 2003 está escrito no plano “início da construção da escola secundária”, quando os senhores já sabiam que não a iam fazer?

Deputado Helder Silva (*PS*): O senhor sabe quem é que estava no Governo da República!

O Orador: O Governo da República? Por amor de Deus! Só nos faltava ouvir esta! Quando os senhores não fazem e o Governo da República é do PSD então fica tudo explicado.

Os senhores assumam a vossa responsabilidade!

Os senhores não quiseram ou não puderam fazer, mas escreveram sempre nos planos que iam fazer no ano seguinte.

Isso foi enganar os faialenses e porque os senhores fizeram isso sucessivamente durante todos estes anos, foram penalizados nas eleições.

Os senhores assumam de uma vez por todas as vossas responsabilidades e reservem-me a mim o direito de, perante aquilo que estão agora a apresentar aos faialenses, ter o benefício da dúvida, porque o vosso histórico de incumprimentos a isso me obriga.

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Estamos reunidos em sessão plenária para debater e votar o Plano Anual e o Orçamento Regional para o ano de 2006. Este Orçamento apesar de ser, obviamente, diferente de todos os outros apresentados pelos Governos do Partido Socialista nesta casa, mantém o essencial dos compromissos assumidos por esta maioria aquando da realização das eleições de Outubro de 2004.

Os Governos do Partido Socialista têm levado a cabo um conjunto de políticas transversais vocacionadas para a juventude. Como sempre dissemos, todas as medidas governamentais, desde que promotoras da igualdade de oportunidades e da melhoria das condições de vida, são vocacionadas para a juventude. Os jovens açorianos continuam, evidentemente, a necessitar de uma especial atenção por parte da Governação Regional. Todavia, a baixa taxa de desemprego e os programas de apoio à aquisição de habitação são o garante de que, nos Açores, o poder político tem, desde há muito, uma clara percepção das dificuldades dos jovens.

As dificuldades que mais jovens afectam na Europa e no Continente português são o desemprego e a impossibilidade de adquirirem casa própria. Estes são os dois factores que mais condicionam a emancipação jovem.

Hoje, os jovens sentem grandes dificuldades em se autonomizar das suas famílias.

Uma sociedade avançada exige uma juventude emancipada, mais confiante, participante e dinâmica. A emancipação é fundamental para que a nossa geração possa dar o seu contributo para o desenvolvimento e progresso dos Açores.

O primeiro passo, já dissemos, é o Emprego. Neste campo, nos últimos nove anos criaram-se vários programas que, para além de visarem a integração e a qualificação dos trabalhadores, se destacam por serem exclusivos e inovadores em todo o contexto nacional.

O Governo Regional do Partido Socialista foi o autor da criação dos Programas de Estágios Profissionais como o Estagiar – L, o Estagiar – T e, mais recentemente, o Estagiar – U. O Governo Regional do Partido Socialista soube renovar as perspectivas de emprego e de realização pessoal da Juventude dos Açores, potenciando por um lado a criação de mecanismos formativos capazes de proporcionar uma qualificação profissional com garantias de absorção pelo mercado de trabalho e, por outro lado, criando sistemas de incentivos às empresas, também jovens, para criação de cada vez mais postos de trabalho de que é exemplo paradigmático o programa Estabilizar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Temos, por isso, a mais baixa taxa de desemprego do país e da Europa, por referência aos dados dos totais nacionais, publicados pelo Eurostat.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano Anual e Orçamento Regional para o ano de 2006 os programas referentes à juventude vêm aumentado o seu investimento. Mantêm-se e reforçam-se as opções do plano anterior. A mobilidade juvenil, tão importante para o desenvolvimento da identidade açoriana, é uma das áreas onde o investimento acompanha as necessidades.

Importa ainda salientar o início da construção da Pousada da Juventude da ilha do Pico e o lançamento da Pousada da Juventude da ilha de Santa Maria.

A aposta nas Novas Tecnologias de Informação é o maior instrumento no combate à condição arquipelágica e ultraperiférica açoriana.

Não é possível conceber hoje o mundo sem falar no fenómeno das Novas Tecnologias e no modo como estas influem na vida em sociedade. O ser humano é, essencialmente, um ser de comunicação. A história da evolução do Homem confunde-se com a própria história da comunicação. Hoje, são cada vez em maior número os instrumentos existentes que possibilitam uma melhor comunicação e uma significativa redução das acessibilidades e do próprio espaço temporal. O que há umas décadas atrás era impensável fazer nos Açores ou levaria vários meses a fazer, pode ser realizado num curto espaço de tempo.

Reforçamos a nossa presença no mundo, garantimos maiores condições de operacionalidade num regime que promove melhores oportunidades concorrenciais. Vivemos num mundo onde ao fenómeno da globalização se deve acrescentar o já conhecido conceito da glo-localização, ou seja, pensar globalmente e agir localmente. Nos últimos nove anos, a Região conheceu um desenvolvimento ímpar nesta matéria.

O Orçamento Regional para 2006 consagra um aumento de dois milhões de euros para o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica. Tal facto consubstancia a manutenção desta prioridade. Os Açores são por isso, hoje, uma região desperta para as novas tecnologias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que é repetidamente referido pela oposição, ou melhor, pelo partido que foi o principal derrotado do acto eleitoral, que a todos nos elegeu, esta maioria nunca aprovaria um documento que não fosse a explanação dos projectos e das ideias que os socialistas açorianos defendem para a governação das nossas ilhas.

Nós, maioria, nunca fomos, não somos, nem seremos figurantes da vida política açoriana. Os deputados socialistas são autores políticos. Contribuímos permanentemente para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

O Orador: Todos sabemos que em democracia o desenvolvimento resulta sempre do debate e do confronto de ideias.

Todos sabemos, também, que para haver um debate esclarecedor é necessário que haja oposição. Ora, O PPD/PSD tem sido um autêntico “cata vento” eleitoral.

O PSD não propõe nada que não esteja ao serviço de um pequeno interesse que possa, eventualmente, trazer ganhos eleitorais por mais insignificantes que estes possam ser.

Digamos que representa o pior do *voyeurismo* político. Vive “atrás da moita” à espera que alguma coisa corra mal à governação para então actuar. Configura um estranho caso de necrofagia política. Quando lhe é exigido que tome alguma decisão que possa, eventualmente, fazer perder meia dúzia de votos, prefere ficar a ver como se comportam o Partido Socialista e o Governo. É cada vez mais um partido de políticos velhos, de jovens que já nasceram velhos e de interesses que já não interessam a ninguém.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado em vez de falar no futuro, fala é no PSD!

O Orador: O Sr. Deputado terá todo o tempo, ao abrigo do Regimento, para se defender destas acusações. Eu costumo ouvi-lo com serenidade. Agradecia que também me ouvisse. Percebo que vos incomoda.

Digamos que fizeram um *peeling* ao PPD de Mota Amaral.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O maior partido da oposição tem sido um deserto de ideias e de projectos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O futuro do PS/Açores é atacar o PSD!

O Orador: Sr. Deputado, tenha calma! Preocupe-se com o futuro do PSD que todos já vimos que não é risonho!

Tem sido apenas um megafone dos descontentamentos de grupo. Deixou-se reduzir à condição de mero agitador social.

Como não tem propostas satisfaz-se, apenas, indo na onda. Mas, só participa quando o mar está manso. Digamos, que é um partido de surfistas políticos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que falta de nível!

O Orador: Apesar dos senhores deputados do PSD “darem banho à prancha quase todo o verão” ainda não aprenderam a surfar. Ninguém consegue aprender sem ondas.

Quando chegam as marés de Agosto, corre mal, é claro que corre mal! O PPD embrulha-se na espuma, vacila logo na primeira tormenta, vai ao fundo e, quando finalmente parece vir à tona choca com a sua própria prancha acabando sentado na areia a colocar gelo nos inevitáveis hematomas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto dava um diálogo para os “Morangos com Açúcar!”!

O Orador: Bem vistas as coisas os figurantes da vida política açoriana são os deputados do PSD. Dizem sempre que não. Votam sempre contra. Propõem alterações inconcebíveis no claro intuito de as verem chumbadas. Depois, está claro, acusam os deputados do Partido Socialista de seguidismo.

Como não aprenderam nada imitam hoje, o PS de outrora, esquecendo que os tempos são outros e que os Governos do PS não se confundem com os do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD até hoje nunca teve a arte nem o engenho de apresentar uma proposta que tivesse o mérito de “obrigar” o Partido Socialista a aprová-la por manifesto interesse e “pressão” da opinião pública. Preferem sempre as propostas demagógicas. É fácil consagrar mais verbas para uma determinada rubrica retirando a diferença aos gabinetes dos secretários regionais. Nunca, mas mesmo nunca, neste mais de ano que levamos de legislatura, o PSD apresentou uma proposta que fosse uma opção clara. O PSD é um partido sem ambição. Vive refém da ideia de que mais vale não perder um único voto do que arriscar conquistar um cento pela força das ideias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Entendo que estamos conversados em relação a esta velha querela parlamentar da arrogância e do seguidismo dos deputados do Partido Socialista. Só espero que esta breve alusão às incoerências do PSD seja entendida como um pequeno contributo para a melhoria da qualidade do debate parlamentar. Fica o repto.

Disse...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com grande honra que passados 12 anos, regresso a esta “Casa”, símbolo máximo da nossa Autonomia e “palco” por excelência do debate político, com as consequências desejadas de aprofundamento da nossa Autonomia e respectivo desenvolvimento dos Açores.

Pela experiência adquirida e também pelos deveres e responsabilidades que me cabem, exercerei as minhas funções de Deputado Regional com coerência e objectividade por forma a contribuir, também, para a dignificação desta Assembleia e a credibilização da função nobre da política e dos políticos.

Esta proposta de Orçamento e Plano para 2006, não nos merece confiança, nem nos parece minimamente realista, pelas razões que vamos passar a expor.

É dito que esta proposta assenta no equilíbrio das contas públicas, sem necessidade de recurso ao aumento do endividamento, aliás imposto pela própria Lei de Estabilidade Orçamental, em que o endividamento líquido não poderá aumentar em relação ao ano anterior. Mas, o problema, é que esse suposto equilíbrio e estabilidade das finanças públicas é meramente ilusório. Pois, sempre que a Região tem necessidades de financiamento, cria uma Sociedade Anónima, sendo esta a assumir o endividamento e, assim, a Região foge às regras impostas pela República.

Aliás, esse endividamento está encapotado nos Avals que para 2006 são de 110 milhões de euros, que representam para todos os efeitos um endividamento indirecto da Região.

Nos moldes actuais, não há transparência das contas públicas!

Por isso, só não há aumento do endividamento porque ele está escondido nas Sociedades Anónimas e elas só funcionam como meras entidades de recurso a empréstimos (meras práticas administrativas) e não como verdadeiras entidades de gestão e desenvolvimento.

O equilíbrio anunciado é também enganador pelo facto de haver uma grande desorçamentação, por via das SA's, bem como os encargos da dívida passarem para as mesmas e, além disso, verifica-se neste Plano um conjunto enorme de despesas de funcionamento que estão contempladas, de forma errada, como investimento.

Por outro lado, não é compreensível o investimento do Plano proposto para 2006, quando se sabe que não há aumento das transferências do OE para a Região, havendo, pela

primeira vez, um grave incumprimento da Lei das Finanças Regionais e há um decréscimo de 0.8% das Transferências da UE.

Acresce a tudo isto a diminuição dos valores do PIDDAC para a Região, diminuição, aliás, muito superior à registada no Continente e a não assumpção por parte do OE da alegada dívida à Região de 140 milhões de euros, assunto que ainda está por esclarecer quanto ao detentor da verdade.

Nesta conjuntura, verifica-se ainda a existência de factores que penalizam as empresas e a economia, como sejam, o acréscimo da Taxa do IVA e o acréscimo da Taxa das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

O aumento de impostos para 2006 é uma realidade que vai penalizar a economia regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para um plano que apresenta 167.5 milhões de euros como investimentos não desagregados – quase 30% do total do investimento global da RAA, torna-se muito difícil fazer uma análise por ilha.

Contudo, e face aos poucos elementos que temos disponíveis, verifica-se em termos globais, que o investimento para a Terceira representa apenas 18% do total da Região.

Tudo aponta para uma política de continuidade e de repetição de valores ao longo dos anos, alguns desde 1996, sem que haja qualquer inovação, nem qualquer consequência prática. Para além disso, alguns projectos e acções apresentam verbas muito reduzidas, que não nos merece qualquer credibilidade.

Mas, analisemos mais em pormenor!

- Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, em 1997 previa-se o início da obra e agora para 2006, 10 anos depois, prevê-se apenas a elaboração do projecto;

- A construção da EB 2,3 Francisco Drumond, depois de já várias vezes prometida volta novamente a ser prometida com apenas 500.000 euros. Alguém pode acreditar que seja para fazer alguma coisa?

- A EB 2,3 do Ramo Grande prometida em 2000, surge agora, 7 anos depois, com apenas 100.000 euros. Não é de certeza para levarmos a sério!

- A ampliação e reparação da escola Francisco Ornelas da Câmara, que deveria ter sido prevista desde o projecto inicial, surge agora de novo. Esperemos que seja efectivamente

para se concretizar, dado que se torna urgente, embora não tenhamos visto ainda qualquer concurso público sobre esta obra.

- A obra do novo hospital da ilha Terceira, já várias vezes prometido e sempre adiado, surge agora com um valor de 1.400.000 euros, por sinal é igual ao valor previsto para a remodelação e ampliação do actual hospital. Será que vamos continuar a adiar a construção urgente do novo hospital e a investir fortemente na actual estrutura hospitalar? É um contrasenso! Quanto mais tempo o Governo levar a decidir, mais custos tem essa decisão.

- O Parque de Exposições da ilha Terceira em que o projecto foi apresentado em Maio de 2004, com cerca de 10 milhões de euros, aparece agora em 2006 com apenas 500.000 euros, o que nos leva a crer que a obra não passará do papel;

- A construção do novo Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, surge com uma dotação insignificante de 250.000 euros que representa metade da verba de 500.000 euros para a construção de um armazém do SRPCBA. O que é mais importante? O quartel ou o armazém?

- Passados que estão tantos anos sobre a necessidade e urgência da construção do último troço da Via Vitorino Nemésio (ligação ao Porto da Praia), parece surgir agora uma luz ao fundo do túnel com uma dotação para a expropriação de terrenos. Vamos continuar a aguardar para vermos se finalmente é desta;

- Vemos com muita insatisfação a redução significativa de verbas de 2005 para 2006, relativas à Construção e Ampliação de edifícios para creche e JI – Confederação Operária Terceirense, e Remodelação e Ampliação do edifício da Creche e Jardim da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Tudo isto são sinais claros e evidentes de que estas obras não são para se concretizarem, não obstante estarem prometidas desde 2001.

- Será este ano de 2006 que a ACM terá o seu Centro de Actividades Ocupacionais, depois de em 2004 estar previsto a conclusão do projecto, em 2005 passou a execução do projecto e agora novamente para a conclusão do projecto?

- A construção do Laboratório de Veterinária da ilha Terceira, surge novamente, com uma verba de 1 milhão de euros, quando em 2001 foi dito pelo responsável da pasta que a obra seria uma realidade até ao final da legislatura, ou seja, 2004. Passados 5 anos, continuamos na mesma!

Para além destas obras, em que muitas delas, não nos merecem confiança, conforme demonstrámos, ficam de fora algumas obras já prometidas e que não constam deste Plano, como sejam: a construção da EB/JI da Serra de São Tiago; a ampliação da EB Santa Rita; a construção da nova Escola da Fonte do Bastardo; a pavimentação da estrada regional – troço da estrada 25 de Abril; a construção para realojamento do Bairro Joaquim Alves; o apoio de 50% à construção da Avenida Marginal da Praia da Vitória e a expansão do Parque Industrial da Ilha Terceira.

Por outro lado, e para finalizarmos, infelizmente verificamos que projectos estruturantes e fundamentais para a ilha Terceira são pura e simplesmente esquecidos neste Plano para 2006.

O Sector de Energia que é vital e fundamental para uma Região como a nossa, esquece o projecto geotérmico da ilha Terceira e uma aposta clara no projecto de hidrogénio, como energias alternativas e fundamentais para o crescimento económico da Região.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima para esclarecimentos.

(*) Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a demagogia aqui demonstrada por V. Exa., Sr. Deputado, quero-lhe dizer que o povo da Terceira conhece o trabalho do Governo Regional dos Açores ao longo destes anos e têm-nos dado sempre razão, conforme se tem demonstrado nas urnas, em todas as eleições que se têm realizado.

O senhor não vê (ou não quer ver!) o trabalho e as obras realizadas ao longo destes últimos anos pelos Governos Regionais do Partido Socialista na nossa ilha, mas não admira, porque da parte dos senhores é sempre o mesmo, só vêem desgraça, nunca vêem o lado positivo, o lado bom, o serviço que este Governo tem prestado ao longo dos anos aos Açores e mais concretamente à Ilha Terceira.

Em relação aos investimentos temos: a construção da Escola EB/Secundária, Tomás de Borba, em São Carlos, está em curso; a ampliação e reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara está em vias de construção do novo edifício e em substituição do imóvel demolido por razões de segurança, que foi lá feito, portanto, está em andamento; a construção da Escola Básica Francisco Drumond, em São Sebastião, vai ser feita para evitar a deslocação dos alunos das freguesias de São Sebastião, Porto Judeu e da Feteira, para melhorar a vida das pessoas que vivem naquela área; a Escola EB 2/3 Ramo Grande, a aquisição de terrenos e elaboração de projectos está em andamento; para a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, temos já uma verba no Plano e Orçamento para a elaboração do projecto das novas instalações.

Quero dizer ao Sr. Deputado que continuamos, de facto, a cumprir o prometido no nosso manifesto eleitoral apresentado à população.

Muito mais ainda tinha para dizer, mas face à demagogia que o senhor usou, não digo mais nada.

Disse.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O meu colega já referiu algumas coisas em resposta à intervenção do Sr. Deputado José Fernando.

Em relação aos avales muita coisa já tem sido dito em plenários anteriores. Ontem, no debate, já foi falado e hoje também.

Os avales não são uma dívida. Os avales são a garantia de um pagamento.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Os avales só se tornam numa dívida quando esse bom pagamento deixa de ser feito.

Uma pessoa particular que faz um aval a outra pessoa, não tem uma dívida, tem uma garantia de um bom pagamento.

Quando essa dívida não é paga é que deixa de ser uma garantia e passa a ser um pagamento. Enquanto não houver isso, nunca é uma dívida. Portanto, não vejo qual é a razão.

Em relação à Biblioteca Pública já sabem, ou pelos já deviam saber, que a estratégia foi mudada. A biblioteca vai ser construída atrás da antiga Escola Industrial e enquanto não for construída a Escola de São Carlos, que será provavelmente concluída em Setembro de 2007, até lá não pode ser feita a Biblioteca Pública, mas ela será feita, certamente.

Nós, deputados da Terceira, como todos os outros, penso que estamos empenhados, ainda mais os Deputados do Partido Socialista, para que este manifesto que tenho aqui seja cumprido.

Penso que da parte do Governo será cumprido. É essa a vontade. É para isso que o Governo ali está. É para isso que nós aqui estamos.

O senhor falou de estradas regionais. Lembra-se, no tempo do PSD, das estradas regionais que tínhamos na nossa ilha? Tudo esburacado, tudo furado, sem as mínimas condições.

O senhor hoje dá a volta à ilha e tem excelentes estradas, faltando apenas esse pequeno troço da Praia. É essa a sua diferença.

Deputado António Ventura (PSD): Não é verdade!

O Orador: Não é verdade? O Sr. Deputado não deve estar a ver bem certamente!

Se fôssemos de Angra pelas freguesias de São Mateus, Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara, o que era aquilo? Era uma ribeira, para não falar da minha freguesia que os senhores nada fizeram, esqueceram-se.

Em relação ao Quartel dos Bombeiros, o Governo está empenhado na sua construção, mas é preciso que haja uma direcção que decida o que é que pretende fazer, porque acho que até a este momento não sabe o que é que quer fazer, não sabe se quer um novo, se quer manter o que está. Se calhar há que rever se realmente se deve fazer um novo ou se deve ficar aquele dentro da cidade, porque é mais importante ficar lá.

O Governo não vai chegar junto da direcção dos bombeiros e dizer que vai fazer o quartel. Será a direcção dos bombeiros a tomar a iniciativa.

Em relação à estrada Vitorino Nemésio, devem saber quem é que se lembrou de fazer a estrada. Se bem se lembram havia duas faixas laterais que, em vez de passar camiões, passava gado. Estavam asfaltadas. Só faltou meter um tapete. Se tivessem feito aquilo em

condições, teria evitado fazermos hoje uma estrada nova e seria menos um investimento que fazíamos.

Se não sabem, ficam a saber. Há um investimento para a estrada Vitorino Nemésio na ordem dos 25 milhões de euros, ou seja, 5 milhões de contos, onde vai haver separadores centrais, iluminação e vai-se repor aquilo que não foi feito na devida altura. Fez-se mal e novamente está cá o Governo do Partido Socialista para repor aquilo que estava mal feito.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Os 25 milhões não estão no plano!

O Orador: Sr. Deputado José Fernando Gomes, na área da Solidariedade Social, o senhor deve estar bem equivocado. O senhor está por fora dos números, certamente.

O senhor, por acaso, sabe quantos centros de convívio temos nos Açores? Não sabe! Temos 118.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que contas são essas?

O Orador: Sabe quantas freguesias é que temos? São 156. Há quase um por freguesia, graças a este Governo do Partido Socialista, que fez essa obra.

O senhor quer ver no Plano de 2005 e no de 2006 o que é que ainda temos para fazer nessa área?

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima se calhar também não sabe. Está na Praia, está mais distante.

Temos a reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo (está no Plano para 2006, 2007 e 2008); a Associação Cristã da Mocidade também já consta do Plano para 2005 e 2006; a Confederação Operária Terceirense também está no Plano, assim como o Jardim de Infância de Nossa Senhora do Livramento, que o senhor falou, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino. É só um bocadinho.

... a remodelação e ampliação da ATL de São João de Deus, a remodelação do edifício da Associação dos Funcionários Públicos da Ilha Terceira, a remodelação da Creche e Jardim de Infância da Casa do Povo da Terra Chã, a Creche da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, a Serra de Santiago... tem tanta obra de solidariedade social. Foi o que

este Governo fez mais, mas o vosso governo não fez nada por isso. Isso está triplicado e quadruplicado. Será que os senhores não vêem isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Gostava só de dizer mais uma coisa, em relação à Escola da Serra de São Tiago.

A nota que eu tenho aqui é que ela foi eliminada, porque já não existe população suficiente para que se faça a escola. Foi mudada a estratégia.

Um plano que é pensado a médio e a longo prazo, pode ser alterado. Eu não vejo qual é o problema. Não tem que ser aquilo que os senhores querem. Pode-se pensar uma coisa hoje e amanhã outra.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Fernando Gomes:

As minhas primeiras palavras são naturalmente para saudar o seu regresso a esta “santa Casa”...

(Risos da câmara)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... mas espero que também seja a esta casa *mater* da autonomia. Estou certo, Sr. Deputado, que dará um bom contributo à defesa da nossa Região e também da nossa Ilha Terceira que, também já é hábito e praxe, sempre provoca debates acesos nesta Assembleia.

O Sr. Deputado José Fernando Gomes começou, também atenta a sua formação profissional, por fazer um enquadramento dos planos que aqui temos em análise, com outra sistemática e outra arrumação relativamente ao que vimos fazer ontem o Sr. Deputado António Marinho, embora com a mesma argumentação ao nível da desorçamentação e da crítica às Sociedades Anónimas e às novas formas que há de gestão pública e público-privada que estão cada vez mais em uso, e como o Sr. Deputado José

Fernando Gomes sabe, não só na Região Autónoma dos Açores, não só na República, mas também, como ontem foi aqui lembrado, por parte do poder local e das nossas câmaras que sentem necessidade e vêm méritos na agilização destas formas, quer através da criação de sociedades anónimas municipais, de cooperativas, etc., e que são instrumentos que, de resto, também têm produzido na prática os seus resultados.

O Sr. Deputado José Fernando Gomes que ganhou sucessivamente por três vezes a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sabe, naturalmente, que isto é assim e sabe que isto é por vezes um instrumentos útil e às vezes necessário para bem servir, no caso, os cidadãos munícipes como os cidadãos dos nossos Açores.

Também sabe exactamente, atenta a sua experiência longa de autarca, que há sempre uma *décalage* entre aquilo que queremos fazer e aquilo que conseguimos fazer, desde logo, no tempo. Sob esse ponto de vista até, a política é, de algum modo e em primeiro lugar, podemos dizê-lo com humildade, a arte de bem gerir alguma decepção, sempre entre aquilo que todos naturalmente queremos fazer e aquilo que efectivamente, por um conjunto de condicionalismos, conseguimos fazer.

Houve muita coisa que o Sr. Deputado José Fernando Gomes, naturalmente, enquanto Presidente da Câmara Municipal, sonhou fazer, quis fazer, planeou fazer, mas não conseguiu. Assim é também connosco e sempre o admitimos.

Eu lembro-me de ouvir dizer que a Escola de São Carlos estaria pronta em 1995, mas não ficou, nem ficou 10 anos depois, ficará certamente dentro de 2 anos, conforme está previsto.

Agora, uma coisa é certa: o PSD tem funcionado aqui, e é bom sinalizar isso, mais do que uma oposição de incumprimentos de Governo, como um relógio que vai cronometrando aquilo que este governo disse que ia fazer e que efectivamente está a fazer. Quando as coisas estão prontas ou estão em curso, o PSD agarra-se a um inconsolo que é cronometrado pelo atraso entre a data em que eventualmente se quis fazer e a data em que se conseguiu fazer.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Parece-me que isto é pouco.

Se fôssemos falar de escolas, por exemplo, Sr. Deputado José Fernando Gomes, nas escolas que se têm feito nesta Região, nomeadamente da Ilha Terceira, bastava pensar – e o Sr. Deputado com certeza sentiu essa dificuldade e essa preocupação noutras funções – nos anos em que tínhamos que a Francisco Ornelas da Câmara caísse e o que acontece hoje com essa escola.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): *Muito bem!*

O Orador: E também a ambição que significa hoje e o que está projectado em termos de escolas. Algumas delas – verdade seja dita – realmente o PSD não cumpriu, porque verdadeiramente nunca sequer pensou fazê-las, nem chegou a anunciá-las. Isto também é verdade.

O Sr. Deputado fez o seu balanço, trouxe o seu rol de algumas iniciativas da Terceira. Não falou naquelas (e são muitas!) que já foram feitas. Falou nalgumas que já estão sendo feitas e sobretudo há que conhecer que muito tem sido feito.

Estas que estão neste plano e que ainda não começaram a ser feitas, vão ser feitas com certeza, até porque este Governo e esta maioria sentem, sabem e encaram isto como um estímulo, que têm ainda, para além do muito que foi feito, muito para fazer e têm força, energia, criatividade e liderança para isso e assim o faremos.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, antes de mais, saudar o tom civilizado que o Sr. Líder Parlamentar do PS introduziu neste debate, sobretudo em grande parte, à parte dos ataques ao PSD, mas colocou a questão no ponto certo, isto é, denunciou aquilo que não nos parece que está correcto, justificou aquilo que não foi feito, contradizendo aquilo que foi dito pelos anteriores deputados que acabaram por não fazer mais do que aquilo que é a sua obrigação.

São deputados de uma ilha. A oportunidade que têm de falar no ano é quando se fala aqui no Plano e Orçamento, e vêm fazer aquilo que outros colegas seus já fizeram aqui noutros anos.

O que os senhores disseram, outros colegas do Partido Socialista disseram aqui noutros anos. Por sinal, as obras que eles diziam que iam fazer não estão feitas na mesma medida em que eles também já não estão aqui. Por isso não há nada de novo.

Posso dizer que no dia 27 de Novembro de 1997, o Partido Socialista dizia, em relação a escolas, que ia fazer a Escola de São Carlos, que era uma prioridade. O Sr. Secretário Regional dizia que era para arrancar a obra.

Em 23 de Setembro de 98, o Sr. Secretário Regional dizia que ia lançar a obra nesse ano.

Os senhores também afirmaram aqui, com uma grande confiança, que iam fazer, mas já nessa altura disseram o mesmo que os senhores disseram.

Em 15 de Dezembro de 98, um deputado do PS dizia que tinha a elaboração do projecto e que iria iniciar-se em 99, mas só agora é que se iniciou e estamos em 2005 e por aí adiante.

O mesmo se diga, por exemplo, em relação à Escola Ferreira do Drumond. No dia 5 de Abril de 2001, o Sr. Secretário Regional dizia que esta escola e a escola do Ramo Grande iriam iniciar-se: “em relação a estas escolas estamos a trabalhar os projectos”. Mais à frente dizia: “nós vamos construir essas escolas em 2001”.

O mandato acabou em 2004, estamos em 2006 e estou certo, por sinal em relação à escola do Ramo Grande, que não será feita neste mandato, mas aqui, os actos de confissão públicos, as promessas, estão repetidamente feitos.

Uma outra Sra. Deputada, em 15 de Novembro de 2001, em relação à Escola de Santiago dizia: “Essa escola será feita nos anos subsequentes”. Agora dizem que não é para fazer porque tem menos gente. Não é verdade. Foi feito um bairro, foi feito um investimento. A população não diminuiu de forma alguma.

A pasta é imensa. Não temos tempo para repetir.

Da parte dos Deputados do Partido Socialista há o dever assumido, ali imposto, de defender o Governo e voltar a confirmar aquilo que tinha sido prometido.

O que é certo é que para o ano faz 10 anos de governação socialista na Região. Durante estes 10 anos, o que os Srs. Deputados do Partido Socialista estão a fazer, tem sido feito, sucessiva e repetidamente, durante este tempo.

O que é certo é que as obras, muitas delas, têm sido repetidas, prometidas e muitas delas não foram cumpridas.

Obviamente que está muito feito, há obras feitas e o PSD congratula-se com isso, mas tem a obrigação, política e cívica, de exercer o seu lugar de oposição. Tem a obrigação e o dever de denunciar aquilo que não está feito, na mesma medida em que entendemos que ao denunciarmos aquilo que não está feito, estamos a contribuir e a motivar o Governo para melhorar a sua acção, estamos a promover que se corrijam as deficiências e estamos a promover o desenvolvimento dos Açores.

É essa assumidamente a nossa obrigação e é esse o dever que vamos cumprir, enquanto oposição e enquanto os açorianos assim quiserem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Gaspar Lima (PS): Hoje ainda estamos a erradicar barracas do sismo de 80. Estamos a pagar as asneiras que os senhores fizeram!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao final do nosso tempo regimental.

Passo a anunciar os tempos disponíveis:

Deputado Independente: 10 minutos

Partido Popular: 43.2 minutos

Partido Social Democrata: 96.83

Partido Socialista: 190.63

Governo: 214.02

Vamos interromper os nossos trabalhos regressando às 15 horas.

Bom almoço.

Eram 13 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Quando interrompemos os nossos trabalhos ainda tinha inscrito para esclarecimentos o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Também tinha inscrito o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Emprego, a Formação Profissional e o Desporto são áreas que surgem interligadas sempre que se pensa em juventude e, como sabemos, quando se pensa em juventude normalmente está a pensar-se no futuro.

O grau de satisfação e de realização de uma sociedade como a nossa, está também dependente do acesso ao emprego, à realização profissional, à igualdade de oportunidades e à possibilidade de concretização dos nossos sonhos junto daqueles que mais gostamos.

Desde 1996 o emprego, foi encarado de uma forma séria e rigorosa, porque os seus responsáveis sabiam que devido à característica arquipelágica da nossa região, o aumento do desemprego poderia ter consequências dramáticas para comunidades de pequena dimensão, como são as das pequenas ilhas da nossa Região.

Em 1997 foram traçadas as linhas orientadoras do Plano Regional de Emprego, para o período de 1998 a 2006. Este plano, além da importância que teve e ainda tem na política de emprego, teve e tem também o mérito de ser aberto e adaptável a novas situações que têm surgido nesta área, sobretudo com o surgimento de novas dinâmicas, como foi o caso do rápido crescimento no sector do turismo, que acabou por provocar uma rápida e eficaz transformação nos modelos de formação profissional.

E, de facto, os resultados deste Plano Regional estão aí: o número de empregados em estabelecimentos e empresas cresceu, tendo crescido também o número de empresas e estabelecimentos. A taxa de desemprego tem andado quase sempre abaixo da barreira técnica do pleno emprego, registando-se no terceiro trimestre de 2005 uma taxa de 4,2 %,

enquanto a taxa de desemprego do país era naquele período de 7,7 %. De recordar que em 1996 a taxa de desemprego era de 7,9 %. O número de empregados tem vindo a aumentar desde 1998, ano da implementação do Plano Regional de Emprego, registando-se no terceiro trimestre do corrente ano 105.928 trabalhadores activos, valor jamais alcançado na Região Autónoma dos Açores.

Estes números dão-nos algum conforto, mas não nos podemos refugiar apenas nos bons indicadores. É necessário prosseguir na busca incessante de soluções para os problemas que irão surgir nos próximos tempos, consequência lógica da inevitável globalização, que já aí está.

Como estratégia para debelar e minimizar os obstáculos, o Governo Regional dos Açores pretende implementar as seguintes prioridades:

- Promoção das Pessoas;
- Aumento da actividade laboral;
- Inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas;
- Estratégias para um trabalho compensador;
- Combate à precariedade;
- Coesão social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sucesso da política do emprego está intimamente associado à acção na área da formação profissional. Neste capítulo o investimento público tem trazido efeitos positivos, com a valorização dos activos da Região.

Recorde-se que em 1996 existiam apenas 5 escolas profissionais com 26 cursos, enquanto em 2004 já existiam 18 escolas com 297 cursos. Os formandos em 1996 eram 434, enquanto em 2004 já eram 7000. Neste momento 15 % da população activa da Região está já habilitada com cursos profissionais de elevada qualidade, o que implica o consequente aumento do salário médio, que já ultrapassou os 600 euros mensais, e a redução do número de trabalhadores que auferem o salário mínimo, que representa agora apenas 8 % do total dos activos.

Estes dados positivos e animadores pressupõem, à partida, uma melhoria dos níveis de competitividade das empresas e o consequente aumento do Produto Interno Bruto per capita, que se verifica sobretudo a partir de 2001.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desporto assume cada vez mais importância numa sociedade moderna, já que se tem assistido a uma degradação da actividade física, motivada pelo desenvolvimento tecnológico e pelo aumento dos níveis de conforto.

O sedentarismo tem uma prevalência em Portugal de cerca de 70%, a maior taxa da União Europeia.

Além disso, notícias recentes dão conta do aumento do consumo de tabaco e de álcool entre os jovens. Também estudos feitos nos Açores, durante o ano passado, revelam-nos que 32,6% das mulheres e 44,2% dos homens tem excesso de peso, enquanto 18,8% das mulheres e 16,4% dos homens são obesos, valores que se encontram acima dos valores estimados para toda a população Portuguesa.

Para ultrapassar estas marcas negativas que tem impacto directo na qualidade de vida dos cidadãos e nos custos com a saúde, o Governo Regional irá lançar o projecto Açores Activos, cujos destinatários são os jovens adultos, os adultos e os idosos, que, por diversas razões, têm andado arredados da actividade física regular. Com este conceito pretende-se possibilitar uma prática regular de actividades físicas e desporto, contribuir para a promoção de estilos de vida activa e promover a saúde e qualidade de vida.

A introdução deste projecto implicará desde logo a abertura do parque desportivo existente à sociedade, o que trará novas responsabilidades a nível de instalações desportivas, já que a sua modernização e crescimento será inevitável.

Assim teremos, como obras e acções de maior dimensão, a remodelação do complexo desportivo do Lajedo, a construção da piscina na Escola Vitorino Nemésio, o apoio à construção de pavilhões desportivos dos Clubes, com uma lógica prioridade aos participantes nas provas Nacionais e a requalificação de polidesportivos com a colocação de coberturas ou relva sintética.

O Decreto Legislativo Regional 14/2005/A vem também regular todo o apoio ao movimento associativo desportivo, juntando num só diploma toda uma panóplia de informação que se encontrava dispersa e, talvez por isso, pouco acessível e, por isso também, pouco eficaz.

Devido aos excelentes resultados do projecto Escolinhas do Desporto, este está a ser alargado a crianças a partir de 6 anos, quando anteriormente estavam apenas abrangidas

crianças a partir dos 8 anos. Em 2004 existiam 287 núcleos, com 2800 participantes, enquanto este ano já estão em actividade 345 núcleos na Região, com cerca de 3500 participantes.

No desporto adaptado, também tem sido registado um grande incremento da actividade desportiva. Em 2004 estavam em actividade e devidamente enquadrados 51 núcleos, enquanto em 2005 já são 53 núcleos, com cerca de 650 jovens com prática regular. Este projecto, que no início tinha como principal objectivo colaborar na integração social das pessoas portadoras de deficiência, tem sido progressivamente alargado e já conta com participações em provas Nacionais, onde já temos registado 3 campeões de Portugal.

Para a consecução do programa de desenvolvimento desportivo está prevista a verba de 12,7 milhões de euros, mais 10,35% do que o previsto para 2004.

O sucesso verificado também nestas três importantes áreas, confirma que, nos dias de hoje, ainda faz sentido pensar-se nas pessoas em primeiro.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, que felicite, desejando boa sorte, todos os novos deputados que agora estão connosco, desejando o melhor trabalho em prol da Região Autónoma dos Açores.

O Plano de investimentos para 2006 da SRHE intensifica a caminhada do cumprimento do Programa de Governo para esta legislatura, nas áreas da habitação, obras públicas, comunicações e protecção civil.

Até ao advento da Autonomia, a habitação nos Açores, viveu do silêncio comprometedor do Estado Novo, cuja dimensão social se integrava na prática caritativa sócio-religiosa, que imperava sob um regime de “capa de chumbo”.

Seguiu-se um período de aprendizagem autonómica onde a habitação teve uma expressão desestruturada pelo menos até 1990, ano do primeiro Dec. Leg. Regional (nº 16, de 8 de Agosto) que regulava os apoios à habitação. O investimento alocado a este sector em cada Plano de investimentos conduziu a cifras quantitativas conhecidas em termos de promoção habitacional. Até 1996 foram cedidos 117 lotes por ano, de 1997 a 2000 foram 266 lotes/ano e, de 2001 a 2004 este número aumentou para 282 lotes/ano.

Assumimos no Plano de investimentos de 2005 que nesta legislatura o objectivo seria de continuar a incrementar a cedência de lotes a uma média de 300 por ano. Hoje, podemos afirmar que durante o corrente ano já atingimos a cedência de 358 lotes. No próximo ano prevemos ultrapassar este valor em termos de promoção habitacional nos programas de auto-construção, realojamentos e custos controlados.

O esforço de investimento neste sector que crescerá 11,1% em 2006 (já tinha crescido 43,4% de 2004 para 2005), destina-se em particular ao programa de habitação degradada como prioridade que sai reforçada neste plano de 2006. Já em 2005 apoiámos cerca de 450 famílias das quais 119 foram das ilhas da coesão em termos de habitação degradada. Deste modo, a reabilitação do parque habitacional continuará a ser uma linha estratégica que está a ser promovida com a aplicação do novo diploma de 2004, que se tem manifestado como um instrumento de acção que propicia maior abrangência de apoios, aumentando-se deste modo o conforto, a segurança, a salubridade e a privacidade dos beneficiários.

Vamos continuar em força a considerar a habitação como espaço que protege a vida de cada pessoa, diariamente, bem como condiciona os cenários que estimulam ou negam a satisfação individual e colectiva. Daqui resulta a necessidade de prosseguir uma política social de habitação atendendo a um conjunto de factores de qualidade que determinam o resultado final de qualquer análise habitacional.

Referimo-nos à acessibilidade, comunicabilidade, funcionalidade, agradabilidade, durabilidade, segurança, convivialidade, privacidade, apropriação, atractividade e integração. Estes aspectos de relação, adequação, conforto, identificação e aspecto estão a ser considerados nos novos loteamentos que temos previstos no âmbito da promoção empresarial destinada a custos controlados e aos realojamentos que realizaremos em 2006. Destacamos, neste sentido, o início do processo para a resolução do degradado Conjunto Habitacional Joaquim Alves na Praia da Vitória, os CDH's em S. Miguel – numa bolsa de terrenos que adquirimos, que ultrapassa os 200 mil metros quadrados e que permitirão a edificação de mais de 1000 novos fogos no decurso desta legislatura – ou nas novas edificações dos loteamentos em Santa Maria, Faial e S. Jorge.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política social de habitação irá movimentar-se em 2006 no quadro da inovação regulamentar que aprofundaremos no decurso desta legislatura, e, sobretudo na regeneração urbana e arquitectónica que perseguiremos atendendo sempre à exigência da redução da vulnerabilidade do edificado.

O défice habitacional impõe ainda continuidade na acção, persistência, empenhamento, sentido de urgência, descentralização e um nível de investimento público ajustado aos nossos recursos. O Plano de 2006 inscreve na área da habitação montantes que permitem alcançar resultados práticos e concretos para as pessoas, aliás as verdadeiras metas do nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da Construção Civil e Obras Públicas na Região continua a ter um peso muito significativo, quer pelo volume de negócios que gera 480.5 milhões de euros em 2003, de acordo com o INE, quer pelo emprego que lhe está associado, mais de 16.000 postos de trabalho em 2004.

Este sector tem apresentado nos últimos 9 anos indicadores positivos quando comparado com o resto do País. Na verdade, a Região apresenta, por exemplo, melhores resultados do que o Continente e a Madeira ao nível das taxas de crescimento anual relativas ao Licenciamento de Edifícios entre 1999 e 2004.

Outrossim, as licenças concedidas para obras de manutenção/recuperação constituíram em média 25% do total, valor superior ao que se registou no Continente (20,3%) e na Madeira (23,8%).

Também em matéria de consumo de cimento a Região duplicou a venda anual: 1999-160.000 TN; 2004 -320.000 TN.

Nos próximos anos prevemos estabilidade para este sector pelas oportunidades ligadas à vigência do IV QCA que continuará a financiar obras públicas de modo directo ou indirectamente beneficiará sectores económicos que implicam procura na construção civil.

Outros nichos de mercado serão as obras de conservação nas infra-estruturas construídas na década de 80, por terem atingido o seu ciclo de reparação ou por deficiências construtivas, bem como a construção de novas marinas e portos de recreio que estão interligados ao crescimento de actividades de lazer com vantagens para o turismo, ou ainda, os negócios ligados ao ambiente, água e energia hidráulica que podem constituir novas frentes de oportunidades.

Por outro lado, podem significar mais-valias para o sector de construção civil os investimentos públicos previstos para os próximos anos no parque habitacional e no sistema rodoviário regional. No caso da habitação, após um crescimento de 2004/2005, no valor de 43,4%, para 2006 o investimento neste sector volta a crescer 11,1%.

Sabemos que este sector tem outros desafios num cenário de evolução na competitividade: aumentar a qualidade global na feira da construção, reforçar as parcerias estratégicas, melhorar a prevenção, segurança e higiene no trabalho, diversificar actividades, utilizar novos materiais e processos de construção para o que é crucial adequar ao contexto dos Açores a Investigação e Desenvolvimento, a certificação, a marcação CE de agregados, à aposta na formação de recursos humanos como forma de reduzir o “gap competitivo” e de aumentar a produtividade, ou ainda a utilização de sistemas de informação/tecnologias de informação ajustados à gestão, ao planeamento e controlo das obras.

Estas linhas estratégicas de actuação devem acompanhar o quadro de investimento público ligado ao sector. O Governo Regional continuará a garantir que o investimento público também neste sector seja dimensionado e balizado pelas responsabilidades do

cumprimento dos compromissos financeiros. A este propósito, refira-se o forte crescimento em 2006 na construção e reabilitação de estradas regionais em todas as ilhas que vem dar resposta ao Plano de modernização global que estamos a executar na rede viária regional. Como se sabe, a média de intervenções em ER'S foi de 250 Km por legislatura de 1997 a 2004, neste quadriénio vamos atingir mais de 400 Km de beneficiação de estradas regionais sem contabilizar o projecto da SCUT'S.

Além destes aspectos quantitativos, estamos igualmente a associar inovações nas empreitadas, designadamente, recorrendo a aplicação de novos materiais nos pavimentos, de grande vantagem em termos de custo/benefício e que permitirão conservar a nossa rede viária regional agora e no futuro.

Acresce ainda que, por exemplo, em vias estruturantes como a via Vitorino Nemésio haverá ao longo do seu trajecto “pontos de ligação” preparados para colocar equipamentos destinados à monotorização geral desta via em tempo real.

Estamos deste modo a prosseguir a modernização da nossa rede viária conferindo-lhe segurança, qualidade e os melhores padrões de modernidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a percorrer um caminho no sentido de encontrarmos novos rumos que possibilitem colocar os Açores em patamares idênticos ao resto do País e da Europa ao nível da acessibilidade, da qualidade e do acompanhamento de serviços de Telecomunicações.

Este sector nos Açores é fundamental porquanto pode trazer vantagens competitivas às empresas, elevar o nível cultural e promover a qualidade de vida, ou até servir como forma de atenuar o isolamento dos residentes na nossa Região.

Nos Açores, ao sector das Telecomunicações exige-se complementaridade entre objectivos económicos e sociais pelo que o Governo Regional está a assumir um papel político interventor, designadamente, quando o mercado não consegue assegurar funções e serviços de interesse económico geral.

É neste âmbito que se inscrevem diversas acções e medidas que o Governo tem promovido ou em que tem estado empenhado, como o acesso aos canais generalistas, a instalação da estação de rastreio e telemetria em Santa Maria cujo protocolo com a ESA

será celebrado no próximo Sábado, o primeiro seminário de comunicações que promovemos em Abril último, ou o encontro da ACIST em Ponta Delgada no final deste mês e início do próximo, subordinado à temática da Banda Larga, onde também será apresentado um estudo sobre o sector das comunicações nos Açores até 2010, ou ainda as observações que temos feito às operadoras das redes fixa e móvel para que aumentem a sua oferta/qualidade e baixem os tarifários de serviços na Região Autónoma dos Açores e ofereçam novos serviços. Neste último caso, falamos da generalização da Banda Larga (ADSL), de “hot-spot” do Sistema Wi-Fi, de novos serviços no domínio do espectro radioelétrico como Wi-Max, PLC entre outros, para além da melhoria da cobertura da rede móvel em todas as ilhas.

Estamos, assim, abertos ao mundo e ao nosso tempo, com flexibilidade e velocidade, características vitais para conseguirmos que os Açores possam constituir-se numa Região-plataforma de cruzamento de tecnologia e saberes, materializados em janelas de oportunidades para novas empresas e novos serviços de acesso generalizado aos cidadãos que aqui vivem, numa rede de informação que funcione como verdadeira “rede inteligente e pensante” na Sociedade de Informação e Conhecimento que queremos alcançar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política de protecção civil que encetámos há 9 anos tem-se caracterizado por um forte investimento que no Plano 2006 volta a crescer nos projectos aquisição/reparação de viaturas e na Formação e informação (157,8% e 104,8% respectivamente).

Hoje, podemos afirmar que concretizámos uma viragem importante e irreversível na forma de encarar a prevenção e a auto-protecção perante riscos colectivos, bem como se pode atenuar os seus efeitos e consequências.

Foram mais de 36 milhões de euros que investimos na segurança dos Açorianos. Este esforço é visível e corresponde a um projecto de segurança e defesa civil nos Açores, balizado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos e pela sensibilização e informação da população da nossa Região.

Como sustentámos na aprovação do programa do Governo, nesta legislatura os nossos grandes objectivos passam por intensificar a promoção de uma cultura de prevenção e segurança, através de um maior conhecimento dos riscos e vulnerabilidades e da

informação sobre medidas de auto-protecção; conferiremos maior capacidade de intervenção dos corpos de bombeiros e reforçaremos a formação e cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores e outras entidades, alargando a monitorização e avaliação de parâmetros de risco em ordem a prevenir acidentes e catástrofes.

Fica mais uma vez a garantia do empenhamento do Governo em continuar a alicerçar o SRPCBA tendo por base os nossos bombeiros como verdadeiros pilares da construção do edifício de segurança e de defesa civil dos Açorianos.

A execução dos projectos da área da Protecção Civil inscritos no Plano 2006 representa, por isso, mais um degrau na pirâmide de segurança e desenvolvimento que estamos a construir sempre pelos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Investimentos para 2006 da SRHE assegura o cumprimento do Programa do Governo, contribui para o desenvolvimento de domínios fundamentais da economia regional sem descurar aspectos sociais e, deste modo, traduz a confiança e a força do movimento da Sociedade Açoriana sufragados em Outubro de 2004.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

(*) Deputado José Fernando Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Apenas uma simples questão para esclarecer, no que diz respeito à rubrica “Construção, beneficiação e pavimentação de diversos troços de Estrada Regional, na Ilha Terceira”, que tem um investimento global de cerca de 19 milhões de euros, sendo 1 milhão do Plano e 18 milhões de outros fundos, quais são estes troços mencionados (discriminação dos mesmos e se possível, também pelos respectivos valores)?

Esses investimentos vão ser feitos através da SPRHI?

No caso afirmativo, de que forma e com que objectivo, sabendo-se que o Governo Regional também, por si só, poderia obter a comparticipação dos fundos comunitários em 85%.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário afirmou na sua intervenção que o ritmo de execução de estradas ou de beneficiação de estradas, atingia uma média de 250 km por legislatura.

Sem querer que V. Exa. seja apanhado em “excesso de velocidade”, eu perguntava quando é que estará concluída a estrada Fenais da Luz/Mosteiros, que desde o ano 2000 se arrasta, fazendo contas por alto, a cerca de 1 km por ano.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

O Sr. Director Regional de Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações, no dia 16 de Novembro, declarou ao Diário Insular que, naquilo que se relaciona com a questão dos canais generalistas e a TV Cabo, as pessoas “ou aderem ao pacote participado ou à TV Cabo, não podem ter as duas coisas”.

No dia seguinte, o Sr. Secretário Regional, na RDP, disse que a questão não se colocava assim, que as pessoas podiam ter as duas coisas, desde que pagassem e que ia colocar a questão, superiormente, à ANACOM.

Eu gostava que o Sr. Secretário, dado que estas duas declarações não são sobreponíveis, esclarecesse em qual delas é que devemos acreditar e que explicação é que tem para dar aos utentes da TV Cabo que, pagando, pretendem ter acesso aos canais generalistas.

Presidente: É melhor o Sr. Secretário responder às questões colocadas, porque ainda há mais perguntas.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo esclarecimento ao Sr. Deputado José Fernando Gomes, a Ilha Terceira, com as obras que estão contratualizadas com a SPRHI, vai ter, felizmente, depois dos grandes investimentos que temos feito e que hoje já foram ditos que tinham de algum modo demonstrado o estado caótico das estradas regionais na Terceira à data de 97, já no próximo ano, um conjunto de obras cuja a adjudicação está praticamente concluída, num montante de 40 milhões de euros, atingindo uma extensão de 94 km, a saber:

- ligação ao porto da Praia da Vitória, (está em fase de adjudicação por um peço base de 3 milhões de euros);
 - reabilitação da Estrada Regional 1-1^a Angra/Praia, incluindo o Ramal ao Porto Martins, numa extensão de 24 km (está em audiência prévia para ser adjudicada);
 - reabilitação da Estrada Regional 3-2^a, incluindo a Canada do Tapete, numa extensão de 18 km (está em audiência prévia para ser adjudicada);
 - reabilitação da Estrada Regional 5-2^a, incluindo o ramal de acesso à via Vitorino Nemésio, numa extensão de 25 km (foi lançado o concurso no dia 14);
 - remodelação da via Vitorino Nemésio, numa extensão de 22 km, por um preço, com IVA, de 25 milhões (foi lançado o concurso, no Diário da República, esta semana).
- Ficam por isso todos os terceirenses a saber que este é o maior investimento, na história da Autonomia, na rede viária da Terceira...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... e que depois disto concluído, ainda chegaremos à Estrada, que talvez é a única que falta para reabilitar, 25 de Abril, da Praia da Vitória,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há mais!

O Orador: ... que será reabilitada no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio. Este é o cumprimento integral das propostas eleitorais do Partido Socialista...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 96!

O Orador: ... nesta legislatura e é também o cumprimento de mais estradas que nem estavam nesse programa eleitoral.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E é a SPRHI,SA?

O Orador: Exactamente, comecei por dizer que era a SPRHI,SA. Não ouviu.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por que é que é a SPRHI,SA e não o Governo?

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Perguntei-lhe em relação aos 19 milhões de euros, porque não sei como é que são discriminados!

O Orador: Respondendo ao Sr. Deputado Jorge Macedo, em relação à Estrada Fenais da Luz/Mosteiros, o Governo Regional já fez uma primeira intervenção e não é dos Fenais da Luz, como sabe, porque a estrada está toda reabilitada até Santo António. Estamos a falar de Santo António até aos Remédios e dos Remédios até aos Mosteiros.

Essa obra está faseada no âmbito do Plano de Investimento do Governo, por isso agora é que está a decorrer o troço entre Santo António e Remédios e, até ao final da Legislatura havemos de ir continuando com o resto da estrada.

Mas não são as tais velocidades que o Sr. Deputado está a falar, porque lentidão foi quando os vossos Governos fizeram, só e unicamente, 200 km de estradas regionais pavimentadas como deve ser em 20 anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os “limites de velocidade” eram mais baixos!

O Orador: Eu falei em 8 anos e em 250 km por cada legislatura. Esse é que é o problema.

Presidente: Sr. Secretário, vou pedir-lhe que pare e depois volte a inscrever-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Quer se concorde, quer não, com as SCUTs da Ilha de São Miguel, elas vão avançar e, praticamente que estão ultrapassados aqueles empecilhos burocráticos, a população de São Miguel gostaria de saber, de facto, quando é vamos ter obra, quando é que fisicamente vão começar, quando é iremos ter as máquinas no terreno, porque já muito tempo foi perdido a falar-se nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Partimos do princípio que é uma boa prática (e é certamente!) a da máxima desagregação espacial, e que ela só não deve ocorrer quando a natureza da acção o impossibilite ou quando seja de todo impossível o necessário exercício de previsão, subjacente. Face a este princípio, tenha uma perplexidade que é certamente superável com uma pergunta muito breve e concisa.

É que no Plano de 2005, no Programa das Calamidades, procedeu-se à desagregação das verbas relativas ao Sismo - Habitação, pelas ilhas do Faial e do Pico.

Na proposta de Plano para 2006, utiliza-se uma orientação diversa e as verbas aparecem integralmente não desagregadas.

Como não me atrevo sequer a admitir que o Governo Regional se tenha esquecido de quais foram as ilhas afectadas pelo sismo de 98, imagino que há uma explicação qualquer, original que seja e, em abono da inteligibilidade dessa operação, atrevia-me a solicitar ao Sr. Secretário uma explicação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação aos canais generalistas eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira o seguinte:

Os canais generalistas têm uma velha história e tem uma história de dificuldades impostas injustificadamente pelo anterior Governo da República.

Só agora é que nós conseguimos efectivamente assinar o protocolo com o Governo da República, única e simplesmente, por uma teimosia inqualificável do anterior Ministro Morais Sarmiento,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não tem nada a ver!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Tinha que ser!

O Orador: ... que queria discriminar os Açores, nomeadamente no pagamento que nós teríamos que fazer e que era injusto em relação àquilo que acontecia na Madeira, porque nós tínhamos, e temos, menos assinantes do que a Madeira, logo conseguimos pagar menos. Por outro lado, e isso é mais grave, porque o anterior Governo da República não queria incluir no protocolo os Açores quando, e se houvesse, o projecto da televisão

digital terrestre no Continente, o que era uma atitude de discriminação inqualificável do anterior Governo da República.

Deputado Mark Marques (PSD): E agora?!

O Orador: Nós não assinámos esse protocolo sem essas duas cláusulas estarem devidamente inscritas no protocolo e elas ficaram consignadas e inscritas. Por isso, daqui também se vê que entendimento é que havia antes e que entendimento é que existe agora.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): *Muito bem!*

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É um entendimento desentendido!

O Orador: Por outro lado, quando nós assinámos este protocolo fizemo-lo não só com a salvaguarda dessas duas condições, mas também com a salvaguarda das condições idênticas à Região Autónoma da Madeira.

Não há, nem houve nenhuma discrepância entre aquilo que afirmou o Sr. Director Regional das Obras Públicas e aquilo que eu afirmei.

O que se trata é simplesmente do seguinte:

Há aqui um *timing* diferente para a TV Cabo e para a leitura que nós fazemos do protocolo.

O que está consignado no protocolo são as verbas que são comparticipadas para que todos os açorianos tenham acesso aos canais generalistas e isso ficou devidamente inscrito no protocolo dizendo que, por 50 euros, os açorianos têm acesso aos canais generalistas.

A TV Cabo, e penso que muito bem, porque também fez na Madeira, entende como primeira prioridade, porque tem que colocar 1700 equipamentos por mês nas casas dos açorianos, as pessoas que não têm hipóteses, que só têm o Canal 1 e a RTP Açores. Essa é primeira prioridade do protocolo.

Terminado o cumprimento, e essa é a primeira prioridade, nós entendemos, e por isso solicitámos esclarecimentos ao ICP-ANACOM, que é a entidade que regula esta matéria, que a TV Cabo não teria nenhuma justificação para não continuar a instalar os equipamentos necessários a todos os outros assinantes ou a todos aqueles outros que quisessem mais do que uma box. Trata-se, portanto, só de uma questão de prioridade e de *timing*.

O nosso entendimento, e que fizemos chegar ao ICP-ANACOM e que em breve teremos resposta, é de que, cumprida a primeira parte do protocolo, ou seja, quando as pessoas que

só têm RTP-Açores e o Canal 1 tiverem acesso aos canais generalistas, se possa avançar para todas as outras situações, que têm a ver não só com aqueles que querem mudar do actual sistema da TV Cabo só para os canais generalistas, ou que tendo a TV Cabo, querem também outros equipamentos.

É isso que no nosso entendimento têm direito e o ICP-ANACOM vai dar razão ao Governo Regional, em breve.

Portanto, mais uma vez o Governo Regional entende e pratica uma intervenção política de regulação e de defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores, independentemente dos interesses empresariais dessa entidade que também está no protocolo.

Por isso mesmo a nossa responsabilidade é, neste momento, de, por um lado, verificar junto do ICP se o protocolo está sendo cumprido, e, por outro lado, porque não fazia sentido, também verificar se acontece o mesmo nos Açores que já aconteceu na Região Autónoma da Madeira, ou seja, após o fornecimento do equipamento dos canais generalistas para quem só tem dois canais, poder haver também instalação de outros equipamentos.

Agora, é preciso esclarecer uma coisa aos Srs. Deputados, é que as pessoas que têm actualmente já o pacote da TV Cabo podem, na nossa opinião, ter um equipamento de canais generalistas e depois, se o quiserem, tal qual como acontece na Madeira, poderão ter em outros quartos da sua casa novos equipamentos, pagando ao preço comercial exactamente o preço que se pratica em outras partes do território e também na Madeira.

Foi esse o nosso entendimento, foi esse o nosso questionamento ao ICP-ANACOM e estamos convictos que o ICP-ANACOM, em breve, como disse há pouco, dará razão ao Governo Regional e também a todos aqueles que neste momento têm essas pretensões ou essas aspirações.

Em relação às SCUTs, elas são um projecto de Governo Regional, assumido dentro e fora do Concelho do Nordeste. Nós não fazemos como alguns que quando estão dentro do Concelho do Nordeste, são a favor das SCUTs, e quando passam a fronteira do concelho já dizem cobras e lagartos das SCUTs.

Vozes dos Membros do Governo Regional: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós somos, decididamente, pelo projecto das SCUTs e é por isso que nunca baixámos os braços, nem em termos administrativos, nem em termos jurídicos, para levar a bom porto este projecto.

Este projecto está avançado, está na fase de negociação. Se as coisas correrem como estão previstas, tem 4 a 5 meses de negociação, após o que haverá um Decreto Legislativo Regional sobre as bases da concessão, que virá à Assembleia Legislativa Regional, ao qual se seguirá a feitura do contrato, a sua submissão ao visto do Tribunal de Contas e assim arrancará a concessão.

Há aqui situações que são de todo impossíveis sob o ponto de vista administrativo, como dizer é mais um mês, é menos um mês, começa no mês tal ou começa antes.

O que é uma realidade é que o Governo Regional continua do mesmo modo, desde o início, determinado a levar este projecto avante, porque entendemos que ele é fundamental para a economia da Ilha de São Miguel e que é fundamental para as acessibilidades daquela ilha e até para a segurança de muitas zonas, freguesias e vilas da Ilha de São Miguel.

Por isso não tenham dúvidas no projecto das SCUTs porque ele arrancará com a nossa determinação, com o nosso empenho, com aquilo que sempre tivemos desde a primeira hora, independentemente de todos os “Velhos do Restelo” que aparecem no meio dessas situações.

Mas, à laia de parênteses, no tempo de Fontes Pereira de Melo, não se devia fazer o caminho de ferro de Lisboa ao Porto, porque era mais fácil ir de barco.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas intervenho para registar que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos não respondeu à minha pergunta, certamente por lapso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma resposta breve ao Sr. Deputado Alberto Pereira e dizer que a reconstrução no Pico está praticamente concluída. É por isso que essas verbas são fundamentalmente destinadas à Ilha do Faial, porque nós estamos na fase, no Faial, de resolver, só e tão só, as situações dos sem terrenos e estamos também apostados, naturalmente, em resolver alguns casos de administração directa que ainda faltam, mas esses, como sabe, não são da responsabilidade do Governo. O Governo está preocupado é que todos os sinistrados do 2º ao 4º escalão avancem as suas obras, porque nós não podemos estar a orçamentar indefinidamente no Plano da Região verbas para os sinistrados do 2º, 3º e 4º escalão.

Portanto, essas obras têm que começar por parte de quem tem a responsabilidade na sua condução e é a partir deste momento um problema quase exclusivamente da Ilha do Faial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é apenas para dizer que a resposta do Sr. Secretário Regional é compreensível. Ficamos a saber que a distribuição espacial da verba afecta àquela rubrica determinaria que ela deveria estar inscrita integralmente a favor da Ilha do Faial. Acontece, todavia, que ela está no não desagregado, ao contrário da solução natural que decorreria da resposta do Sr. Secretário.

Podemos então concluir que foi um lapso a colocação daquela verba no não desagregado?

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Há quase um ano atrás, aprovamos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constituirá, até 2008, a referência em termos da expressão política das prioridades do actual Executivo Regional.

As competências da Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos corporizam investimentos, segundo o enquadramento do Programa de Governo, essencialmente nos seguintes dois objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se inserem as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos, de Protecção Civil, no Programa 19 e Calamidades, no Programa 20 do mesmo Plano.

O segundo objectivo abrangido, *Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes*, orienta as políticas de Equipamentos Públicos e construção e reabilitação de Estradas Regionais, respectivamente os Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas de promoção de habitação, constituem, desde 1996, um distintivo identitário do projecto político do PS para os Açores.

O programa de investimentos em Habitação para o próximo ano, é reforçado com um suplemento de 26.6 ME atingindo, considerando o Sismo, um volume total superior aos 43.8 ME, num incremento de 154%, garantindo assim um enorme reforço dos instrumentos públicos de promoção de habitação.

O ajustamento da política de habitação aos novos desafios e necessidades, assenta na introdução de novas modalidades e formas de apoio à construção e aquisição de habitação.

A crescente procura de habitação, tem superado os diversos empreendimentos de custos controlados que o Governo Regional tem promovido, exigindo por isso um ainda maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região, aspectos relevantes que estão assegurados pelos documentos agora em discussão.

O combate à especulação imobiliária, cada vez mais uma necessidade, também é assegurado neste Plano de Investimentos, uma vez que ele confere ao Governo a afirmação do seu importante papel de regulação de preços. O Governo Regional faz, e bem, a sua parte, ao contrário de diversas autarquias que incompreensivelmente deixam o sector imobiliário minado, entregue às forças de mercado, o que tem provocado fenómenos irracionais de concentracionismo, especulação e degradação da qualidade de vida.

Ao contrário do que se verifica em algumas autarquias dos Açores, a política de habitação do Governo Regional tem permitido afirmar o ordenamento do território, orientando-o, também, para a inclusão e coesão sociais, aspectos muitas vezes negligenciados por outros actores públicos o que infelizmente tem provocado situações muito graves do ponto de vista social.

O investimento na promoção de habitação através de contratos programa com a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas (SPRHI), S.A. tem permitido um reforço muito importante da oferta habitacional promovida pelo Governo, superando largamente os 300 fogos por ano.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista salienta ainda as prioridades dadas à recuperação de habitação degradada e à promoção de habitação para realojamentos. São medidas de grande alcance social e por isso muito importante para nós. Esses apoios, que abrangem as famílias de menores rendimentos, são basilares para densificar a rede com que se desenvolve os programas de luta contra a pobreza na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A política dos governos do PS/Açores em termos de Protecção Civil continua a representar uma viragem muito importante na forma de encarar a prevenção de riscos colectivos e de atenuar os seus efeitos na nossa Região, que como todos sabem tem associado à sua singular beleza um conjunto significativo de potenciais riscos naturais.

Nos Açores, são notáveis os desenvolvimentos e os progressos no campo da protecção civil. A construção da rede de telecomunicações de emergência, o apoio à elaboração dos Planos Municipais de Emergência, a construção e reabilitação de várias infra-estruturas de vulto, o equipamento e formação de pessoal e a revisão orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, são disso claros exemplos.

O Grupo Parlamentar do PS manifesta a sua grande satisfação pelos investimentos programados nesse domínio para o próximo ano. Continuaremos, assim, a melhorar a segurança civil dos Açores. A dotação do Programa 19 do Plano de Investimentos da Região, assinala o fecho financeiro de avultados investimentos infraestruturais, direccionando agora as prioridades nesse programa para a aquisição de equipamentos e viaturas, com um crescimento de 158%, e formação de pessoal com um aumento de 112%.

Todo o esforço desenvolvido pelos Governos do PS em matéria de Protecção Civil, traduz a credibilidade de um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações e também pela investigação, designadamente a cooperação técnico-científica desenvolvida em parceria com departamentos da Universidade dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Desde 1997 que o sector das obras públicas e da construção civil tem vivido um crescimento sem paralelo na história dos Açores, fruto de um consistente investimento público e privado.

Hoje a situação do sector é muito diferente da do passado.

Actualmente, em contraste com o clima de incumprimento financeiro e falências da primeira metade dos anos 90 – nos tempos do Secretário Américo Viveiros e do Primeiro-Ministro Cavaco Silva – a indústria da construção civil é um sector chave da economia açoriana, vive com pagamentos atempados, gera mais de 350 milhões de euros por ano, contribuindo para os baixos indicadores de desemprego na Região, com quase 15 mil postos de trabalho, cerca de 11% do total do mercado de emprego, representando 10% do valor acrescentado bruto da economia regional.

Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social que ambicionamos para a Região é imprescindível melhorarmos e reforçarmos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial.

Esses são desígnios que o Plano de Investimentos da Região para 2006 também promove. O Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais é reforçado em cerca de 24% face ao corrente ano, atingindo a cifra de 52.88 ME.

Continuamos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades e promovendo o desenvolvimento através da reabilitação e da conservação de vias existentes, e também através da construção de novos, troços de estradas dando assim resposta quer às necessidades de ligação a novos pólos de desenvolvimento socio-económico, quer ao crescimento acentuado do parque e da circulação automóvel.

Esses investimentos permitirão manter o enorme esforço financeiro de construção de equipamentos colectivos, de infra-estruturação e qualificação do território, e de melhoria

global da rede viária regional, aspectos estruturais de sustentação do nosso desenvolvimento socio-económico.

A propósito, convém também salientar o papel importante que o SIRIARTE continuará a desempenhar na renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando o avanço na melhoria qualitativa desses serviços, nomeadamente através de novas rotas e de novos horários, conforme tínhamos garantido nos nossos compromissos eleitorais.

O Grupo Parlamentar do PS constata com agrado que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma especial atenção do Governo. Trata-se de uma matéria importante, pois contribuirá para a intensificação da prevenção rodoviária, para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que, apesar de não serem alarmantes, constituem hoje preocupações dos nossos concidadãos.

Também no sentido de preocupações qualitativas, gostaríamos ainda de referenciar uma questão que tem permanecido como temática de actualidade, refiro-me à execução do recente Protocolo que dá cumprimento ao acesso dos Açorianos aos canais generalistas nacionais de Televisão. É preciso afirmar claramente e sem tibiezas, que a empresa privada parceira na execução desse Protocolo está a proceder a uma interpretação restritiva desse mesmo acordo, pelo que o Grupo Parlamentar do PS saúda a diligência determinada que o Secretário José Contente já efectuou junto da ANACOM, entidade reguladora do sector, aliás, na sequência de outras medidas, visando a melhoria do sector das comunicações postais e também da cobertura e capacitação da rede de banda larga nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

É inegável o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar.

Apesar disso, os açorianos podem contar com o Grupo Parlamentar do PS para continuarmos juntos, uns com os outros, a reforçar o cumprimento dos compromissos eleitorais e o nível de exigência com que o Governo desenvolve as nossas políticas para o sector.

As políticas de Obras Públicas, Habitação, Transportes e Comunicações são fundamentais para reduzir assimetrias territoriais, sociais e económicas das diferentes ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região.

Nós acreditamos profundamente nisso, e os deputados do PS, pelo menos enquanto mantivermos uma maioria absoluta nesta Assembleia, serão sempre o elo forte da corrente de contratualização social resultante de eleições regionais.

Os Açorianos podem, assim, continuar a confiar no PS, pois nós continuaremos a garantir as condições de estabilidade, de credibilidade, de governabilidade, de seriedade e de confiança que garantem o estímulo da iniciativa privada, pressuposto essencial para o fortalecimento do ambiente de investimento, crescimento, protecção social e emprego que hoje se respira nos Açores e que queremos a todo o custo preservar.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A saúde é um direito fundamental que deve ser promovido com equidade e que depende da participação e co-responsabilidade dos indivíduos, dos grupos, instituições e comunidades.

A “Política de Saúde XXI”, tal como refere a introdução ao enquadramento político da saúde para todos na Região Europeia (Organização Mundial de Saúde, 2002), visa atingir um alto padrão de saúde para todos, promovendo e protegendo a saúde das populações e reduzindo a incidência das principais doenças e lesões, aliviando o sofrimento que causam, dando continuidade aos princípios adoptados na Conferência Internacional de Cuidados Primários de Saúde.

Como é do conhecimento geral, o Estado tem o dever de proteger a saúde dos cidadãos. Este preceito, aceite e defendido por todos os partidos políticos, implica que o serviço público de saúde esteja organizado de modo a providenciar cuidados de

saúde mais efectivos a todos os cidadãos. E, por maioria de razão, quando se trata dos mais desfavorecidos da nossa sociedade, tais como os idosos, os deficientes, os doentes crónicos ou os grandes dependentes, bem como outras situações de particular vulnerabilidade, como os doentes em fase terminal.

A reforma da saúde tem três grandes eixos nevrálgicos: Os cuidados primários, os cuidados comunitários, continuados e paliativos, e a rede de hospitais do sistema de saúde. Importa então que estes diferentes níveis se articulem eficazmente, de modo a que o utente possa progredir no Serviço Regional de Saúde sem obstáculos ou restrições, o que na prática e infelizmente não se verifica no nosso sistema regional de saúde.

De primordial importância para melhor conhecermos o estado da saúde de uma população, são os estudos estatísticos, integrados na epidemiologia e saúde pública, que fornecem às autoridades de saúde e aos decisores políticos dados epidemiológicos fundamentais para uma correcta implementação da política de saúde, de modo a poder haver ganhos substanciais na saúde dos indivíduos. Claro está que o conhecimento desses dados também nos permite tirar conclusões sobre as políticas de saúde seguidas até então e também avaliar o nível de cuidados prestados a uma determinada população, bem como o seu grau de desenvolvimento. Também isto é um factor de convergência com o Continente e a Europa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passemos então à análise de alguns dados estatísticos sobre a taxa de mortalidade (100.000 habitantes) padronizada pela idade, segundo a residência e o sexo nos distritos do continente e regiões autónomas.

Por Diabetes Mellitus:

Continente- 25,3

Açores- 54,0

Mais do dobro!

Por doenças no aparelho respiratório:

Continente – 54,5

Açores – 94,1

Praticamente o dobro!

Por Pneumonia:

Continente – 22,8

Açores – 45,9

O dobro!

Por Doenças Cérebro Vasculares:

Continente – 126,9

Açores – 174,9

Por Doença Isquémica do Coração (é verdadeiramente assustador este dado):

Continente – 58,0

Açores – 153,6

Três vezes superior!

Por Tumores Malignos no Aparelho Respiratório:

Continente – 25,3

Açores – 52,8

O dobro!

Por Tumor Maligno na Mama Feminina

Continente – 22,9

Açores – 35,2

Aqui não estamos tão mal!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista está no Governo há praticamente uma década, tem portanto grande responsabilidade pela política de saúde desenvolvida. Gastou muito, esbanjou ainda mais e faz gala disso, mas o lado negro da política rosa, em matéria de saúde, está bem plasmado nos dados acima referidos.

Tudo isto era previsível numa Região que marginalizou os cuidados primários de saúde, abandonou os médicos de medicina geral e familiar, nunca apostando no aumento do seu número, negligenciando a sua formação, nunca os prestigiando, tornando-os no parente pobre do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso é mentira! Como profissional de saúde isso ficasse muito mal!

O Orador: Tudo isto era previsível, Sr. Deputado, numa Região que andou anos à bolina na matéria de planeamento em saúde, e que só em 2004 e bem, alguém decidiu que era tempo de ter um instrumento fundamental – um Plano Regional de Saúde – e que incompreensivelmente se teima em tardar aplicar!

Senhor Secretário (meu caro amigo, Dr. Domingos Cunha):...

Deputado Nuno Amaral (PS): Com amigos desses não precisa de inimigos!

O Orador: ... não basta conhecer o caminho; é preciso percorrê-lo; e se me permite, para terminar, deixo-lhe uma frase para reflectir e que o ajudará a resolver alguns dos seus dilemas e indecisões.

“Women and children first - would not have been an issue on the titanic if there had been enough lifeboats” - Richard Davies.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento a situação económica e financeira do País não é a melhor. O desemprego continuou a crescer em 2005, existem conflitos laborais, ainda não totalmente resolvidos, e os principais sectores económicos, à excepção do Turismo, tiveram um fraco desempenho no decorrer deste ano. As últimas previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento em 2005 da ordem dos 0.3%. Para além disto, tudo indica que as taxas de juro na Zona Euro irão subir brevemente, acompanhando o que tem vindo a acontecer com o dólar nos Estados Unidos.

É evidente que a situação económica do País afecta também os Açores. Basta ver que os funcionários públicos não foram aumentados em 2003 e em 2004 e que, em 2005, houve um congelamento na progressão das suas carreiras. Outro exemplo claro desta influência é no Turismo. O mercado nacional, que cresceu em 2004 cerca de 17% em relação a 2003, este ano, de Janeiro a Setembro de 2005, apresentou um decréscimo à volta dos 3%.

Aliás, no início deste ano, nesta Assembleia, tinha dito que, apesar de estarmos a aumentar significativamente a nossa promoção no Continente português, a realidade é que notava que a partir de Outubro de 2004, havia uma diminuição do fluxo de turistas provenientes do mercado nacional e que previa que tal continuasse a ocorrer em 2005, dado o comportamento da economia nacional.

É evidente que até ao final do ano ainda poderão ocorrer algumas alterações, mas podemos afirmar já, com alguma segurança, que foi o mercado externo que impulsionou o turismo nos Açores em 2005; especialmente os mercados dinamarquês, finlandês, inglês e espanhol. Após ter crescido em 2004 cerca de 20%, o ano de 2005 poderá vir a registar um crescimento muito semelhante no sector do Turismo. Trata-se de um assinalável êxito, provavelmente irrepetível nos próximos tempos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quase a um mês do final do ano de 2005 podemos afirmar que apesar dos efeitos negativos que a conjuntura nacional exerceu sobre a economia regional, há indicadores que demonstram que o ano de 2005 acabou por ser um ano positivo para os Açores.

Com efeito o desemprego, embora apresentando algum crescimento face aos anos de 2002, 2003 e 2004 manteve-se a um nível baixo. No 3.º trimestre de 2005 a Região Autónoma dos Açores apresentou a taxa mais baixa de desemprego do País. É evidente que estamos a dois trimestres consecutivos acima dos 4%, mas estamos certamente ainda muito abaixo dos 7.7%, apresentados pelo País no último trimestre deste ano, e dos 7,9% que ocorreu nos Açores em 1995. Nos últimos 10 anos fomos capazes de criar na Região cerca de 19 mil empregos. Neste período a população activa aumentou em cerca 16.240 pessoas. Somos a Região mais jovem do País e por isso necessitamos de manter este ritmo de criação de emprego para continuarmos a manter as baixas taxas de desemprego que têm ocorrido nos últimos anos.

Na Construção Civil as vendas de cimento de Janeiro a Setembro mostram um crescimento importante em relação ao período homólogo do ano anterior. Tudo indica que este ano terminaremos o ano com um consumo de cimento bem acima das

320 mil toneladas, tal como tínhamos previsto aquando da apresentação do Plano de 2005. A venda de automóveis apresenta também melhorias significativas face aos anos de 2004 e 2003.

No que diz respeito ao consumo de energia eléctrica verifica-se também que, de Janeiro a Setembro de 2005, há um aumento de 9.3% em relação ao período homólogo de 2004. Este aumento é tanto mais significativo quando surge após um crescimento de 11% que ocorreu em 2004.

O investimento privado continuou também em alta no decorrer de 2005. Tanto nos sistemas incentivos nacionais como nos sistemas de incentivos regionais deu entrada um conjunto muito vasto de projectos nas áreas do comércio, da indústria, da construção civil e do turismo. Pela sua dimensão gostaria de mencionar que, no âmbito do SIME, deram entrada, em 2005, 8 projectos num valor superior a 50.1 milhões de euros, tendo já sido aprovados 7 projectos no valor de 38.8 milhões de euros.

No âmbito do SIVETUR foram aprovados, em 2005, 5 projectos envolvendo um investimento de 27.8 milhões de euros. No âmbito do URBCOM foram aprovados 63 projectos, no valor de 6.7 milhões de euros. Também no âmbito regional surgiu, em 2005, um conjunto vasto de candidaturas que ultrapassam mais de uma dezena de milhões de euros.

Já enviámos para as diversas Câmaras do Comércio um novo projecto de diploma que visa regular o apoio ao empreendedorismo, que após a aprovação em Conselho de Governo virá naturalmente para discussão e aprovação nesta Assembleia. Este diploma tem como objectivo fomentar nos jovens uma nova cultura empreendedora, dar mais oportunidades a quem, devidamente qualificado, queira criar a sua própria empresa. Pretende-se dar um novo impulso ao sistema actual de estágios nas empresas dos jovens que terminaram uma qualificação profissional, logo que devidamente orientados por uma instituição de I&D ou de consultadoria externa de reconhecida idoneidade. Serão também apoiados estágios para quadros das empresas que queiram, no País ou no estrangeiro, ter um contacto directo com novos métodos ou com novas tecnologias nas suas respectivas áreas profissionais.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que a coesão social e a inclusão social não são só questões de princípio, são também condições essenciais para a criação nos Açores de uma sociedade mais justa e desenvolvida. É por isso que, a par de um conjunto vasto de incentivos às diversas actividades económicas, surge também no Plano de 2006, e pela primeira vez, o apoio ao microcrédito. Sabemos que uma parte importante dos desempregados e dos desocupados não encontram resposta no mercado de trabalho porque não possuem as qualificações desejadas pelos empregadores ou já não possuem a idade adequada. Contudo, algumas destas pessoas possuem saberes ou capacidades produtivas que lhes permitiriam criar o seu próprio posto de trabalho ou a sua própria microempresa, caso conseguissem obter crédito junto das instituições bancárias. Pretendemos iniciar, em 2006, uma linha de crédito, especialmente dedicada a estes casos.

Também em 2006, surge pela primeira vez, no Programa 15, de uma forma destacada, o Apoio à Coesão e às Parcerias Público-Privadas com o valor global de 20 milhões de euros. Parte desta verba estava habitualmente adstrita ao Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e diz respeito às despesas inerentes à manutenção de preços uniformes dos combustíveis em todas as ilhas, ao subsídio devido à manutenção dos preços abaixo do custo relativos ao gás doméstico, ao gasóleo agrícola, ao gasóleo pescas e ao fuel indústria, ao pagamento do transporte de mercadorias entre as Flores e o Corvo e ao pagamento do transporte da farinha e do cimento entre todas as ilhas dos Açores.

Para além disto, está incluída nesta acção o pagamento da electrificação das Fajãs de São Jorge e o reforço do Capital Social da empresa que irá fazer os investimentos considerados estratégicos e estruturantes nas designadas Ilhas da Coesão. No próximo ano, esta empresa, que se encontra na fase de registo, pretende adquirir os terrenos necessários à construção do Campo do Golfe de Santa Maria e à construção do Hotel da Ilha Graciosa, e irá proceder à elaboração dos respectivos projectos de arquitectura.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento, as designadas Ilhas da Coesão, ou seja, Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, entre 1960 e 2001 perderam cerca de 46% da sua população.

A sangria verificada nos anos sessenta, nos anos setenta e também nos anos 80 deixou profundas marcas nestas ilhas. Há que encontrar novas soluções para promover o desenvolvimento e ajudar a fixação das populações àquelas ilhas. Certamente que não será só através dos sistemas de incentivos, nem só através de investimentos estruturantes, nem sequer da diminuição dos custos de acessibilidade, que se poderá inverter esta situação.

Provavelmente tal exige uma actuação multidisciplinar que junte diversas competências e que se prolongue no tempo, para que se venham a obter alguns resultados. Iremos adjudicar, em breve, um estudo a este respeito coordenado pelo Professor Doutor Simões Lopes, especialista em desenvolvimento regional, para estabelecermos um Plano de actuação para estas ilhas, devidamente monitorizado e com objectivos e metas bem definidas.

Para já, os sistemas de incentivos SIDEL, SIDET e SIDEPE foram alterados para privilegiar os investimentos nestas ilhas que deixam de estar sujeitos a fases e a dotações orçamentais anuais. Para além disto, quem investir nestas ilhas poderá ter uma majoração suplementar do incentivo a fundo perdido, caso se candidate ao SIDER.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa Região pequena e dispersa como a nossa, relativamente distante dos principais centros de desenvolvimento e com poucas possibilidades de diversificação da sua economia, a sua principal aposta tem de ser sempre melhorar as suas acessibilidades. Quando neste momento se assiste a um contínuo aumento do custo com os combustíveis percebe-se que este objectivo não é uma tarefa fácil.

Veja-se que, em 2003, o valor médio por mês do barril de petróleo na Bolsa de Londres variou entre os 24.9 dólares o barril e os 32.1 dólares o barril, em 2004

variou entre os 30.6 dólares e os 49.4 dólares e em 2005 entre os 44.2 dólar e os 63.9 dólares. É evidente que estes custos afectam todos os Países. Os destinos turísticos mais afastados ficam certamente mais penalizados e os destinos mais próximos ficam claramente beneficiados.

Nos Açores, para além de procurarmos as soluções mais eficientes que diminuam os custos com os transportes aéreos e marítimos, temos também de continuar a investir nas infra-estruturas aeroportuárias e portuárias com o objectivo de tornar a Região cada vez mais atractiva.

É, assim, que se justificam os vultuosos investimentos que estamos a fazer nas aerogares da Terceira, São Jorge, Pico e Flores como também no Aeroporto do Pico, que ultrapassam as largas dezenas de milhões de euros. Contamos, no decorrer do ano de 2006, concluir o projecto de ampliação e reabilitação do Aeródromo de São Jorge, adjudicado à ANA, para o poder candidatar ao próximo Quadro Comunitário de Apoio.

No que diz respeito às infra-estruturas portuárias, merecem realce o Projecto Portas do Mar, cujo o concurso para a empreitada já foi lançado, a reparação do Porto da Praia da Vitória, os núcleos de recreio náutico já aprovados no âmbito do SIVETUR de Vila do Porto, das Velas e das Lajes do Pico, cujos concursos para as empreitadas serão lançados brevemente, a conclusão das obras de reparação do Porto das Lajes das Flores e a ampliação do terraplano do Cais Comercial das Velas.

Durante o ano de 2006, iremos desenvolver os projectos de ordenamento do porto da Horta, onde se inclui uma nova gare marítima, um novo cais para ferries, a reestruturação e ampliação do clube naval e a remodelação da frente marinha directamente ligada ao Porto, o projecto de reordenamento do porto da Madalena e do Cais do Pico e a melhoria do actual projecto do núcleo recreio náutico das Lajes das Flores, que candidataremos ao IV Quadro Comunitário de Apoio.

Para além disto, iremos fazer um grande investimento na área dos meios de transporte, tanto aéreos como marítimos. Assim, a SATA AIR Açores irá optar, em 2006, por um dos modelos que estão neste momento em estudo, o ATR da Airbus e o DASH da Bombardier o que irá implicar um investimento da ordem dos 60 milhões de euros. Trata-se de um investimento que irá ter uma forte repercussão na qualidade

do serviço público de transporte aéreo de pessoas e mercadorias. O mesmo irá ocorrer a partir de 2008 com aquisição das novas embarcações para o transporte marítimo de passageiros e veículos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Programa 12 descrevem-se as diversas acções relativas ao “Desenvolvimento do Turismo”. Neste Programa merece especial realce a acção 12.1.6, intitulada Campanhas Publicitárias, com o valor de 9 milhões de euros. Se adicionarmos a este valor a contratualização que se prevê realizar com o ICEP através da Associação Turismo Açores e os incentivos no âmbito do SIDET, dedicados à promoção turística, facilmente se percebe da importância da promoção no desenvolvimento do Turismo.

Continuaremos a privilegiar a promoção no mercado nacional, fazendo um esforço especial para a captação do turismo de congressos e de incentivos. No próximo ano iremos ser os anfitriões do Congresso da APAVT e continuaremos a promover a Região no exterior. Pensamos que, no próximo ano, o mercado holandês sofrerá um forte impulso, bem como o mercado finlandês e inglês.

Nos Programas 13 e 14 estão definidas as diversas acções ligadas ao Desenvolvimento Industrial e ao Desenvolvimento do Comércio e Exportação. No Programa 15 apresentam-se as diversas acções ligadas à Promoção do Investimento e da Coesão. Neste Programa destaca-se a acção ligada aos sistemas de incentivos, nomeadamente o SIDEL, o SIDET e o SIDEP com um valor global de 22 milhões de euros.

No Programa 24 descrevem-se as diversas acções ligadas à Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos. Neste Programa destaca-se a acção ligada ao Apoio a Embarcações de Passageiros, com o valor de 8.750 mil euros. Uma parte destas verbas será para pagar o concurso que esta semana lançamos para o pagamento do armador que irá explorar o transporte marítimo de passageiros em 2006 e 2007, em moldes semelhantes aos anos anteriores, e que, de 2008 a 2012, o irá fazer com as novas embarcações que iremos disponibilizar. A outra parte desta acção servirá para

pagar a construção dos novos navios, cujo concurso iremos lançar no próximo mês de Dezembro.

No Programa 25 estão descritas as diversas acções ligadas ao Desenvolvimento dos Transportes aéreos. Neste Programa destaca-se a acção 25.1.5 intitulada Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes, com o valor 10.650 mil euros. Finalmente, o Programa 26 descreve as diversas acções ligadas à consolidação e modernização do sector energético.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo já demonstrou, ao longo destes anos, que tem uma política coerente e que, em diálogo, sabe traçar novos rumos ou ajustar os existentes às novas realidades. Neste Plano é notória a existência de alterações substanciais em diversas áreas correlacionadas com a Secretaria Regional da Economia, como sejam os incentivos, os transportes aéreos e marítimos e as políticas de coesão territorial.

Os empresários e a sociedade em geral sabem como ninguém que é fundamental manter com prudência um natural equilíbrio nas contas públicas. O Plano de 2006 é disso um bom exemplo. Tal como em 2005 houve quem afirmasse neste Plenário que estávamos a propor uma fantasia cor-de-rosa, que as receitas estavam empoladas e que íamos chegar ao final do ano com uma baixa taxa de execução. Bem, não foi isso que aconteceu e cá estaremos no próximo ano para demonstrar que o Plano que estamos a discutir e aprovar irá ser um importante instrumento para continuar a mudar os Açores para melhor.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer uma pergunta telegráfica ao Sr. Secretário Regional da Economia, a propósito de alguns projectos do Programa 12, em que se regista também a não desagregação de verbas.

Mas aproveito, peço desculpa, por fazê-lo nesta oportunidade, para fazer um comentário à questão que há pouco levantei ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, por causa da não desagregação de verbas relativamente ao projecto do Sismo/Habitação ter sido desvalorizada.

Quanto a isso, Sr. Secretário Regional, sinceramente, eu gostaria de dizer o seguinte: A desagregação de verbas, além de ser uma boa prática, tem subjacente um princípio de responsabilização política perante as ilhas.

Portanto, tem relevância política. Não é um assunto inócuo e queria dizer-lhe que registo e faço um protesto relativamente à sua não resposta. O Sr. Secretário acha que não tem importância. Lamento.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Nesta casa não tem!

O Orador: Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Economia, agora se me permite, quanto às acções do projecto “oferta e animação turísticas”, acção 12.2.2, que consiste precisamente no apoio a “acções de animação cultural, recreativa e desportiva”, a respectiva dotação não é também objecto de desagregação espacial, nem sequer parcial.

Eu gostaria de saber o motivo considerado impeditivo para isso, sendo certo que também é este um caso de fácil desagregação ao menos relativamente às acções constantes do calendário regional de acontecimentos culturais, desportivos e recreativos, consolidados nas várias ilhas há muitos anos.

Creio, sinceramente, que não há razões para não fazer esta desagregação, embora admitisse, naturalmente, que uma parcela marginal pudesse ficar no não desagregado. Ainda sobre o mesmo tema, quanto ao projecto dos “investimentos estratégicos”, registo também que na parte relativa ao termalismo, existe uma verba no não desagregado, quando já antes houve projectos concretizados e identificados – designadamente a recuperação das Termas do Varadouro – e devidamente desagregados, o que dá a ideia de um percurso errático do Governo ao nível destes

investimentos ditos estratégicos, que são precisamente, por definição, aqueles ou aquele projecto do Plano onde se devia mostrar maior estabilidade.

A pergunta vai no sentido de saber se há ou não investimentos estratégicos no turismo, referenciados no plano. Não serão certamente apenas aqueles.

Relativamente às verbas afectas ao termalismo, qual a razão pela qual houve um recuo e agora aparece uma verba, aliás, de pouco significado, no não desagregado?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Como sabe, na desagregação especial deste Plano verifica-se que o Pico decresce a sua dotação relativamente ao Plano de 2005. Esse decréscimo situa-se na ordem dos 27% e é, de resto, a única ilha onde isso se verifica.

Paradoxalmente o Pico foi a ilha que maior relutância demonstrou, quando se discutiu o fundo de coesão, de que gostaria de fazer parte e gostaria de receber os apoios previstos neste fundo.

Como na altura da discussão deste fundo o principal argumento apresentado por V. Exa. – argumento apresentado pelo Governo – foi de que em 2006 o aeroporto do Pico, ampliado e já com a nova gare em funcionamento, iria entrar em funcionamento, impõe-se a seguinte pergunta:

Este ano de 2006 vamos ter mais voos do que tivemos em 2005 e vamos ter em funcionamento pleno essa alternativa?

Esse argumento, que serviu para justificar a exclusão desse fundo do Pico, das ilhas do Fundo da Coesão, vai funcionar?

Uma outra pergunta tem a ver com o ponto de situação do URBCOM da Madalena. Desaparece deste Plano qualquer referência a esse instrumento. Eu gostaria de saber efectivamente qual o seu ponto de situação neste preciso momento.

O Sr. Secretário, também no início da sua intervenção, falou-nos nos números do crescimento do turismo.

Todos nós sabemos que esse crescimento verifica-se apenas na Ilha de São Miguel. Nas ilhas do triângulo pouco ou nada se verifica. Aliás, nos últimos 4 anos, o crescimento verificado, se é que existe, é perfeitamente residual.

A pergunta que eu gostaria de fazer é se o Sr. Secretário fica satisfeito com esses números que apregoa do aumento do turismo. E as outras ilhas? E o restante do arquipélago? Não tem direito a verificar um efectivo aumento do crescimento desses números?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, eu devo dizer que neste Plano nós fizemos um grande esforço de desagregação, talvez não tão extensivo ou tão grande como nós queremos. Basta só ver que colocámos, e isso já foi discutido aqui há pouco, as verbas adstritas ao ISP neste Plano e colocámos isso de uma forma para todos os deputados se pronunciarem sobre a aplicação destas verbas. Anteriormente elas estavam adstritas ao fundo, agora não estão. Estão demarcadas neste Plano.

Em relação a esses dois itens que nós estamos aqui a falar, que é a acção 12.2.2, “animação turística”, com 250 mil euros, e a acção 12.3.3, “desenvolvimento dos recursos termais”, de 100 mil euros, devo dizer, que nós podemos desagregar tudo, mas a nossa intenção é, quando existem acções que não temos a certeza como vai ser a aplicação destas verbas, não as desagregamos.

No caso da animação turística, não tenho a certeza qual é que vai ser, embora existem festas que habitualmente nós apoiamos, como seja as festas do Senhor Santo Cristo, a Maré de Agosto, e outras que naturalmente subsidiamos, mas elas variam de ano para ano, umas vezes são apoiadas umas, outras vezes são apoiadas outras, portanto não desagregámos. Estamos aqui a falar de uma verba de 250 mil euros.

No caso dos 100 mil euros, da acção 12.3.3, nós também sabemos que existem algumas termas. Em São Miguel existe as Termas da Ferraria, na Graciosa as Termas do Carapacho e no Faial as Termas do Varadouro, simplesmente todas elas estão em estudo. Nós estamos a terminar furos para ver se encontramos água. Em alguns locais

já foi encontrada água, mas, ou estão os furos muito afastados da zona termal e temos que fazer novos furos, ou, por exemplo, no caso do Varadouro, água não tem uma temperatura elevada, tem uma temperatura de cerca de 20°.

Nós vamos continuar a fazer exploração e não sabemos exactamente como é que vai evoluir o projecto. Pode, efectivamente, ter que haver mais investimento no Varadouro ou haver mais investimento no Carapacho. Isso vai depender dos trabalhos que vamos executar, mas, no fundo, são três áreas onde podemos investir.

Em relação ao Sr. Deputado Jaime Jorge, que refere um decréscimo no Plano, eu penso que isto é ilusório. O ano passado nós fizemos um grande investimento no aeroporto do Pico e continuamos a fazer, um investimento na ordem dos 25 milhões de euros na sua totalidade. Ainda há bem pouco tempo, no conselho do Governo, foi adjudicado um equipamento muito importante para o aeroporto do Pico que é a instalação do ILS.

No ano de 2006, o que vamos fazer, e eu disse no meu discurso, é um estudo de reordenamento, pormenorizado, do porto da Madalena e do porto do Cais do Pico, estudos esses que são fundamentais para que em 2007 haja candidaturas ao Quadro Comunitário de Apoio e haja aí um investimento muito elevado.

Portanto, não podemos olhar, ano a ano, as despesas, ou as verbas adstritas a cada ilha. Elas terão que ser feitas num espaço mais alargado.

O ano passado foi feito um grande investimento.

Se contabilizar esse investimento, uma parte que é feita este ano, que é o caso do Pico, poderá, realmente, se calhar encontrar verbas mais elevadas, mas este é um processo que se faz por etapas. Uma vez investimos mais numa ilha, porque se está a fazer um grande investimento numa determinada infra-estrutura, outra vez investe-se noutra ilha, porque aquela infra-estrutura terminou e estamos apenas a fazer estudos e projectos. Basicamente é isto que vos posso dizer.

Em relação ao aumento de voos em relação a 2005, de uma forma muito clara, nós pretendemos que haja mais voos em relação a 2005, que haja um segundo voo em 2006. As conversações que nós temos com a Transportadora Aérea-TAP, é que isto seria dependente da instalação do Jet fuel nesta ilha. Nós, em conversações com o privado, estamos a fazer todas as diligências para que isso ocorra a curto prazo.

Estamos em negociações com a BENCOM e com a PETROGAL. Penso que isso vai ocorrer no próximo ano.

Temos que fazer uma grande insistência em termos promocionais nesta ilha.

Não se pode comparar o crescimento de diversas ilhas, quando houve também uma evolução diferente em termos de oferta hoteleira.

No caso do Pico, não houve, de facto, qualquer aumento da oferta hoteleira, mas se reparar, mesmo no Pico, pode verificar que cresceu o número de dormidas. Basta só olhar para os números. A Ilha do Pico, como outras ilhas, em 2001, tinha 31 mil dormidas. Em 2004, tinha 37 mil dormidas. Portanto, a ilha do Pico também cresceu em número de dormidas, sem qualquer aumento do número de camas. O que houve foi um aumento muito marginal em turismo em espaço rural.

O que eu sei é que existe um conjunto muito vasto de projectos, em carteira, que poderão efectivamente vir a acontecer muito brevemente nesta ilha. Esta ilha tem condições diferentes, através da sua proximidade à Ilha do Faial e das suas infra-estruturas portuárias como aeroportuárias, que outras ilhas não têm. Por isso não foi considerada como Ilha da Coesão.

Como disse no início, nós teremos que analisar isto de uma forma muito pormenorizada, uma evolução económica de todas ilhas, e alterar os nossos critérios de acordo com esta evolução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho apenas para dizer telegraficamente que o Sr. Secretário Regional da Economia acabou de dizer basicamente que seria fácil proceder à desagregação parcial das verbas que referi. Eu concordo com isso e daí a razão de eu ter admitido, desde o início, que houvesse uma parcela no não desagregado, marginal, para prevenir a zona de indefinição em termos de novas acções e nova configuração das acções de animação .

A verba integralmente não desagregada parece-me de todo incorrecta, tanto mais que a desagregação seria um exercício de previsão, como acabou de dizer, muito simples. Se é simples, e é, por que é que não se faz? O Governo não se quer vincular.

Por outro lado, entra um pouco em contradição, se me permite, com o facto de, no Programa 15, “Promoção do investimento e da coesão”, em que o exercício de previsão é seguramente mais difícil, até porque depende de actos de terceiros e de decisões de investimento privado e nem todas seguramente estarão declaradas, aí a solução foi diferente, foi fazer a desagregação espacial, atrevo-me a dizer, eventualmente, para, num acto de alguma cosmética política, vender o conceito da coesão com alguma substância financeira.

Em todo o caso, a resposta está dada. Eu apenas queria marcar um ponto que me parece importante. Não foi o Sr. Secretário Regional da Economia que o disse, foi o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que deu a entender que a desagregação espacial é um assunto menor, negligenciável. Pelas razões que já expus, considero que não é um assunto menor. Mas se o Governo acha que é assunto menor, então que não faça demagogia ao “vender o Plano” ilha a ilha, com base precisamente nas verbas desagregadas. Isso é uma contradição insanável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

É só para recordar que a pergunta acerca do URBCOM da Madalena ficou sem resposta e eu gostaria de ter uma explicação da sua parte acerca deste assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado Alberto Pereira, penso que já fui bastante explícito naquilo que quis dizer. O Plano é sempre um exercício de tentar mostrar aos Srs. Deputados como iremos desenvolver a nossa acção pelas diversas rubricas e pelas diversas ilhas.

Não há aqui uma análise precisa, porque é impossível perceber exactamente o que irá decorrer no ano, principalmente em áreas como acabei de dizer, que dependem da actuação das diversas forças vivas da sociedade, como é o caso da animação turística, que nós não sabemos exactamente quem nos vai solicitar apoio, ou depende de um estudo que ainda não está feito e que a sua evolução vai depender dos gastos que vamos efectuar.

No que diz respeito ao URBCOM da Madalena, eu devo dizer que se trata de um sistema de incentivos a nível nacional no qual nós apenas temos a possibilidade de intervir naquilo que fizemos, que foi mobilizar os empresários no sentido de concorrerem juntamente com a Câmara Municipal e com a Câmara de Comércio para, no fundo, criar uma maior animação, um maior investimento nos centros urbanos, ou seja, nos centros históricos das diversas vilas. Foi o que fizemos, no caso da Madalena.

A Madalena viu o seu projecto aprovado, agora depende da Câmara de Comércio, dos empresários desta ilha, desta vila em concreto, e da Câmara Municipal.

O que nós fizemos com todas as vilas e cidades que tiveram os seus projectos aprovados foi prestar, da nossa parte, todo o apoio técnico possível, mas mais não podemos fazer.

Não posso afirmar mais nada sobre este assunto. Certamente que, por exemplo, no caso da Horta, já existem 63 projectos aprovados, de candidaturas individuais dos empresários.

No caso da Madalena não lhe posso afirmar o ponto da situação. Certamente poderei lhe dar essa informação ligando para os meus serviços que estão ligados à avaliação dos diversos projectos, mas como disse, trata-se de um sistema de incentivos que nós apenas damos apoio técnico, fazemos a avaliação na Região, mas depende do Governo da República.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta intervenção aborda as principais políticas sectoriais de Turismo, Comércio, Indústria, Promoção do Investimento e da Coesão e Energia, que o Governo Regional pretende prosseguir, de acordo com a Proposta de Plano Regional Anual para 2006, em apreciação nesta reunião plenária, de modo a dar continuidade à concretização dos objectivos estruturantes definidos oportunamente nas Orientações de Médio Prazo para o período 2005-2008.

Começa-se por fazer uma análise da evolução dos indicadores disponíveis nestes domínios, para prosseguir com a referência às medidas mais significativas já implementadas pelo executivo nestas matérias, de modo a estabelecer um enquadramento geral para a programação material e financeira vertida na presente Proposta de Plano para 2006, trazendo a debate os resultados da acção governativa.

Em relação ao sector do turismo, e de acordo com as últimas estatísticas oficiais, no período de Janeiro a Setembro de 2005 atingiram-se as 936.328 dormidas na Região, ou seja, +19,8% relativamente a igual período de 2004. Refira-se que esta evolução foi muito favorável, atendendo ao conjunto do país, onde a taxa média de crescimento foi de 4,5%.

No que respeita ao peso relativo das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, cerca de 43% foram de residentes em Portugal e 57% de residentes no estrangeiro, tendo sido de +46% a variação das dormidas dos residentes no estrangeiro.

Fazendo um diagnóstico por países de residência, constata-se que o mercado nórdico continua a marcar uma posição de destaque, sendo o que registou o maior número de dormidas na hotelaria da Região, atingindo um crescimento homólogo de 65%, no período acumulado de Janeiro a Setembro de 2005, devido, fundamentalmente, aos contributos da Finlândia e da Dinamarca. É também de realçar o crescimento, em idêntico período, do mercado britânico (+150%), do mercado espanhol (+63%) e do mercado dos EUA (+20%).

Nestes nove meses de 2005, os proveitos totais na hotelaria da Região, a preços correntes, tiveram um crescimento homólogo de 16,9% em relação a 2004 e os

proveitos de aposento, 18,1%. Note-se que, a nível nacional, os proveitos totais, a preços correntes, caíram 1,1%, em idêntico período.

É de salientar que os resultados verificados em 2005 ultrapassaram largamente os objectivos estabelecidos no âmbito da contratualização da promoção turística entre o Instituto de Turismo de Portugal e a Associação de Turismo dos Açores, em termos de crescimento da procura turística, desconcentração sazonal da procura, receitas totais da hotelaria e desconcentração geográfica da procura.

Esta evolução positiva dos indicadores do sector do turismo ficou a dever-se, em larga medida, ao sucesso das políticas de investimento público nas áreas dos transportes e acessibilidades, promoção turística e oferta e animação turística, quer de uma forma directa, quer através da atribuição de incentivos aos privados ou do estabelecimento de parcerias – como é o caso da Associação de Turismo dos Açores, em matéria de promoção turística.

A melhoria das acessibilidades e o aumento da frequência e regularidade das ligações aéreas inter-ilhas, bem como destas para o exterior, tem permitido trazer mais turistas à Região e descentralizar os fluxos turísticos pelas várias ilhas do arquipélago, para além de ter alterado substancialmente a composição da procura turística. Para além das ligações directas aos EUA, Canadá, Suécia, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Espanha, efectuadas em 2004, em Fevereiro deste ano teve início a segunda ligação semanal à Dinamarca, em Março, a operação com a Finlândia e em Abril, com o Reino Unido.

A par da exploração destas novas rotas foi reforçada a promoção turística nesses mercados, nomeadamente através da participação em feiras, com novos materiais de promoção e da intensificação de contactos com operadores turísticos desses países e apoio a viagens educacionais.

Esta conjugação de esforços permitiu que se registassem consideráveis aumentos dos fluxos provenientes desses mercados – e cujo impacte sobre os indicadores da hotelaria há pouco foi referido nesta intervenção – que se reflectiram na redução da dependência do turismo interno: enquanto há nove anos atrás cerca de 71% das dormidas eram de residentes em Portugal, no período de Janeiro a Setembro de 2005 esse valor situou-se na ordem dos 43%, tal como acima se mencionou.

Apesar de ser necessário consolidar estes novos mercados, o Governo Regional continua a fazer prospecção junto de outros países, tais como a Holanda, a Irlanda, a França, o Canadá e os Estados Unidos, tendo em vista a prossecução dos objectivos de combate à sazonalidade e diversificação da procura turística, definidos para a política sectorial neste domínio.

Ainda a propósito das acções de divulgação da Região realizadas em 2005, destaca-se, em Janeiro, a participação da Associação de Turismo dos Açores na 17ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, com um stand promocional que lhe valeu a atribuição de uma menção honrosa, bem como a disponibilização de um novo sítio na Internet, com informação turística sobre os Açores e, em Abril, o lançamento da nova campanha nacional, intitulada “Natureza Mágica”.

Importa recordar, a este propósito, a aceitação dos Açores como destino de turismo de Golfe e de Congressos, junto do Instituto de Turismo de Portugal, o que possibilitou à Região, já em 2005, a participação institucional em feiras e eventos internacionais ligados a estas temáticas. Os resultados destas acções já se estão a fazer sentir, quer com o aumento de 50% do número de voltas nos campos de golfe da Verdegolfe, este ano, quer com a realização, nos Açores, dos congressos da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e de Turismo e da Associação dos Directores de Hotéis de Portugal, no próximo ano.

O reconhecimento do mérito desta política de turismo regional teve, contudo, o seu ponto alto em Setembro, com as comemorações oficiais do Dia Mundial do Turismo na Região e ainda em Novembro, com a visita do Presidente da República aos Açores, no âmbito das Jornadas de Turismo.

A todo este esforço de investimento público na promoção turística da Região acresce a aprovação recente de candidaturas dos privados aos sistemas de incentivos à promoção turística, no valor de dois milhões de euros, que irão contribuir inegavelmente para o aumento da notoriedade do destino Açores no exterior.

Outro facto que importa realçar é a conclusão do processo de alienação das participações da Região no capital social da Verdegolfe, que irá permitir a concretização do campo de golfe do Faial num prazo de quatro anos.

No que toca à oferta de alojamento na hotelaria, no final de 2004 a Região tinha capacidade para acolher 7.486 hóspedes, em 78 estabelecimentos hoteleiros; passados nove meses, e com a abertura de mais 5 estabelecimentos (sendo 4 em S. Miguel e 1 no Pico), a capacidade de alojamento aumentou para 8.453 camas, o que corresponde a um acréscimo de 13%. Apesar disso, a taxa de ocupação-cama foi de 50,8%, enquanto em Setembro do ano anterior tinha sido de 46,9%. Paralelamente, foram criados novos postos de trabalho, registando-se, em Setembro de 2005, um crescimento homólogo de 6,8% no pessoal ao serviço na hotelaria, que já atinge os 2.000 activos.

Quanto ao turismo em espaço rural, a oferta de alojamento mais do que duplicou na Região, nos últimos três anos, e já ultrapassa as 500 camas.

Este acréscimo de capacidade no subsector do alojamento turístico tem sido fortemente impulsionado pela política governamental de incentivos ao investimento privado.

No que respeita aos sistemas de incentivos nacionais, atribuídos no âmbito do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, refira-se que os 6 projectos aprovados ao abrigo do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR) – que é exclusivo para o turismo – correspondem a um investimento global de 57,5 milhões de euros, sendo 23 milhões de euros de incentivos. No caso do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME), os 24 projectos aprovados na área do turismo correspondem a um investimento global de 191,7 milhões de euros, sendo 58,8 milhões de euros de incentivos.

Quanto a sistemas de incentivos regionais, no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET) foram já aprovados 125 projectos, ligados sobretudo ao turismo em espaço rural, restauração e actividades marítimo-turísticas, a que corresponde um investimento global de cerca de 33 milhões de euros, sendo 11,7 milhões de euros de incentivos. Relativamente ao Subsistema de Prémios (SIDEPE), na vertente do turismo, já foram aprovadas 21 candidaturas, a que corresponde um investimento global de 165,4 milhões de euros, sendo 36,6 milhões de euros de incentivos.

A todos estes investimentos ainda acrescem os projectos integrados turísticos PITER, de maior dimensão, em que parte do investimento envolvido já consta de alguns dos sistemas citados.

A recente criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais irão estimular o investimento em novas áreas, relacionadas com a animação turística (onde inclui o golfe), o turismo de saúde (onde se inclui o termalismo) e a prestação de cuidados à infância e aos idosos, para além de reforçarem a coesão territorial do arquipélago. Estas são novas e importantes medidas do Governo Regional, a par da apresentação do Guia do Investidor, que se inserem numa estratégia mais vasta de captação de investimento externo para a Região.

Para finalizar este enquadramento das políticas sectoriais falta referir os resultados da política de incentivos ao nível do Comércio, Indústria, Restauração e similares, Construção Civil e outros Serviços.

No que respeita a sistemas de incentivos regionais, verifica-se que foram aprovados, no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL), 425 projectos, que correspondem a um investimento global de 49 milhões de euros, sendo 22,9 milhões de euros de incentivos. No Subsistema de Prémios (SIDEPE), foram aprovados 36 projectos, que envolvem um investimento na ordem dos 71,8 milhões de euros e um montante de incentivos de cerca de 9 milhões de euros.

Quanto a candidaturas a programas nacionais, temos 41 projectos aprovados nestas áreas no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME), implicando um investimento global que ascende a 98,5 milhões de euros, sendo o montante de incentivos de 36,9 milhões de euros. No caso do URBCOM, dedicado a apoiar o comércio, foram aprovados 44 projectos, que correspondem a um investimento global de 7,6 milhões de euros e à atribuição de 2,2 milhões de euros de incentivos.

Todos estes investimentos dão boa conta do dinamismo da iniciativa privada nestes sectores, sendo de realçar que, no caso dos sistemas de incentivos regionais, tem havido uma execução plena das verbas afectas aos respectivos programas desde 1997.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Plano para 2006, a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Turismo, Comércio, Indústria e Promoção do Investimento e Coesão está inserida na materialização do objectivo de “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”.

Começando pelo Turismo, as medidas a implementar encontram-se descritas no Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo. Este programa engloba cinco projectos: promoção turística, oferta e animação turística, investimentos estratégicos, formação e informação e intervenção específica em Rabo de Peixe. O investimento público correspondente é de 11,26 milhões de euros, ou seja, +39% do que no ano anterior. Os projectos a desenvolver no âmbito deste programa contemplam a execução de um vasto leque de investimentos, a serem promovidos quer directamente pela Secretaria Regional da Economia, quer através da articulação desta com a Associação de Turismo dos Açores ou, ainda, do estabelecimento de protocolos com outras entidades, tais como o Instituto de Turismo de Portugal.

Em relação à Indústria, as intervenções previstas no Plano para 2006 encontram-se descritas no Programa 13 – Desenvolvimento Industrial. Este programa compreende quatro projectos: inovação tecnológica e gestão de recursos, apoio à actividade empresarial, artesanato e intervenção específica em Rabo de Peixe, no domínio do desenvolvimento industrial. O total de investimento público previsto é de cerca de 2,2 milhões de euros, ou seja, +29% do que no ano anterior.

À semelhança do Plano para 2005, o investimento a executar nestas áreas continua a privilegiar o estabelecimento de parcerias com associações empresariais e outras entidades regionais, tendo em vista a investigação tecnológica, a inovação e a promoção da qualidade na gestão das empresas e a certificação dos seus produtos, bem como a qualificação profissional – sobretudo nas áreas da segurança e qualidade alimentar – e a introdução de práticas de gestão ambiental.

No que respeita à política governamental para a área do Comércio, esta encontra-se consubstanciada no Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação, a que corresponde um investimento público de 755.000 euros, a concretizar no ano de

2006. Este programa desdobra-se em três projectos, que contemplam a dinamização do comércio, a promoção externa de produtos regionais e a intervenção específica em Rabo de Peixe, no domínio do comércio. A acção que continua a assumir maior peso é a que se refere ao apoio à promoção de produtos regionais no exterior, com mais de 50% da dotação afectada a este programa.

No Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão prevê-se, por sua vez, um investimento público, para 2006, na ordem dos 42,73 milhões de euros, ou seja, +61,5% do que no ano anterior, que será afectado a apoios financeiros ao investimento privado fora do âmbito do sector primário e à promoção da coesão económica e social do arquipélago.

Este programa subdivide-se em sete projectos. Embora em termos financeiros os projectos relativos aos Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER) e aos Apoios à Coesão e Parcerias Público-privadas absorvam 98% das verbas afectadas, são de destacar duas novidades neste domínio: o Apoio ao Empreendedorismo, que corresponde à criação de um novo sistema de incentivos ao empreendedorismo e o Apoio ao Micro-crédito, um instrumento financeiro de apoio aos mais desprotegidos do ponto de vista social ou económico, para criação do próprio emprego ou de um pequeno negócio.

Quanto à área da Energia, cuja programação se insere no objectivo prioritário de “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes”, encontra-se previsto no Programa 26 – Consolidação e Modernização do Sector Energético um investimento público na ordem dos 800.000 euros, ou seja, sensivelmente o mesmo que para o ano de 2005. Tal como no Plano do ano anterior, este programa subdivide-se em dois projectos: utilização racional de energia e serviço público e social.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Com esta Proposta de Plano para 2006, em matéria de Turismo, Comércio, Indústria, Promoção do Investimento e da Coesão e Energia, o IX Governo Regional dos Açores pretende dar continuidade aos grandes objectivos e políticas definidos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008. A constatação de resultados decorrentes do

bom ritmo de execução do Plano e Orçamento para 2005 permitem aferir que o executivo vai ser capaz de continuar a cumprir, merecendo o voto de confiança da bancada do Partido Socialista para a Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2006.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando analiso um documento de planeamento, com a importância do que estamos aqui a debater, quero, faço questão, e o PSD exige mesmo, encontrar o fio condutor, a “visão”, os objectivos, os meios e as metas a atingir.

Doutro modo podem V. Exas., chamar-lhe o que quiserem, mas Plano, enquanto instrumento de planeamento, não é de certeza.

Gostava de vir a esta Assembleia discutir e debater um Plano e um Orçamento, que fosse isso mesmo. Um Plano e um Orçamento.

Um Plano que consubstanciasse uma linha de rumo, uma estratégia, com objectivos e metas. Um Plano que contivesse as “métricas” para avaliar o sucesso ou insucesso dos investimentos que se propõem concretizar. Um Plano que não fosse um “peditório”, e em muitos casos um “repositório” de projectos, cuja “priorização”, não se encontra justificada em lado nenhum.

Um Plano, onde fosse possível “descobrir” a justificação económica, técnica e política das vossas opções, num quadro de rigor e selectividade da afectação dos nossos recursos.

Por mais que afirmem o contrário, não estamos perante uma Plano, mas sim perante um documento tecnicamente mal justificado, politicamente mal sustentado, e substantivamente “trapalhão”. É um documento tão fraquinho, que é quase uma “tristeza”!

Este documento é, agora, a prova provada, de que V. Exas. só navegam à vista! Só navegam “rente à costa” e em dia de calmaria.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é um grande “marinheiro”!

O Orador: Sei que é mais cómodo, e prudente, não elevar a “fasquia” das expectativas. Mas já nem peço isso. O PSD apenas quer, que V. Exas. digam, a que “altura” é que vai estar a fasquia do desenvolvimento dos Açores, no mínimo daqui a 1 ano.

Este Plano e Orçamento, não é nem um Plano, nem um Orçamento, é tão só a conta do “deve e haver”, dos milhões para ir gastando na “lista das compras”...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor diga isso na Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

O Orador: ... para 2006, muitas das quais, já repetidamente previstas, e adiadas, nos últimos 3, 4 ou 5 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exas. insistem nas “frases feitas”, carregadas de banalidades, lugares comuns e outras que, para além de não acrescentarem qualquer valor, continuam incorrectas do ponto de vista técnico.

Estamos a debater um documento sem qualquer rasgo de brilhantismo!

Não vos ocorreu equacionar, e perspectivar os Açores no fim de 2006? Com respostas! Como e quando?

Vamos continuar a assistir à progressiva desertificação das ilhas menos populosas?

Vamos continuar a ver as nossas agro-indústrias a definhar?

E o investimento externo, vem ou não vem? Chega ou não chega?

Vamos reduzir o insucesso escolar?

O que vai ser feito para rentabilizar o super investimento do cabo submarino?

Com este investimento, vamos conseguir projectar os Açores, no super competitivo mercado das tecnologias da informação? Ou vamos continuar “atascados” em problemas de interpretação comercial da, simples, difusão em sinal aberto dos canais generalistas?

Quais são os grandes obstáculos que se irão colocar aos jovens licenciados? Que oportunidades irão surgir?

Vamos exportar mais ou menos?

Vamos assistir impávidos e serenos ao aumento do consumo de estupefacientes?

Ou, como V. Exas. preferem, vamos continuar a medir o nosso desenvolvimento, pelo aumento do número de camas na hotelaria, pelo consumo de cimento ou de licenças de obra?

É que isso é confundir “abandono escolar” com metros cúbicos de betão!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estarmos aqui, durante 3 dias, a discutir um Plano, cuja repartição do “bolo” é feita com “pressupostos” ou justificação de prioridades, que ninguém conhece. É o mesmo que estar aqui, durante 3 dias, a discutir um documento, que é assim, porque tem que ser, e “ponto final”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em que páginas, deste Plano, se descobrem uma metodologia e uma métrica para, garantir e avaliar, o aumento da eficiência, da produtividade e da competitividade do tecido produtivo regional?

Em que páginas, deste Plano, se descobrem uma metodologia e uma métrica para, garantir e avaliar, a implementação de modelos e práticas, que garantam um investimento público com acréscimos de eficiência e rigor na afectação e utilização dos dinheiros públicos?

Em que páginas, deste Plano, se descobrem uma metodologia e uma métrica para, garantir e avaliar, a implementação de modelos e práticas, para minimizar as dificuldades acrescidas impostas à nossa mobilidade, que se traduzam na efectiva diminuição do nosso isolamento e da nossa condição ultraperiférica?

Em que páginas, deste Plano, se descobre uma metodologia e uma métrica para, garantir e avaliar, o investimento em ciência e tecnologia, com tradução prática na produção de conhecimento e na fixação e captação de cérebros.

Ninguém tenha dúvidas! O PSD tem princípios programáticos diferentes e adoptaria um modelo e uma metodologia de “priorização” de investimentos diferente.

Deputado José San-Bento (PS): Diga então qual é!

O Orador: Mas, de uma coisa, este documento, já me convenceu. Isto não é um Plano, mas tão só uma listagem de “projectos”, que, como se não bastasse, em muitos casos se atrapalham e “acotovelam”, uns aos outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naquilo que V. Exas. chamam “Transportes Marítimos”, continuam V. Exas. sem dedicar uma linha, uma frase que seja, ao conceito de Sistema Integrado de Transporte Marítimos de Mercadorias.

Continuam, V. Exas., a não dizer como vão ultrapassar as limitações e condicionamentos no acesso aos mercados.

Não chega afirmar que se vão prosseguir, e utilizando as vossas próprias palavras, “os investimentos de reabilitação, reordenamento e apetrechamento das diversas infra-estruturas portuárias”. Isso é o que qualquer “Junta Geral” faria!

Onde está equacionada e definida a criação de plataformas ou Centros de Logística?

É que, transporte marítimo de passageiros, já há muitos anos que deixou de ser, navios para navegar e portos para atracar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: São os centros de logística, de dimensões variáveis, que concentram os instrumentos de gestão do Sistema, e só por esta via se promovem alternativas, ganhos de eficiência, concorrência e competitividade. Isto é que é estratégico. Isto é que acrescenta valor!

“Melhorar a eficácia dos serviços correlacionados com as operações portuárias, de modo a racionalizar os custos da operação portuária”, e essas são as vossas palavras, já foi assim!

Agora a “eficácia” foi substituída pela gestão integrada do Sistema de Transportes Marítimos, onde é valorizada a vertente da gestão do tráfego e da eficiência na concentração e distribuição do produto transportado

Em todo o mundo desenvolvido é isso que acontece. V. Exas. insistem em passar “olimpicamente” ao lado desta actividade de enorme valor acrescentado.

Não vos é muito abonatório, mas é o que aqui está escrito.

No Sistema de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, o que V. Exas. afirmam é pura e simplesmente tempo perdido.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Tempo perdido é ouvir o Sr. Deputado!

O Orador: Este serviço tal como está sendo oferecido no mercado regional, é o exemplo acabado de uma boa ideia gerida à vossa “moda”.

Avanços, recuos, hesitações... e agora decidem mandar construir navios.

Até pode ser uma solução, mas como, neste vosso Plano, não consegui encontrar uma única justificação técnico – económica para essa opção, legitima-me a afirmação de que, à vossa boa maneira, V. Exas. – à falta de arte e engenho para construir um serviço público de transporte marítimo de passageiros – preferem “comprar navios por atacado”.

E em 2006 como vai ser? Com o descalabro da operação realizada nos últimos anos, V. Exas. dedicam umas tímidas palavras ao que designam por “Melhorar a qualidade dos serviços de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região”. Ponto final.

Entendo o vosso desconforto, porque, por vossa única e exclusiva culpa, malbarataram uma das bandeiras desfraldadas com pompa e circunstância.

No que designam por Transportes Terrestres, vou citar, “querem dar continuidade ao processo de reformulação da prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros e reestruturar as carreiras, os horários, e os tarifários, tendo como objectivo um crescimento da procura”.

V. Exas. ainda não perceberam, que o que têm de construir é um modelo de Serviço Público de Transportes Colectivos de Passageiros, que defina a articulação e a compatibilização de circuitos e horários, a formação dos recursos humanos, o processo de gestão da frota, e de entre outros, o processo de avaliação do desempenho e a metodologia de auditorias de acompanhamento, que é tão só a fiscalização.

Eu já afirmei isto há um ano atrás. Tive como resposta, pasme-se, que isto era uma “teoria de inspiração soviética” (dito pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)! Mas é essa teoria, que V. Exas. chamam, por (...) desconhecimento, “de soviética”, que se pratica em todo o mundo civilizado e, que por exemplo, enquadra o serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com este Plano e Orçamento, V. Exas. navegam “ao sabor da aragem”.

Este vosso Plano, que é, supostamente, o vosso instrumento de planeamento, não diz, em lado nenhum, porque é que escolheram este caminho, nem muito menos define os objectivos e as metas que querem alcançar.

Então, repito, estou “política e tecnicamente” legitimado para afirmar que, nem V. Exas. sabem bem para onde vão!

Como V. Exas. preferem, vamos andando que logo se vê!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18,00 horas.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Propostas em debate, Plano Regional Anual e Orçamento para 2006, são apresentadas num momento que decorre sob o signo da estagnação da economia europeia e após longo período de desaceleração da economia mundial a um nível superior ao esperado.

A partir de 2004, países como os Estados Unidos da América, o Japão e já anteriormente a China apresentavam bons ritmos de crescimento que, contudo,

poderão vir a abrandar não só devido ao aumento do preço do petróleo como também ao previsível aumento das taxas de juro e conseqüente redução da procura interna.

Para a Zona Euro prevêem-se ritmos de crescimento relativamente baixos, sem possibilidade de redução da taxa de desemprego a curto ou mesmo médio prazo, situação que também se poderá agravar com o aumento das taxas de juro e a manutenção do abrandamento da procura externa.

Para o ano de 2006 também não é previsível uma evolução muito favorável da economia Portuguesa embora seja de esperar um crescimento económico moderado ainda que abaixo dos valores que permitiriam uma redução real da taxa de desemprego.

Contrariando a tendência verificada na evolução da economia da Zona Euro e de Portugal em particular, a Região Autónoma dos Açores, apesar de não ser imune à crise e de, dada a sua frágil economia, pouco competitiva e muito dependente do exterior, ser por ela inevitavelmente afectada, tem mantido aceitáveis níveis de crescimento económico e simultaneamente melhorado as condições de vida de todos os Açorianos.

Para tal têm contribuído as opções correctas no âmbito da definição de políticas de desenvolvimento e a utilização criteriosa dos poucos recursos que a Região tem à sua disposição. Sabemos que continuar a escapar à crise não é fácil, contudo se o investimento público regional for bem orientado e se o sector empresarial privado for forte, poderemos debelar muitos dos seus efeitos. Por isso e para isso contribuem, com o seu rigor, os documentos agora em análise; porque como o défice público nacional previsto para 2006 prova, não há resultados sustentáveis numa política orçamental que encubra a verdade com habilidades contabilísticas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só uma política de grande rigor orçamental e de clara contenção imposta à evolução das despesas de funcionamento da administração regional, permite viver hoje uma situação em que estas estão integralmente cobertas pelas receitas próprias da Região.

Os Açores são a única região do país relativamente à qual os parceiros sociais sublinham o sucesso alcançado relativamente ao crescimento económico e à

convergência com a União Europeia, ao equilíbrio das contas públicas e à enorme melhoria de desempenho das questões sociais.

Mas, porque falar dos Açores é falar das dificuldades de acesso inerentes à insularidade, à dispersão geográfica, à pequena dimensão da maioria das ilhas e respectivos mercados e à distância aos mercados de referência, importa perceber qual o cenário em que actualmente se desenvolve o negócio dos transportes, quer marítimos, quer aéreos.

Como consequência da estagnação da procura e após longo período de procura muito inferior às expectativas, e quando se julgava ser possível estabilizar os resultados do sector, eis que surge o fenómeno do terrorismo em grande escala e o crescimento exponencial do preço do petróleo, originando nova redução generalizada dos resultados, apesar das baixas taxas de juro. O sector dos transportes vive assim num contexto económico internacional instável agravado por um fraco ou nulo crescimento económico.

Apesar de tudo, a crise internacional tem afectado de forma diferente os dois grandes segmentos do sector, a saber, transporte marítimo e transporte aéreo. Se por um lado, o transporte marítimo tem conseguido manter equilibrada a sua exploração, por outro lado o transporte aéreo, salvo raras e honrosas excepções, não tem registado qualquer equilíbrio, mas antes uma perda acentuada com a acumulação de elevados prejuízos a que nem as ajudas de estado, quando permitidas, conseguem fazer face.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No que ao transporte marítimo diz respeito, importa ter em atenção a nova regulamentação da Cabotagem Insular a qual, pese embora o facto de manter inalterável o objectivo de assegurar o normal e regular abastecimento de todas as ilhas mantendo o frete independentemente do destino, possibilita também entendimentos entre armadores que podem levar a reduções significativas de escalas em alguns portos as quais embora não afectando a regularidade e qualidade dos serviços prestados implicarão reduções drásticas na facturação quer das operadoras portuárias, quer das administrações portuárias abrangidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sem infra-estruturas modernas de apoio ao transporte quer marítimo, quer aéreo, não é possível dar resposta satisfatória às solicitações inerentes à progressiva sofisticação dos meios usados. Sem o enorme volume de investimento levado a cabo, nos últimos anos, nesta área a promoção da competitividade e da diversificação da actividade produtiva não teriam passado de uma miragem.

Em 2004, pelos portos da Região, circularam cerca de 468 mil passageiros e 2,7 milhões de toneladas de carga. A carga movimentada pela via marítima corresponde a mais de 99% do total da carga movimentada na Região.

À consolidação e modernização dos transportes marítimos corresponde uma dotação, para 2006, de cerca de 55 milhões de euros. Sendo de destacar a recuperação do Porto da Praia da Vitória e a construção do Terminal Marítimo e Gare de Passageiros do Porto de Ponta Delgada. Dois mil e seis terá que ser também o ano da elaboração dos estudos e do projecto de ampliação do porto comercial do Pico tendo em vista que em 2007 terá início o novo Quadro Comunitário de Apoio.

Embora menos visível, a medida que mais impacto terá, a médio prazo, no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas será a construção nos próximos dois ou três anos de três ou quatro novos navios os quais poderão, se enquadrados num projecto inovador da prestação durável e conhecida de um serviço regular, não só resolver o problema por duas ou três décadas, mas também ser importante factor de dinamização do desenvolvimentos regional. A definição das suas características e operacionalidade, que desconheço, e da qualidade do serviço a prestar são factores de primordial importância.

De destacar ainda o reordenamento do Porto da Madalena e construção da pala de protecção aos passageiros nos momentos de embarque e desembarque, a construção dos Núcleos de Recreio de Santa Maria e das Lajes do Pico, a ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e a remodelação da Gare de Passageiros do Porto da Horta.

Pelos aeroportos da Região circularam, em 2004, cerca de 1 milhão e 700 mil passageiros e cerca de 1% do total da carga por nós movimentada.

O desenvolvimento dos transportes aéreos foi dotado, para 2006 com mais de 35 milhões de euros sendo de destacar desde logo o investimento em infra-estruturas e

equipamentos aeroportuários. De realçar não só pelo volume de investimento, mas também pelo arrojo de o concretizar, a conclusão das obras no Aeroporto do Pico, o tal que não podia ser ampliado e que agora apenas aguarda por mais ligações directas no exterior, objectivo que seguramente também atingiremos.

De destacar ainda neste programa as remodelações das aerogares das Flores, de S. Jorge e das Lajes, a remodelação das Torre de Controlo e armazém de carga da aerogare do Corvo e do indispensável investimento em infra-estruturas para sistemas de informação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este conjunto de investimentos, na sequência dos já efectuados nos últimos anos, corresponde às necessidades sentidas e por isso mesmo vertidas numa política regional racionalmente estruturada de desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias que garantem condições de competitividade e de operacionalidade com mais e melhor segurança.

É na eficácia das medidas adoptadas aos níveis regional e de ilha e no rigor da gestão dos recursos disponíveis que garantimos a credibilidade necessária e essencial ao desejado desenvolvimento da nossa Região.

Disse

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que o Governo acabou de dizer nesta Assembleia sobre turismo não variou muito da propaganda oficial do costume. Sublinhou o significativo crescimento da oferta hoteleira dos últimos anos. É uma evidência e não custa admiti-lo. Enfatizou as taxas de crescimento da procura turística. É uma evidência e não custa admiti-lo. Procurou desdramatizar as baixas taxas de ocupação na hotelaria. Também seria de esperar. O

Governo repetirá até à exaustão este discurso, fazendo o auto elogio da sua actuação, na constatação simplificada de mais camas e mais turistas. Seja. É tudo verdade.

Esta pintura cor-de-rosa que seduz o cidadão comum pela sua simplicidade, até pode vingar e tem vingado. Mas não é suficiente, não é esclarecedora, nem é politicamente séria.

Com efeito, o quadro completo do turismo na Região mostra-nos, para além desses sinais exteriores de sucesso, sinais interiores de constrangimentos graves, que o Governo teima em não reconhecer. Referimo-nos aos indicadores essenciais e decisivos, ausentes do discurso oficial, que são a receita média por cama e a receita média por dormida, cruciais para aferir da rentabilidade real da operação turístico-hoteleira, do perfil do turista que nos visita e da sua propensão para o consumo.

É aqui que acabam as boas notícias, não havendo lugar para cenários cor-de-rosa. A receita média/cama anual na hotelaria açoriana desce continuamente e é incomparavelmente inferior à dos destinos com que o Governo gosta de comparar as taxas de crescimento das dormidas nos Açores. Os Açores tiveram em 2004 uma receita média/cama anual de €6.462,88 contra € 6.503.44 em 2003. Este valor é afinal inferior à média nacional. Ao nível dos hotéis de 4 estrelas – tipologia turística de referência nos Açores – o resultado é mesmo o pior de Portugal, em parceria com o Norte do país, muito abaixo da média nacional e de todos os outros destinos turísticos.

Mais claro ainda: a receita média por dormida nos Açores, a preços constantes de 1996, degrada-se ininterruptamente, ano após ano, desde 1998, quedando-se em 35.98 euros em 2004 contra os 42.37 de 1996. Até o preço médio por dormida (que só considera os proveitos de aposento), tradicionalmente elevado e que o Governo usa amiúde para “provar” que não há acentuada degradação de preços nos Açores, manifesta nos últimos anos tendência negativa ao nível da hotelaria clássica e sobretudo dos hotéis de 4 estrelas, tendo descido, neste caso, 7% de 2003 para 2004.

Atentando num outro indicador essencial, concluímos ainda que a remuneração média por trabalhador na hotelaria açoriana é das mais baixas do país, ao lado do Alentejo e da Região Centro.

São dados objectivos e insofismáveis que contrariam o “admirável mundo novo” que o Governo nos vende todos os dias. O Governo mente então? Como diz o povo, “a mentira para ser segura e atingir profundidade, tem de trazer à mistura qualquer coisa de verdade”. Assim, o Governo não mente abertamente. Divulga dados parciais verdadeiros. Quando positivos, como a evolução das dormidas, compara-os com destinos consagrados para aumentar o efeito psicológico da boa nova. Quando negativos ou modestos, como as taxas de ocupação ou a evolução do preço médio por dormida, faz a mesma comparação com grandes destinos com valores semelhantes, mas agora para desvalorizar ou relativizar a má notícia. A mentira aparece, sob a forma de ocultação dos dados decisivos, como a receita média/cama e a receita média por dormida, os quais, combinados com os outros dados, revelariam a fraude da propaganda governamental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos, na verdade, mais camas turísticas. Temos, na verdade, mais turistas e mais dormidas. Todavia e paradoxalmente, as empresas hoteleiras arrecadam por dormida cada vez menos dinheiro, ano após ano, desde 1998. Temos mais turistas, mas piores resultados ao nível das receitas geradas. O turismo afinal não goza da saúde que o Governo apregoa aos 4 ventos. É uma realidade que não pode ser ignorada nem disfarçada por mais tempo, porque reconhecer um problema é sempre o primeiro passo para o resolver. Não é uma construção teórica nem um juízo opinativo. É uma afirmação categórica e um alerta laranja, cada vez mais avermelhado. Porque a conclusão a tirar deste enunciado, olhando o quadro completo, é que com menos custos com pessoal (abstraindo da produtividade), sem a concorrência da hotelaria de luxo, com taxas de ocupação razoáveis e com preços médios por dormida superiores, o resultado na hotelaria açoriana em termos das receitas geradas, é afinal muito inferior ao dos outros destinos e revela uma tendência constante em sentido descendente. Ou seja, se relacionarmos todos os dados, concluímos que caminhamos de vitória em vitória... até à derrota final!

Temos pois um problema sério e o Governo não pode continuar a assobiar para o lado como se fosse um assunto alheio ou uma fatalidade incontornável. Esta situação,

como repetidamente temos dito, põe a nu os efeitos da política de turismo dos 3 governos regionais socialistas, que sacrificaram o objectivo da qualidade turística – na oferta, mas sobretudo na procura – ao objectivo do crescimento rápido.

Negligenciaram, em consequência, o investimento promocional que o crescimento da oferta exigia, e optaram, na eminência de uma crise no sector, por promover a solução instantânea de captar turistas aos molhos nos países nórdicos, através da subsidiação de operações charter desqualificadas economicamente e geradoras de turistas com fraquíssima propensão para o consumo turístico.

Deputados Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: É, pois, preciso assumir prioridades claras. Urge consolidar e sustentar a oferta existente. É absolutamente imperioso recentrar a política promocional na óptica da receita e não apenas no volume da operação turística e desenvolver políticas activas de promoção da qualidade, ao nível da oferta. Neste quadro, a promoção e a formação turísticas, deveriam ser, nos próximos anos, não apenas prioridades, mas verdadeiros desígnios regionais.

A oposição política tem também um importante papel neste processo: deve ser capaz de apoiar na oposição, as medidas que tomaria se estivesse no Governo da Região.

Assim, no contexto do debate do plano e orçamento para 2006, o PSD reedita a proposta de uma actuação decisiva em matéria de promoção turística. Entendemos que se deve assumir como 1ª prioridade o investimento promocional e atribuir carácter de urgência à implementação de um vasto programa de acção promocional nos principais mercados emissores. O programa deve ter um horizonte temporal de médio prazo e envolver forte componente publicitária dirigida ao consumidor final e canais de distribuição do produto turístico. A promoção institucional, visando a promoção da imagem e da notoriedade do destino, deverá ser combinada e acompanhada por intensa actividade promocional privada para potenciar efeitos no curto e médio prazos, atribuindo, se necessário for, apoios excepcionais ao sector das agências de viagens e turismo, empresas hoteleiras e de animação turísticas.

O projecto 12.1 – promoção turística, beneficia de um aumento significativo da respectiva dotação em relação ao Plano de 2005. Todavia, a generalidade do respectivo enunciado e a insuficiente discriminação por acções, não revelam aspectos

essenciais da política promocional, mercados e segmentos de mercados alvo, meios promocionais a mobilizar, horizonte temporal das acções a implementar e não permitem aferir da rentabilidade do investimento projectado. A título exemplificativo, retenha-se a concessão de meros apoios ao desporto profissional que tem consumido verbas significativas, tendo chegado a atingir 72% do total despendido em campanhas publicitárias e quase 50% do total despendido em promoção turística. É certo que o mercado nacional, antes desvalorizado, voltou a constituir prioridade. Não deixamos de reconhecer, mesmo perante a ausência de resultados imediatos, que o Governo, na sequência, aliás, das críticas e propostas do PSD, alterou radicalmente a abordagem promocional ao mercado nacional, tendo investido, aparentemente com critério, a partir de 2005, também na vertente da publicidade turística.

Todavia, se nos congratulamos com tal facto, manifestamos profunda preocupação e reserva quanto à ausência de garantias de um investimento promocional decisivo, com forte componente publicitária, nos principais emissores da Europa e nos EUA e Canadá, onde é proibido negligenciar os mercados étnicos de 2ª e 3ª gerações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um comentário final.

Há duas originalidades na política de turismo dos governos socialistas, a saber a intervenção directa no circuito de comercialização do produto turístico, através da subsidiação da operação charter a partir dos países nórdicos e a apologia do turismo de cruzeiros como produto turístico prioritário a justificar a obra do regime baptizada de “Portas do Mar”. É no mínimo temerário, basear a sustentabilidade de um destino turístico, num só mercado, em um ou dois operadores e numa operação desqualificada economicamente. Pagar aos turistas para virem aos Açores aumenta seguramente o tráfego turístico, mas é uma estratégia suicidária para o turismo da Região e não pode ser solução de futuro para a sustentabilidade do sector.

Quanto à segunda originalidade, registo a delirante fantasia de “Caraibanizar” os Açores. Antecipo o elefante cor-de-rosa em que se vai tornar o projecto as “Portas do Mar”. Um projecto que carece de estudos sérios que demonstrem uma adequada relação custo-benefício. Está-se a investir às cegas num mercado que dificilmente

gerará resultados suficientes para viabilizar os investimentos públicos e privados. Não é uma aposta responsável na economia da Região. É uma tentativa de deixar uma marca indelével e alimentar o ego de uns quantos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de ler uma passagem que está na página 23, da Proposta de Plano e Orçamento.

“Segundo a Direcção-Geral de Turismo (Julho de 2005), a receita média por dormida em 2004 nos Açores era superior à Região Centro, ao Alentejo, ao Algarve e à Madeira. Em termos de unidades de quatro estrelas, o preço médio por dormida nos Açores foi, em 2004, superior à Madeira, ao Alentejo e ao Algarve.” Posto isto, está tudo dito.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quanto ao trabalho feito pelo nosso Governo em relação ao turismo a nível nacional, eu já disse e volto a repetir: de 90 a 96 os senhores conseguiram tornar a Região Autónoma dos Açores mais dependente do mercado único (para vocês o mercado único era a nível nacional), mas conseguiram apenas aumentar mais 72 mil dormidas no mercado nacional.

Nós, em 6 anos, aumentámos o dobro.

Nós, ao contrário do que o senhor diz, não pagamos charters, pagamos promoção turística e os mercados são feitos através do ICEP, são contratos feitos com o ICEP tal como são feitos com outros destinos turísticos.

O senhor ainda não percebeu que o que faz os Açores, faz a Madeira e o Algarve. Nós não fazemos de uma forma diferente.

A nossa promoção é feita basicamente através da Associação de Turismo Açores, que reúne praticamente todos os operadores e agentes turísticos da Região Autónoma dos Açores.

Penso que essa massa crítica que é quase a globalidade de todas as pessoas que trabalham no turismo, sabe muito bem o que é que se deve fazer.

As decisões são tomadas nas Assembleias Gerais onde nós nem sequer somos maioritários. Penso que esta gente que trabalha no dia a dia no turismo, que tem muitos técnicos especializados nessa área, sabe muito melhor do que Sr. Deputado o que se deve fazer pelo turismo na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Bem pouco me resta dizer depois da intervenção do Sr. Secretário, mas gostaria de acrescentar que a nível dos objectivos que estão estabelecidos no âmbito da contratualização com o Instituto de Turismo de Portugal, esses objectivos são estabelecidos com valores médios.

Portanto, são estabelecidos valores ao nível da procura turística, ou seja, em termos de percentagem de aumento do número de hóspedes do mercado nacional e no mercado externo, são estabelecidas percentagens de crescimento a nível das dormidas, são estabelecidas percentagens previsionais de crescimento do nível das receitas na hotelaria, desconcentração geográfica da procura e também diminuição da sazonalidade (desconcentração da sazonalidade).

Todos estes objectivos têm sido dados a conhecer através da comunicação social, em diversas intervenções, quer da Presidente da Associação de Turismo dos Açores, quer do próprio Secretário Regional da Economia.

Os dados são públicos. Todos nós temos tido acesso a eles.

Os valores que estavam estabelecidos para o ano de 2004 foram todos largamente ultrapassados, ao contrário de algumas regiões do país que não conseguiram cumprir com os objectivos que estavam estabelecidos.

Posso também acrescentar, relativamente ao caso dos cruzeiros que referiu na sua intervenção, que, de acordo com os dados disponíveis, de Janeiro a Junho, o ano passado tivemos 7 cruzeiros e, este ano, no mesmo período, tivemos 17 cruzeiros a passar pelo porto de Ponta Delgada.

Os resultados já estão à vista. Tem-se intensificado a promoção com a participação em feiras dedicadas especificamente a essa temática. Portanto, já se está a ver que as coisas estão a mudar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer uma afirmação do Sr. Deputado Alberto Pereira que me parece perfeitamente absurda, que foi qualificar obra de regime da construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada.

Devo dizer-lhe que este Grupo Parlamentar considera essa obra como uma obra absolutamente fundamental e por várias razões:

Primeiro, porque existe uma directiva comunitária que diz que os terminais de passageiros têm que ser de dedicação exclusiva e estarem certificados. Se relativamente a isso, em algumas das nossas pequenas ilhas e pequenos portos, não o poderemos fazer, nos portos onde temos mais movimento, onde temos mais procura, temos que começar exactamente por aí, por levar a cabo essas obras, porque de resto poderíamos ficar impedidos de inclusivamente recebermos os paquetes no terminal comercial do porto de Ponta Delgada.

Esta obra é fundamental não só do ponto de vista do turismo de cruzeiros, mas também do ponto de vista do tráfego interno inter-ilhas, à qual vai dar apoio.

Lembro-lhe que o mito de que os Açores não são um destino para cruzeiros turísticos, é parcialmente verdade. Poderá não haver uma procura dirigida, em termos de cruzeiros turísticos, exclusivamente aos Açores. Nesse aspecto terá razão. Mas também lhe lembro que os cruzeiros turísticos não são bem aquilo que provavelmente o Sr. Deputado viu – desse ponto de vista se calhar é a única coisa que sabe – que é aquela série televisiva que deu há muitos anos que era “O barco do amor”.

Aquilo não é bem assim. Não é bem assim, porquê?

Porque se nós quando viajamos, por exemplo, para o Pico, em condições adversas, se ao fim de um quarto de hora, para uma viagem de meia hora, estamos saturados da viagem, lembro-lhe também que num cruzeiro, por mais sofisticado que seja, ao fim de dois ou três dias a bordo, provoca um certo cansaço e isso obriga a que esses navios procurem escalas intermédias, que são fundamentais para os passageiros darem um volta, arejarem e os Açores estão, desse ponto de vista, extremamente bem posicionados.

Por isso, não só na procura directa, mas sobretudo nesse tipo de oferta, na qual devemos receber muitas centenas de cruzeiros, esse terminal é fundamental. Além do mais, não estamos a falar só de um terminal marítimo e gare de passageiros. Estamos a falar de um conjunto de infra-estruturas e de uma envolvente muito maior, que nós consideramos que não é uma obra de regime. É uma obra estruturante, é uma obra fundamental para Ponta Delgada e para os Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Por economia de tempo, como calcula, não posso comentar todos os assuntos que foram afluídos. Aliás, também não é preciso, porque penso que a minha intervenção foi suficientemente clara.

Em síntese, julgo que é produtivo e mesmo urgente assumirmos os aspectos negativos e não só os positivos, que eu próprio reconheci e que o Grupo Parlamentar do PSD sempre reconheceu.

Apenas queria dizer-lhe que também li essa página do Plano que se reporta a uma indicação sobre a receita média por dormida. Todavia deverá ser um lapso qualquer, ou então alguém foi procurar informação num qualquer mês em particular e não foi ver a média anual, que é o que verdadeiramente importa, e a conclusão é a inversa.

A título informativo posso dizer, porque tenho aqui esses dados (a fonte é a Direcção Geral de Turismo), que o proveito médio por cama, nos Açores, no total geral, é de 6.462 euros e 88 cêntimos.

Na Madeira, onde V. Exa. acabou de dizer que o proveito médio-cama era inferior aos Açores, o total geral é de 9.047.90 – bem superior.

Se quiser, quanto aos hotéis de 4 estrelas, nos Açores temos 7.412 e na Madeira 8.226.17. E assim sucessivamente.

Admito até que tenha havido um lapso. Não vamos dramatizar isso.

Também não precisamos de comparações, até porque algumas delas são despropositadas e sou o primeiro a reconhecê-lo.

Vamos antes olhar para a “receita média por dormida” nos Açores, sem comparações, com base nos dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores e numa operação tão simples quanto é a divisão dos proveitos totais pelas dormidas totais.

Em 1997, a receita média por dormida, na hotelaria, a preços constantes de 96, era de 45 euros e 85 cêntimos.

Em 2004 foi de 35 euros e 98 cêntimos.

Este é o verdadeiro problema.

Pergunto-lhe: assume ou não que isto é verdade? Temos ou não um problema ao nível da receita?

Uma resposta clara e conclusiva é absolutamente essencial para ser produtivo o debate a partir de agora.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já disse e já repeti várias vezes. Isto que está aqui está correcto.

Eu não tenho aqui as estatísticas, mas sei, por exemplo, que nos Açores, os preços médios das unidades de 4 estrelas são mais caros do que na Madeira, Alentejo e Algarve.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Isso é o preço médio, não é receita média!

O Orador: Em relação ao resto, eu vou-lhe explicar porque é muito simples:

No seu tempo, quando havia sazonalidade tão elevada, na Região Autónoma dos Açores, os hotéis de 4 estrelas eram os únicos que estavam vazios no Inverno e só na

época alta é que podiam ganhar dinheiro. Aí, sim, a receita média por aposento era maior.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não é por aposento, é por dormida. O senhor está a confundir os conceitos!

O Orador: Neste momento, a taxa de ocupação é muito maior.

As taxas de ocupação, por exemplo, em São Miguel, neste momento, ultrapassam os 50%. São extremamente comparáveis às da Madeira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O preço de aposento baixa, sobe a taxa de ocupação!

O Orador: Ora, se nós temos uma ocupação média muito superior, podemos efectivamente obter uma receita maior com uma maior diminuição do custo por unidade. É o que acontece na Madeira que tem, de facto, uma ocupação muito maior e por isso tem um preço médio mais baixo. É exactamente isso que acontece.

Os Açores, em preços médios, é superior à Madeira, ao Alentejo e ao Algarve. É o que lhe estou a dizer, é o que está dito aqui, muito simplesmente na página 23. Basta só lhe dizer isto.

Mais uma vez devo repetir as taxas de ocupação. Eu acho que devemos ser sérios neste processo.

De 2000 para 2004 nós tivemos um crescimento brusco na oferta hoteleira. Conseguimos recuperar, a partir de 2003, a taxa de ocupação.

Em 2004 e em 2005 a taxa de ocupação cresceu e isso é um feito assinalável.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Pronto. Isso é um feito. Fale agora dos proveitos!

O Orador: O senhor sabe perfeitamente que qualquer unidade hoteleira, só a partir dos 4 anos é que atinge o tempo de cruzeiro.

Nós, em muito menos tempo, conseguimos elevar as taxas de ocupação e isso é um feito assinalável. Dois anos consecutivos com crescimentos de 20%.

É evidente que quando temos uma taxa de ocupação muito superior, podemos efectivamente baixar o preço das unidades e isso acontece em todo o lado.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O preço por aposento pode descer, a receita média é que tem que subir!

O Orador: Aconteceu na Madeira, aconteceu no Algarve, em Lisboa e em todos os destinos turísticos. Trata-se da competitividade dos diversos destinos turísticos a nível internacional.

Se o senhor for para as Flores, por exemplo, os Rent-Cars custam muito mais do que custam, por exemplo, em São Miguel. Porquê? Porque só no verão é que eles estão ocupados.

Era isso que acontecia no seu tempo em São Miguel. No Verão eles estavam cheios e por isso tinham que praticar preços mais elevados para ter viabilidade económica.

A realidade é esta, Sr. Deputado.

Neste momento, surgem e continuam a surgir novos projectos em turismo, certamente porque os empresários sabem que vale a pena apostar nos Açores.

Deputado Nuno Amaral (PS): O único que está cheio todo o ano é o “Monte Palace”, mas é de lixo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fui suficientemente explícito.

Vou terminar a minha intervenção, por escassez de tempo, com dois comentários muito simples:

O primeiro em relação ao turismo de cruzeiro. Eu ouvi há pouco tempo numa declaração nesta Assembleia, suponho que foi a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, dizer, com ar vitorioso, que os Açores eram o quarto maior destino de cruzeiros do país. Confesso que fiquei impressionado e fui verificar. Verifiquei que é verdade. Somos o quarto.

A Madeira é o primeiro, Lisboa o segundo, Leixões o terceiro e os Açores está em último, porque só há 4, *ex aequo* com Portimão.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Enfim, uma habilidade estatística!

Espero que não seja aí que alicerça a sua convicção sobre o turismo de cruzeiros, senão temos um problema muito sério. Mas reconheço que é um tema mais complexo. Tratá-lo-emos noutra altura, porque não deve ser tratado de forma simplificada.

Vamos ao assunto central que gostaria de sublinhar:

A receita média por dormida está a descer perigosamente nos Açores, constitui um problema sério e era imperativo que o Governo Regional o assumisse para podermos discutir medidas e políticas correctivas.

V. Exa. depois do que acabou de ouvir, continua a não aceitar o óbvio e a negar as evidências.

Peço desculpa que o diga, mas acabou de se ridicularizar, porque não reconhecer o óbvio não fica bem a ninguém, Sr. Secretário Regional. Sendo um governante, ainda fica pior!

Concluo, pois, que V. Exa. continua concentrado em “fabricar” esse mundo paradisíaco que “vende” aos açorianos todos os dias, mas não se livra de ter todos os indicadores de qualidade do turismo no vermelho. Lamento muito, mas é assim e começa a ser facilmente constatável.

Nós estamos disponíveis para discutir seriamente o assunto.

Há aspectos positivos na política de turismo nos Açores? Há sim senhor!

Mas há também um problema sério que devíamos todos equacionar.

O Grupo Parlamentar do PSD lamenta sinceramente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional nem sequer queiram admitir o óbvio da forma como foi exposto. Não é um bom augúrio.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós dialogamos com todos, com os empresários, e temos associações onde ouvimos o que é que os empresários têm para dizer sobre este sector, até seguimos o que eles decidem, porque nós somos suficientemente democráticos para o fazer.

Sabemos que eles sabem muito mais do que o Grupo Parlamentar, cujo seu exemplo, no passado, foi aquilo que deu.

Em termos de turismo nós temos muitas lições para aprender com o Grupo Parlamentar e com o Sr. Deputado, agora nós estamos a fazer muito melhor do que o senhor. Seria bom da sua parte reconhecer, com humildade.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não ponha as coisas assim. Mais humildade do que isto não pode ser!

O Orador: “Nós não fizemos pouco, os senhores estão fazendo muito mais”. É isso que têm para dizer.

Nós ouvimos sempre, principalmente as pessoas ligadas ao sector e até seguimos as suas directrizes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para prestar um esclarecimento.

O Grupo Parlamentar do PSD e o PSD não estão contra o projecto das “Portas do Mar”.

A única coisa que nós gostaríamos de ver esclarecida, e que não está, é de que até agora não foi apresentado publicamente (nem sei se existe!) algum estudo técnico ou económico que prove a viabilidade daquele investimento.

Não estamos a discutir um investimento de 1 milhão de contos ou 2 milhões de contos. Mesmo assim, deveria haver estudos técnico-económicos que provassem e que medissem a validade dos projectos que são implementados por este Governo.

Agora, quando nós não conhecemos quais são esses estudos, nem sabemos se eles existem, evidentemente que temos que questionar o Governo.

Ao Governo, compete esclarecer, não só o Grupo Parlamentar do PSD e o PSD, mas todos os açorianos, porque os senhores estão a trabalhar com o dinheiro de nós todos.

Não estão a trabalhar com o vosso dinheiro, estão a trabalhar com o dinheiro de todos nós. Então têm que justificar as vossas opções.

Este é um projecto emblemático do vosso Governo. Esse é um projecto de grande envergadura e, como tal, deve ser esclarecido. É tão simples quanto isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projecto foi discutido e amplamente discutido perante muitas pessoas: a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, empresários do sector. Desde 2001 que nós temos vindo a apresentar este projecto.

Este projecto teve muitas valências, não só o terminal de cruzeiros, o núcleo de recreio náutico com 440 lugares, zona de estacionamento, parte comercial. Portanto, é um projecto multifacetado.

Estamos prontos a demonstrar, com uma forma técnica, que este projecto é viável e que vai traduzir um grande desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, principalmente da Ilha de São Miguel, onde ele está posicionado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então mostre, Sr. Secretário Regional!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Permitam-me, antes de mais, que faça uma saudação aos Srs. Deputados Helder Silva, José Fernando Gomes e António Pedro Costa, desejando-lhes sucesso e felicidades no desempenho das novas funções que iniciam agora. E saudar também o Deputado Artur Lima, já que desta tribuna é a primeira vez que em dirijo não estando ele, aquando da minha primeira intervenção, no seu Grupo Parlamentar.

O plano e orçamento para 2006, que hoje apresentamos, tem como objectivos, nas matérias da responsabilidade da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, por um lado, reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades e, por outro, o contínuo

desenvolvimento de uma maior prevenção e melhoria na qualidade da prestação de cuidados de saúde.

O Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, dá continuidade aos investimentos nas diversas valências da “Infância e Juventude”, das “Pessoas Idosas e seus Familiares”, das “Pessoas com Deficiência”, das “Vítimas de Violência Doméstica” e também das diferentes formas de promoção da “Inclusão Social”.

O Governo Regional estabelece, mais uma vez, como principais objectivos da sua política de investimentos em infra-estruturas e equipamentos, o alargamento da sua rede social com o principal objectivo de minimizar as situações de exclusão social, e da prestação de um serviço social cada vez mais abrangente e completo.

Paralelamente ao reforço da capacidade dos equipamentos sociais, as políticas de integração social têm vindo, nos anos mais recentes, a direccionar-se para a clarificação e reconhecimento operacional da natureza complexa e multidimensional da pobreza e exclusão, exigindo a concepção de medidas e estratégias de intervenção social integradas e transversais aos diversos domínios do Governo.

A incorporação de medidas de combate à pobreza em todas as áreas de acção do Governo, desde a educação até à economia, passando pela habitação, emprego, justiça, saúde, ambiente e novas tecnologias, tem sido a principal missão de influência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, traduzida na constante promoção de projectos construídos e realizados de forma cooperada com os diferentes sectores governamentais, IPSS e Misericórdias dos Açores, implementando-os em forma de rede, utilizando estratégias de desenvolvimento social e local.

Importa realçar a implementação, em 2005, das Redes de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana e de Apoio à Mulher Vítima de Violência, de São Miguel, que surgem como instrumentos privilegiados de apoio integrado de públicos em situação de vulnerabilidade social grave.

Um dos principais desígnios das redes é promover um conjunto de respostas, através da cooperação entre as diferentes entidades públicas e privadas, designadamente, o Instituto de Acção Social, a Polícia de Segurança Pública, o Instituto de Reinserção

Social, diferentes departamentos Governamentais, e as IPSS e Misericórdias dos Açores, que permitam a integração dos referidos grupos com forte propensão para a exclusão.

Esta forma de actuação visa, também, promover uma gestão eficiente dos recursos humanos e financeiros, potenciando a actividade desenvolvida nas respectivas áreas pelas diversas entidades envolvidas.

Procuramos, assim, dar respostas coordenadas e eficazes a grupos em elevado risco de exclusão social como sejam os repatriados, os sem abrigo, os imigrantes, as mulheres vítimas de violência e as jovens mães.

A este nível cumpre referir a formalização, em Dezembro deste ano, da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais de São Miguel, e no primeiro trimestre de 2006, da Rede Integrada de Apoio Sócio-Cultural à Mobilidade Humana na Terceira, encontrando-se ambas em fase experimental de funcionamento.

Acresce mencionar que o Instituto de Acção Social procedeu, no corrente ano, a uma reorganização global da sua forma de actuação, no sentido de reforçar a aproximação aos seus públicos alvo, diversificando as formas de atendimento e de intervenção social local.

Para o efeito, foram constituídas Equipas Multidisciplinares Especializadas nas diversas áreas de apoio social, designadamente idosos, cidadãos portadores de deficiência, família e menores, atendimento urgente, entre outras.

Esta reorganização passou pelo estabelecimento de protocolos de cooperação com algumas IPSS no sentido de, em parceria, garantirmos um acompanhamento mais aturado da actuação de todas as IPSS e Misericórdias nas diversas áreas já referidas, bem como a correcta avaliação das suas necessidades em termos de equipamento e de pessoal, incluindo, no caso do pessoal, a preparação e programação de formação específica e contínua.

Esta nova forma de actuação insere-se numa forte aposta na qualificação das respostas sociais, garantindo que ao aumento dos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo às IPSS corresponda uma melhoria da qualidade e quantidade do serviço prestado aos utentes.

A acção do Governo, das IPSS e das Misericórdias é complementada e acompanhada pela intervenção do Voluntariado.

A este nível, importa referir que se encontra em fase final de preparação uma proposta a apresentar à Assembleia Legislativa Regional que visa a criação do Estatuto do Voluntariado, à semelhança do que existe no Continente e na Madeira, e que será complementado pela criação de um Gabinete de Apoio ao Voluntariado.

O Plano de Investimentos, para 2006, pretende dar continuidade à política na área da “infância e juventude” através da construção e remodelação de um conjunto de equipamentos, designadamente, 9 creches e jardins-de-infância, sendo de destacar as creches de São João de Deus, da Fajã de Baixo, do Pico da Pedra, dos Arrifes e das Capelas e a da Casa do Povo da Terra-Chã, e pretendemos concluir a obra de remodelação e adaptação da creche e Jardim de Infância da Confederação Operária Terceirense, obra actualmente em curso.

Para além destes, importa referir os Centros de Actividades Ocupacionais de Vila Franca do Campo, do Nordeste e da Associação Cristã da Mocidade, em Angra do Heroísmo, e a criação, no Pico, de um Lar Masculino da Obra Social Madre Maria Clara.

Nesta área é inquestionável a evolução e a capacidade de acolhimento das estruturas financiadas pelo Governo Regional, quer ao nível qualitativo, quer ao nível quantitativo. O montante de investimento previsto para esta área será de seis milhões e quatrocentos mil euros.

Na área de apoio aos idosos, prevê o Governo Regional, dar seguimento aos processos de construção do Lar de Idosos da Lagoa e de remodelação do Lar de Idosos de Vila Franca do Campo e da Madalena do Pico, e iniciar em 2006, a reconstrução do Recolhimento de São Gonçalo na Terceira. O montante de investimento previsto para esta área será de três milhões e novecentos mil euros.

Importa, também, referir o apoio para a execução de infra-estruturas, como polivalentes e edifícios para serviços e outros fins que envolverão, para o ano de 2006, um montante de dois milhões de euros.

O investimento público previsto nas áreas da Segurança Social, no plano de 2006, será de doze milhões e trezentos mil euros.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Serviço Regional de Saúde e conforme as acções previstas no Programa 16.1 – Construção de Novas Infra-Estruturas, já estão iniciados os processos do novo Hospital de Angra do Heroísmo, dos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e da Madalena.

Na Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde, conforme o Programa 16.2, realçamos o financiamento para a ampliação da Casa de Saúde de São Miguel, a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta e a continuação das obras de manutenção do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

Tem sido prioridade do Governo Regional melhorar a qualidade e a acessibilidade dos Açorianos à prestação de cuidados de saúde.

Para este objectivo têm contribuído as estratégias de desenvolvimento do Sistema de Saúde que se têm baseado no investimento nas estruturas e equipamentos do Serviço Regional de Saúde e, fundamentalmente, na aposta na qualificação de todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias, e no contínuo incentivo para a atribuição de bolsas para os cursos de medicina, técnicos de diagnóstico e terapêutica, medicina dentária e complemento de formação em enfermagem.

Nas áreas da promoção da saúde e prevenção da doença, continuaremos a apostar no desenvolvimento do Programa de Saúde Oral, do Programa Regional de Nutrição e Diabetes, do Programa Regional de Doenças Cérebro Cardio Vasculares, do Projecto de Estudo da Leptospirose, do Programa de Saúde Mental e do Programa de Cuidados Continuados e Paliativos.

O Registo Oncológico criado pela Portaria nº 36/93, de 15 de Julho, é hoje uma realidade, estando o grupo de trabalho a implementar as ferramentas e mecanismos que permitirão dinamizá-lo, e assim, permitir a elaboração de um programa dirigido de rastreio do cancro na Região.

Durante o ano de 2005, no âmbito da Toxicodependência, foram desenvolvidas acções de formação sob o tema “Droga – Educar para Prevenir”, em todas as Ilhas da Região, abrangendo um total de cerca de 2.000 pessoas.

A Campanha “Ondinha”, Campanha de Verão (meses de Julho e Agosto) desenvolvida, a título experimental, nas praias e zonas balneares das ilhas Terceira e S. Miguel, dirigida às crianças, teve por objectivo promover a criação de estilos de vida saudável e abrangeu duas mil e quatrocentas crianças.

Está neste momento em fase final de elaboração o Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco, baseado no PROGRAMA REGIONAL DE PREVENÇÃO DO MAU USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS/DROGA, que se prevê a sua apresentação pública no início de 2006. No âmbito do referido Programa prevê-se a abertura de 4 espaços físicos, em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo, na Horta e em Rabo de Peixe, para o atendimento e para o apoio à implementação do Plano. Prevemos, também, a criação de um Observatório Regional das Drogas e a criação de um Centro de Recursos, para suporte pedagógico.

O Concurso de informatização do Serviço Regional de Saúde, liderado pela SAUDAÇOR SA, encontra-se, hoje, na fase final de escolha da solução integrada de Software que será implementada. Não posso deixar de referir, que hoje, o projecto Sistema de Informatização da Saúde – Açores Região Digital é referência a nível nacional e internacional, pela forma estruturada e integrada como foi concebido, prova disso, é o facto de todas as multinacionais com experiência comprovada nesta área terem concorrido ao concurso. Relativamente a esta matéria prevê-se que no início do ano de 2006 seja anunciado o vencedor do respectivo concurso.

Para permitir beneficiar de economias de escala, promovendo uma racionalização e maximização dos recursos existentes, foi criada a Central de Compras do Serviço Regional de Saúde, aprovada pela Portaria n.º 79/2005, de 17 de Novembro.

A regulamentação das Convenções, em fase final de elaboração, permitirá, por um lado, regulamentar e garantir a qualidade dos serviços prestados pelos prestadores de cuidados de saúde privados, numa articulação coerente e complementar com o Sector Público, quando esgotada a capacidade técnica deste, e por outro, irá permitir também, uma racionalização de recursos e custos.

O Regime Remuneratório Experimental, que tem como finalidade abranger os médicos especialistas de Clínica Geral/Medicina Familiar, e melhorar a

acessibilidade e equidade dos Açorianos à prestação de cuidados de saúde, poderá ser uma das soluções para a concretização destes objectivos. Encontra-se, por isso, em fase de análise e avaliação dos benefícios e impactos das diversas hipóteses a considerar.

A Carta Hospitalar e a Carta de Equipamentos da Saúde é um projecto iniciado pelo IX Governo Regional, e que se prevê que esteja concluído no final do ano de 2006.

Este documento assume primordial importância se tivermos em consideração, que será nele, que estarão definidas as estratégias para um desenvolvimento planeado, integrado e sustentado do Serviço Regional de Saúde.

O Cartão de Utente do Serviço Regional de Saúde é hoje uma realidade na Região Autónoma dos Açores, estando emitidos cerca de cento e sessenta e cinco mil cartões. Com o objectivo de conseguirmos implementar o referido cartão a todos os Açorianos iniciou-se, uma desconcentração no seu processo de requisição, podendo hoje ser efectuado, para além das unidades de saúde, em todos os postos da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC).

No plano de 2006, o investimento público previsto para a área da Saúde será de quinze milhões duzentos e vinte e um mil euros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A constante preocupação na avaliação do desempenho, a sua qualidade e o rigor da gestão que devem presidir às Unidades de Saúde, leva-nos à necessidade de um melhor conhecimento destas práticas.

Pretendemos conhecer, de facto, essa realidade e quanto são os custos decorrentes com a acessibilidade por parte de cada cidadão da Região, aos nossos Serviços de Saúde.

Assim, iniciámos a avaliação da qualidade nas Unidades de Saúde, através do Instituto de Qualidade da Saúde (IQS), com quem a Região já possuía um Protocolo com esse objectivo, e iremos solicitar uma auditoria aos três Hospitais da Região, através de uma entidade independente.

A par destas iniciativas, o Governo Regional também irá constituir um grupo de trabalho para o estudo e reforma dos custos das acessibilidades ao Serviço Regional

de Saúde, pretendendo, destinar receitas obtidas, a programas de recuperação das listas de espera e ao apetrechamento tecnológico das instituições do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas de Saúde, de Solidariedade e Segurança Social, encontram-se, hoje, sob a égide de múltiplos factores e discussões, na procura permanente de mais e melhor operacionalidade e rentabilidade dos recursos humanos, técnicos e financeiros, que permitam encontrar soluções equilibradas, sustentadas e sustentáveis para a coesão e inclusão social e igualdade de oportunidades.

Envolver para desenvolver, fomentando uma cultura empreendedora e com base no diálogo, interacção e responsabilidade de todos, obriga-nos a uma gestão criteriosa dos recursos.

Disse.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um primeiro cumprimento ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que, mais uma vez, como aliás é seu timbre, trouxe uma exposição exaustiva, mas de diagnóstico, de propostas e de anúncios, desta vez acompanhada dos números do Plano e do Orçamento.

Mas se é possível estarmos de acordo quanto ao diagnóstico, o que deve ser feito, com sentido político, é a análise dos resultados.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: É esta análise de resultados que há muito importa avaliar.

Não posso ser exaustivo, por gestão do tempo do Grupo Parlamentar do PSD. Quero ser “cirúrgico”, para utilizar terminologia com propósito.

Duas ou três perguntas da actualidade e pertinentes para o utente do Serviço Regional de Saúde.

Primeira questão: litotritor renal.

O Hospital de Angra do Heroísmo possui um e está encaixotado há meses.

Há ou não um problema para resolver, em matéria de urologia?

Está o meio adquirido, por que é que não está em funcionamento?

Que resultado qualitativo há na gestão da prestação dos cuidados de serviços que desaproveita, por estar encaixotado, um equipamento durante meses?

Outra questão, que me parece essencial resolver, tem a ver com a aquisição, por exemplo, para Ponta Delgada, de uma mamografia...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Mamógrafo!

O Orador: De um aparelho de mamografias.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Mamógrafo!

O Orador: Mamógrafo! Peço desculpa. Não estou muito familiarizado com o aparelho, estou mais familiarizado com o objecto.

(Risos da câmara)

Gostava de saber como é que vai resolver.

Há um donativo que está atribuído, aliás depositado, e não há um aproveitamento da verba para a aquisição do equipamento e colocá-lo à disposição dos utentes.

Gostava também de falar sobre as consultas.

Há que avaliar o nível de produtividade das consultas e o que se tem notado é um decréscimo estatístico do número de consultas.

Como justifica que, apesar do aumento de meios humanos no Serviço Regional de Saúde, não haja um correspondente aumento de produtividade dos actos médicos, designadamente das consultas?

Por outro lado, o que é que pode justificar, Sr. Secretário, que só na Horta haja consultas de pé-diabético? Por que é que, sendo isso essencial no combate às diabetes, esta consulta só é realizada na cidade da Horta?

Gostava de ter estes esclarecimentos, porque eles, sim, são uma avaliação dos resultados da política de saúde. Para já, apenas isso.

Na minha intervenção, sobre esta matéria, terei oportunidade de fazer uma análise crítica, mais exaustiva, à política de saúde e ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais trouxe-nos, mais uma vez, um discurso bem estruturado, aliás, à semelhança do seu discurso de tomada de posse e do Plano e Orçamento, em Abril deste ano.

Sr. Secretário, quem o ouviu falar fica com a impressão que está tudo bem a nível da saúde, nos Açores. Não está tudo bem, como há pouco aqui demonstrei.

Eu preferia que os Açores fossem referência nacional e internacional pela sua baixa taxa de mortalidade e pelos seus bons cuidados de saúde, em vez de um sistema informático Açores Região Digital.

Julgo que era preferível para todos apostarmos e dirigirmos as nossas políticas e a nossa atenção para aquilo que é mais necessário.

As taxas de mortalidade nos Açores são preocupantes, aliás, envergonham-nos a todos. Eu, por mim, sinto-me envergonhado de viver numa região com uma taxa de mortalidade tão elevada (o dobro e o triplo da nacional), numa região que gasta mais em saúde do que se gasta no Continente Português, numa região autónoma que não tem sabido tirar partido da autonomia e é para isso que a autonomia existe, para podermos diferenciar os nossos cuidados, podermos melhorar em relação aos outros.

Na área da saúde não melhoramos. Os indicadores estão à vista.

O Sr. Secretário fala aqui numa série de medidas a tomar, já há muito previstas. Eu só não percebo é por que é que ainda não as tomou.

Se o Sr. Secretário tivesse lido o relatório (naturalmente que leu, mas fez “tábua rasa”) da Comissão Eventual para o Financiamento do Sistema Regional de Saúde,

aprovado em Abril de 2003 nesta casa, tinha lido, no que se refere a medidas estruturais:

- elaboração da carta das unidades de saúde;
- incentivos (e o Sr. Secretário nem sequer falou na sua intervenção, que é o problema estrutural e basilar do Serviço Regional de saúde), diferentes daqueles que existem, há fixação de médicos de medicina geral e familiar;
- bolsas para conversão e equiparação de médicos estrangeiros (“tábua rasa”, nunca mais se ouviu falar);

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Conversão?

O Orador: Sim, senhor. Das licenciaturas. Aliás, há um caso de sucesso no Centro de Saúde Angra, de um cidadão dos países de leste que conseguiu, graças à intervenção da tutela na altura, obter a sua equivalência na ordem e hoje em dia está a fazer especialidade como o Sr. Secretário sabe.

Na política do medicamento, nada de novo, em relação ao que estava previsto em 2003.

Na revisão do regime de horas extraordinárias, da prevenção em regime de presença física, vai uma fatia enorme do bolo. Nada se fez!

Da telemedicina, o Sr. Secretário desta vez esqueceu-se. Quando, Sr. Secretário, vamos ter a telemedicina?

Tivemos uma experiência “órfão” nas Flores. Ainda bem que a tivemos, mas ficou “órfão”, não teve mais irmãs.

A nível da gestão, nada de novo. Tudo já previsto. Bastava, Sr. Secretário, aplicar as conclusões daquela comissão e muita coisa estaria resolvida, mas o senhor teima em não aplicar, a não ser que essa sua tendência para fazer tudo de novo ignore o que está bem feito para trás. É claro que isto são anos de atraso e é claro que vamos morrendo cada vez mais do que os outros e o Governo vai “assobiando” alegremente para o lado com esta tristeza que é a realidade açoriana regional, perante a realidade nacional.

Para já ficava por aqui. Agradecia que desse algumas explicações, sobretudo em relação às taxas de mortalidade. Que medidas urgentes vai o Sr. Secretário tomar para

as taxas começarem a diminuir como se impõe numa região civilizada, numa região que quer convergir com o Continente e com a Europa?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, como quero usufruir de mais tempo, uso da palavra para uma intervenção e não para um esclarecimento.

Têm-se dito nesta Casa barbaridades, nomeadamente pelo Sr. Deputado Artur Lima que se contradiz a determinadas alturas da sua intervenção. Diz que se gastou de mais e se esbanjou, mas depois diz que não se aplicaram os recursos necessários.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ao objectivo necessário!

A Oradora: Gostaria de referir, para melhor explicar e se compreender o que se passa com a Saúde, que os seus custos têm evoluído de uma forma rápida e com custos muito acrescidos, por razões que todos já conhecem, mas que vou relembrar.

Por um lado, temos o aumento da longevidade, logo o número de idosos, das doenças crónicas e, acima de tudo, com a constante inovação na Saúde.

Essa constante inovação na Saúde não quer dizer só introdução de novos equipamentos, mas sim de técnicas de intervenção clínica e tecnologia, nomeadamente no que diz respeito a novas moléculas, novos medicamentos, principalmente os medicamentos para as doenças oncológicas.

O que sucede ao nosso Sistema de Saúde que com a Autonomia começou praticamente do nada?

Nós começámos com um desfasamento enorme. E o que é que tem sucedido?

Necessitamos de mais recursos humanos, necessitamos de um maior número de pessoas especializadas. Isto são custos. Isto representa custos.

Nesse sentido, gostaria de lembrar a estrutura dos custos da Saúde.

Dos 184 milhões, 907 mil, 232 euros (184.907.232 euros), que é o orçamento do SRS, 51% são para despesas com pessoal. Não é só por causa das horas extraordinárias, mas também porque – como o Sr. Deputado Artur Lima sabe – num centro de saúde de uma ilha que não tem hospital, tem de haver um serviço de

urgência 24 horas. Se tiver 3 médicos nesse centro de saúde, haverá muitas horas extraordinárias. É impossível manter um serviço desses sem o pagamento de horas extraordinárias. Isso também é verdade.

Se a dada altura a tutela der uma indicação a um hospital de que a urgência de uma dada especialidade (que pode acontecer provavelmente uma só vez no mês, mas com consequências gravíssimas para a vida de uma pessoa) não é aceite que fique de prevenção, no mínimo, será criticada por todos.

Isto é uma das realidades dos custos de uma Saúde com qualidade.

Portanto, se da estrutura dos custos da Saúde 51% são para despesas com pessoal e se 25%, mais ou menos, são para prescrição médica, ainda se tem de comprar todo o material para o próprio acto médico, vejam como os custos são elevados, e são elevados à custa de determinadas estruturas complexas e difíceis de controlar ou mexer.

Gostaria de referir ainda outro aspecto importante e complexo na Saúde que é uma das características da despesa.

Em Saúde há uma coisa fundamental que se chama aleatoriedade e imprevisibilidade quanto ao momento da despesa requerida do ponto de vista individual.

Sr. Deputado, sei que tem que ouvir coisas que não gosta de ouvir, mas paciência,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já sei de cor!

A Oradora: ... os outros senhores deputados são capazes de gostar de compreender o Sistema. Vai ter de ouvir, mas se não quiser não tem importância.

Ainda há outra questão importante. É que em qualquer Sistema de Saúde, cujo financiamento, quer seja por um seguro obrigatório advindo dos impostos, quer devido a um seguro não obrigatório, como nos Estados Unidos, há sempre outras questões difíceis de intervir.

Uma dessas questões diz respeito ao terceiro pagador, a pessoa quando vai à procura do cuidado médico não paga, porque fez o seu seguro para não pagar, isto aumenta a despesa (por maior procura) e não há solução para isso. Esses países também não a encontraram.

Outra questão muito importante, e esta é preciso referi-la, é que em Saúde, ao contrário de outras actividades, do ponto de vista económico, hoje, aumentando a

tecnologia, introduzindo inovação, não leva directamente ao aumento do número de consultas do médico ou do número de injeções por enfermeiro. Isto está perfeitamente estabelecido e é o mesmo que há 20 anos.

Vejam o nosso Sistema de Saúde, o que já introduzimos, e os seus custos em tecnologia e inovação.

Mas, há o outro lado. Não se pode fazer nada para racionalizar esses custos? Pode-se, sim senhor, deve-se fazer e têm-se feito. Então vamos a isso, vamos tentar explicar como é que se pode conseguir.

Um sistema pode controlar ou racionalizar os seus custos diminuindo a qualidade.

Como é que se pode fazer isso?

Não permitindo a introdução de novos medicamentos para tratar as doenças oncológicas, não permitindo a entrada de novas técnicas, não adquirindo determinados equipamentos. É claro que diminui os custos, mas não é isto que as pessoas querem.

Claro que também pode-se racionalizar por via do aumento da eficiência.

Como é que se aumenta a eficiência?

Aqui vem a questão que o Sr. Deputado colocou. A eficiência vê-se pelo aumento da produtividade, não só no número de consultas, não só no número de cirurgias, mas também por aí.

E como é que podemos controlar a qualidade?

É introduzindo sistemas de qualidade, como foi dito aqui pelo Sr. Secretário.

Se nós já temos um protocolo com o IQS – Instituto de Qualidade da Saúde, para os cuidados primários de saúde, estes virão a ter um plano de controlo, através da implementação de programas de qualidade, (o Hospital de Ponta Delgada também está a implementar um sistema), estamos melhorando a eficiência através de duas vias: aumentando a produção e introduzindo sistemas de qualidade.

O documento Orçamento tem alguns dados claros e responde a um dos seus indicadores sobre a mortalidade (não sei onde é que foi arranjar esses números), porque a mortalidade na Região Autónoma foi, em 2003, de 11.1 por 1000 e em Portugal Continental de 10.4 por 1000.

Onde é que está o dobro que o Sr. Deputado referiu aqui?

Não percebo.

Este é o número geral, depois as doenças vão-se distribuir por ele. Podemos ter mais mortes do que no Continente, pela doença A ou B, mas o número global de mortes é este. Faça contas, por favor.

Outra coisa que gostaria de referir para ficar mais claro, e no que diz respeito à eficiência e à procura da melhoria da eficiência como racionalização dos nossos recursos, é (lendo mais uma vez o documento) ver, por exemplo, o número de consultas, de urgências, ver o número dos doentes saídos, a demora média nas camas dos nossos hospitais, o número de exames de diagnóstico, o número de terapêuticas e ver o esforço, e isto representa custos, como eu já referi, do aumento do número de médicos, de enfermeiros, de técnicos de diagnóstico e terapêutica e outro pessoal.

Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, acho que se lesse melhor estes documentos, com certeza, não anunciaria determinadas taxas perfeitamente desactualizadas, porque as leu em algum documento idóneo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Não sei por que é que se ri...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já vai perceber!

A Oradora: ... porque acho que este documento é idóneo.

O INE também tem taxas e números idóneos.

Para terminar, Sr. Deputado, então a introdução do sistema informático na saúde não é fundamental?

É fundamental para ir de encontro àquilo que o Sr. Deputado disse.

O Sr. Deputado disse uma verdade ao referir que nós temos que ter o maior número de informação possível para poder analisar a evolução do nosso Sistema de Saúde.

Isto só é possível se nós tivermos um sistema informático integrado, que faça a gestão das unidades de saúde e a gestão do próprio doente.

Portanto, é essencial. Aliás, a implementação dessa rede informática é fundamental também para implementar a teleconsulta (que é a telemedicina), porque pontualmente nós já fazemos telemedicina.

O Centro de Saúde das Flores liga-se à Horta, a Horta liga-se a um hospital do Continente, mas é algo pontual.

Nós falamos de um sistema integrado e organizado de teleconsultas.

Por isso, Sr. Deputado, gostaria que lesse os documentos com maior atenção e veria que muitas das propostas enunciadas vão de encontro à racionalização e vão de encontro a uma maior produção no Serviço Regional de Saúde, ou seja, a melhoria das acessibilidades.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Nós gostaríamos de saber para quando a regulamentação do emprego protegido na Região?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

De facto, as suas perguntas são fundamentadas, que eu considero, sob o ponto de vista da terminologia, “cirurgicamente” orientadas, e vêm permitir, de uma vez por todas, esclarecermos algumas situações que são pertinentes esclarecer.

Primeiro ponto: o litotritor adquirido para o Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

É um processo que se iniciou no Governo anterior, cuja evolução terminou na adjudicação desse equipamento em Maio deste ano de 2005. A empresa a quem foi atribuída a aquisição desse equipamento tinha uma cláusula que era de fazer obras no espaço onde iria colocar o equipamento.

Esse equipamento veio para a Região sem conhecimento prévio do Hospital e ficou instalado no transitário. Quando se levantou pela primeira vez essa questão e que perguntei ao Conselho de Administração do Hospital de Angra se existia esse equipamento, automaticamente disseram que não. Só depois dessa notícia pública é que então o transitário informou o hospital que, de facto, tinha lá o equipamento.

A empresa responsável pelo equipamento e por executar as obras no espaço de instalação do equipamento não teve, até então, a responsabilidade de informar o hospital e desencadear os mecanismos para os quais se tinha comprometido.

A partir daí com certeza que exigimos que tomassem as medidas imediatas e que levassem à colocação do equipamento o mais rapidamente possível.

Esse espaço foi disponibilizado no hospital. A empresa contactou algumas empresas locais para preparar o espaço, porque as paredes têm que ser baritadas e as empresas que foram contactadas para baritar as paredes pediram preços astronómicos a essa empresa.

O que é que aconteceu?

A empresa então optou por fazer a aquisição de placas com essas condições, adquirindo-as na Alemanha e trazendo-as para os Açores, porque sai muito mais barato.

Neste momento a informação que temos é que essas placas estão já no porto de Leixões a aguardar transporte para a Região para ser colocado o equipamento do litotritor.

Quero também esclarecer que nos últimos 5 anos a média de doentes que se deslocaram para o Continente para serem sujeitos a tratamento de litotricia extracorporal ronda a média dos 150.

Nós sabemos que o número relativamente ao Hospital de Angra é metade daquele que acontece no Hospital de Ponta Delgada. Isso não está em causa. Foi integrado no plano de investimentos do próprio hospital, foi decidida a requisição, está adquirido e vai começar a funcionar tão rápido quanto a empresa disponibilize o espaço e a montagem do equipamento.

Numa entrevista, o Dr. Fragoso Rebimbas colocou-me essa questão. Eu expliquei-lhe claramente os procedimentos e disse-lhe qual era a evolução e qual era a minha posição relativamente a essa questão.

Relativamente ao mamógrafo móvel, em Janeiro deste ano a Sra. Dra. Leonor Anahori que então fazia parte da Direcção do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro, solicitou-me uma audiência, que ocorreu em Ponta Delgada, e deu-me a conhecer que tinha desencadeado, no núcleo de São Miguel, um

conjunto de iniciativas para fazer um peditório, que tinha por finalidade doar ao Governo Regional, para efeitos de aquisição de um mamógrafo móvel para o rastreio do cancro da mama.

A minha conversa com a Sra. Dra. Leonor Anahori foi de que se for entendimento da Liga fazer a doação dessa verba ao Governo, estamos totalmente disponíveis, sendo preciso desencadear os mecanismos legais, uma vez que a Liga Portuguesa Contra o Cancro é uma entidade privada, social, que tem os seus estatutos, rege-se pelas suas normas estatutárias. Portanto, terá que tomar a iniciativa junto do Governo Regional, dizendo que tem esta importância e que querem doá-la.

Houve processos, os quais eu me abstenho de comentar, dentro inclusivamente da própria estrutura da Liga Portuguesa Contra o Cancro, porque a Sra. Presidente do Núcleo Regional da Liga Contra o Cancro continua a dizer que já disponibilizou ao Governo essa verba. Não a disponibilizou por via oficial nem à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, nem à Presidência do Governo.

Portanto, estamos a aguardar que a Liga Portuguesa Contra o Cancro nos diga claramente qual é a verba que tem, o que quer fazer da verba e dizer quanto é que quer entregar. Estamos totalmente disponíveis.

Gostaria aqui também de desmistificar um pouco a questão do mamógrafo móvel.

O mamógrafo móvel é um equipamento rentável, útil, conheço-o, já estive num projecto desses que se iniciou na Zona Centro, mas nós estamos numa Região descontínua e quando fazemos o transporte desse equipamento, quer entre ilhas, quer na própria ilha, obriga a que haja uma aferição desse equipamento, o que leva a que tenha que aumentar o tempo de exequibilidade das suas situações.

O que é que nós estamos a fazer?

Há necessidade de fazer investimento em novos equipamentos de radiologia, equipamentos com funções digitalizadas, para entrar no circuito de informatização do Serviço Regional de Saúde. Portanto, já alguns centros de saúde avançaram no seu plano de investimentos com a aquisição da proposta de equipamento de radiologia que pode estar acoplada a um aparelho de mamografia.

Volto a referir que estamos totalmente disponíveis para, junto da Liga Portuguesa Contra o Cancro, se for essa a intenção, recebermos essa verba e fazermos aplicar o rastreio do cancro da mama.

Relativamente ao aumento da produtividade das consultas, os dados que possuímos – tenho números que podia dizer em relação a todas as especialidades, número de médicos, número de consultas por ano, por hospital, mas isto ia ser muito fastidioso, se quiser posso-lhe entregar cópia – é que, de facto, a nível dos hospitais e dos centros de saúde, nos últimos anos, há um aumento de primeiras consultas e de consultas seguintes e há também uma diminuição do acesso aos serviços de urgência e aos serviços de atendimento permanente.

O número de médicos está mais ou menos estável, se bem que na clínica geral/medicina familiar, há tendência para diminuir, por razões que depois podemos falar, quando responder ao Sr. Deputado Artur Lima, embora continuamos a divulgar os incentivos que temos para recrutamento desses médicos, como também para que se consiga preencher os quadros dos centros de saúde que estão ainda extraordinariamente carenciados Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. São estes os centros de saúde particularmente carenciados em médicos de medicina geral/medicina familiar.

Quando à questão da consulta do pé-diabético, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o pé-diabético é uma situação que decorre das consultas de endocrinologia, na área da diabete. Portanto, é uma situação que decorre da própria consulta, das próprias iniciativas. São feitas normalmente em equipa, muitas vezes pode ser feito por um enfermeiro ou por um técnico superior de saúde que, em colaboração com o médico dessa área específica, faz o acompanhamento.

O único hospital que tem isso separado é o Hospital da Horta e, curiosamente, o Hospital da Horta não tem endocrinologista. Há aqui alguma discrepância nas questões de estatística que vai obrigar, de facto, apesar de já termos insistido a fazer cursos de formação a quem trabalha na estatística e na recolha de estatística, para que todos tenham os mesmos procedimentos nos registos e na avaliação das situações.

Vai-nos obrigar a continuar a insistir para fazermos uma colheita de dados que sejam compatíveis e, até, que possam permitir comparar os dados não só entre unidades de saúde na Região, como também entre a Região e o Continente.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima, antes de responder gostaria de dizer o seguinte:

Na sua intervenção de tribuna disse que a Região tomava iniciativas de marginalizar os médicos de clínica geral/medicina familiar. Não concordo consigo! Se assim fosse, eu também estava auto marginalizado. Nunca me senti marginalizado. Foi coisa que nunca aconteceu.

Por outro lado, gostaria de dizer que eu, como outros médicos que estão cá há mais tempo, precisamente por isso, porque tínhamos necessidade de aglutinar os nossos médicos de clínica geral e incentivá-los a permanecer e a chamar outros, começámos, em 1989, por fazer as Primeiras Jornadas dos Médicos de Clínica Geral dos Açores, que se têm vindo a replicar de dois em dois anos, para não só pôr os médicos que estão espalhados pelas ilhas que não têm hospital a falar, a conhecerem-se, a perceber e a dizer o que é que fazem nos seus serviços, para assim tentarmos melhorar a qualidade, a prestação de serviços e também trocar experiências com os médicos que vieram do Continente.

Quanto à formação dos médicos, dir-lhe-ei que, com certeza, como em todas as áreas, é fundamental a formação permanente e contínua.

A formação está determinada, quer pela via institucional, quer pela via pessoal. Faz parte do plano de formação da Direcção Regional da Saúde, agora, a formação pessoal e individual depende muito da vontade do médico e depende sobretudo do seu brio pessoal e profissional. Nesse aspecto, penso que cada um irá fazer a formação que entender como mais útil.

Dir-lhe-ei, quanto às taxas de mortalidade que tem, que não conheço esse documento. O que lhe posso dizer é que relativamente ao número de óbitos na Região, nas diversas áreas que disse, desde a diabetes à pneumonia, desceu, menos a morte por diabetes que aumentou.

Em relação a todos os outros, temos:

- doenças do aparelho respiratório - passámos de 65 óbitos em 2000 para 60 em 2003;

- pneumonias – passámos de 98 óbitos para 84;
- doenças cérebro vasculares – passámos de 417 para 368;
- cardiopatia isquémica – 359 para 320;
- tumores malignos – de 90 para 65;
- tumor da mama – 42 para 37.

De facto, os dados que possuo apontam que há uma diminuição das situações, o que não implica que não estejamos preocupados com essa situação e daí o termos proposto, como anunciei da tribuna, a criação dos programas específicos para estas áreas (não lhe estou a dar música, estou-lhe a dizer o que é que vamos fazer).

Portanto, os programas vão ser feitos e vão ser implementados.

Mas, Sr. Deputado, não é com um programa, com objectivos, com metas e com estratégias que nós alteramos só estes números.

É preciso envolver a educação, a alteração de estilos de vida, de comportamento, alterações alimentares, combate aos sedentarismo, combater o tabagismo.

Há um conjunto de circunstâncias que não é só da exclusiva responsabilidade da saúde. É da exclusividade da comunidade e dos diversos sectores envolvidos nesta problemática.

De qualquer das maneiras vamos avançar com os programas e vamos avançar com estes planos, como também vamos avançar, como sabe, com o programa saúde oral.

Relativamente à questão da política do medicamento, a Região não tem competência nessa área. A única entidade pública com responsabilidade na política do medicamento é o INFARMED. Nós não podemos intervir na política do medicamento.

Relativamente a incentivos à fixação, quando falou aqui na questão dos médicos estrangeiros, quero-lhe dizer que os médicos estrangeiros dos países de leste, sobretudo, para serem reconhecidos e fazer formação têm que estar reconhecidos na Ordem dos Médicos e inscritos, e depois então, em igualdade de circunstâncias, concorrerem à sua formação.

Quero-lhe dizer complementarmente que nós já contactámos a Gulbenkian, que desencadeou um conjunto de formação de médicos na área da clínica geral oriundos

dos países de leste, para tentar saber se alguns dos médicos que foram formados lá querem vir para a Região, melhorando os quadros que são deficitários.

Quanto à questão da presença física e das prevenções, a Sra. Deputada Fernanda Mendes já falou.

Em relação à Telemedicina, apesar de não estar estruturada na rede, já existe nas Flores e funciona muito bem. Estive lá outro dia e testei. Existe também no Hospital da Horta, no Centro de Saúde de São Roque do Pico e vamos continuar a instalar. Com passos seguros nós podemos instalar este sistema, porque, por um lado, há que criar condições nos lugares de origem que são os Centros de Saúde, e depois criar condições nos hospitais que terão que ter lá os médicos que vão ter este tipo de apoio. É preciso não esquecer que o problema da telemedicina levanta situações sob o ponto de vista legal, porque ainda não há uma legislação nacional que venha definir de quem é a responsabilidade do acto médico prestado através da telemedicina.

Isto tem sido muito discutido, estamos a acompanhar e vamos tentar ver se ultrapassamos esta situação, porque estamos numa Região com estas características num território descontínuo.

Quanto à questão da gestão, quero dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que li, reli e voltei a reler o relatório final da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Sistema Regional de Saúde, mas também quero dizer ao Sr. Deputado que estranho um pouco a sua situação, porque o seu partido absteve-se na votação desse relatório.

De qualquer das maneiras, eu tenho em atenção o relatório e estamos a tentar implementar as medidas que nele constam.

Sra. Deputada Maria José Duarte, relativamente à questão da implementação do emprego protegido na Região, vamos, em parceria com o Instituto de Acção de Social, de Reinserção Social e também com a Educação e com o Trabalho, fomentar, estimular e desencadear todos os mecanismos para tornar possível esta realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

A senhora devia ser talvez a última pessoa nesta casa a falar da maneira como falou e a acusar os outros de dizerem barbaridades.

A senhora não só não disse barbaridades, como fez barbaridades quando era Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

A senhora destruiu financeiramente, levou ao caos, o Serviço Regional de Saúde. Foi no seu mandato. A senhora aumentou a dívida substancialmente durante a sua gestão. Agora vem para aqui com uma conversa de recursos. Por que é que não os implementou quando teve oportunidade disso?

Que eu saiba, nunca fez nada disso. Não lhe reconheço nenhuma medida nessa matéria, mas isso agora não vem ao caso.

Pôr em causa os números, parece-me que eles são tão sérios, tão sérios, que a senhora não deve pensar que eu sonhei com eles esta noite e os vim aqui apresentar.

Eu julgo que pelo menos há que dar credibilidade a quem vem aqui de uma forma séria apresentar números que vos envergonham, nos envergonham a nós, envergonham a todos e envergonham a política da saúde deste Governo.

Como o Sr. Secretário disse e muito bem, mal não fora o avanço que se fez nas outras determinantes da saúde, (nas sociais, nas condições de habitação, etc., etc.), então aí, Sr. Secretário seria o caos.

Isto prova que falhamos na política específica de saúde e não nas suas determinantes a nível geral. Percebe? Porque a nível social avançamos sim senhor; a nível de melhoria da habitação, avançamos sim senhor, e isso contribuiu muito para a elevação do estado de saúde da população. Basta pegar em qualquer livro e ver as determinantes de saúde. Nisso estamos de acordo. Eu reconheço o que este Governo fez bem.

Aponto aquilo que os senhores não são capazes de fazer.

Quando eu digo que gastam ou gastaram, estão lá há quase 10 anos e não dirigiram a política para os objectivos que eram necessários, porque se for dar um *roll roys* a um pobre, ele não tem dinheiro para pôr gasolina lá dentro, nem tem para pagar o seguro. Quando a Sra. Deputada Fernanda Mendes vem falar no sistema de informatização digital dos Açores, eu quero lá saber desse sistema quando nós morremos que nem tordos. Temos as mais altas taxas de mortalidade.

Sr. Secretário, eu compreendo que seja difícil para si engolir estes números, mas é isso que os senhores têm que explicar e não conseguem fazê-lo.

Enfrentem o problema. Não vale a pena escondê-lo.

Temos que o enfrentar e todos contribuir para resolver. Eu, por mim, ficaria muito satisfeito.

É isso que temos que fazer e meter a cabeça na areia como a avestruz.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, acabou o seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

O relatório, Sra. Deputada Fernanda Mendes, é este e chama-se “Risco de morrer em Portugal”. É de 2003, da Direcção de Serviços de Informação e Análise, Divisão de Epidemiologia, Direcção Geral de Saúde. É o mais actual que há.

Se a Sra. Deputada tem o descaramento de pôr isto em causa, é realmente um atrevimento, para não lhe dizer outra coisa, pelo respeito que tenho por si.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima disse que ao ouvir falar o Sr. Secretário da Saúde até parece que estamos numa Região maravilhosa, onde há muita saúde. Ainda bem que o Sr. Deputado não faz estatísticas sobre as questões psiquiátricas nos Açores, porque senão, isto parecia uma região de doidos.

Olhando as percentagens, o Sr. Deputado Artur Lima está a analisar a questão da percentagem pela forma errada, porque se o Sr. Deputado analisar a ocorrência, por exemplo, de uma morte infantil na Ilha do Corvo, obviamente que a percentagem é elevadíssima.

O senhor tem que ver as coisas por esse prisma, por essa análise. Isso é o mesmo que eu ir ao dentista, se tiver menos dentes e tiver dois estragados, obviamente que a percentagem é maior. Por isso o senhor não está a analisar as coisas pela forma correcta.

Relativamente a outras questões da catástrofe, do despesismo na Região Autónoma dos Açores, em termos de saúde:

O Sr. Deputado Artur Lima devia saber que nós vivemos num arquipélago com 9 ilhas, com vários centros de saúde, com 3 hospitais e é óbvio que isso acarreta despesas que em relação ao continente são maiores.

Se o senhor quer reduzir e acha que isto está mal tem que dizer em que ilha é que deixamos de ter centro de saúde e que hospital é que vamos retirar.

A sua análise à saúde é mesmo catastrófica. Só que o senhor faz a análise da forma que lhe convém, de uma forma demagógica que não é correcta.

Depois, ainda por cima, tem o condão de vir aqui fazer acusações graves, nomeadamente a uma colega nossa que já foi secretária. Faz as acusações, mas não apresenta os números, nem viu a razão desses números.

Por isso, gostaria de lhe apontar outras contradições no seu discurso.

Diz que, primeiro está-se nas tintas para a informatização do Serviço Regional de Saúde, mas eu quero que o senhor saiba que a informatização do Serviço Regional de Saúde também permite ter uma rede de dados e voz que vai permitir a introdução da telemedicina.

O senhor é contra essa política e esse investimento, mas por outro lado quer que tenhamos telemedicina.

Como é que o senhor quer ter telemedicina sem essa rede? Explique.

Além disso, o Sr. Deputado fez uma intervenção onde apontou imensos resultados de forma catastrófica. O Sr. Secretário respondeu-lhe com medidas que já estão tomadas, com grupos de trabalho que já estão criados e com a implementação de políticas que já foram colocadas ao longo do ano de 2005 e que vai incrementar em 2006 e está a responder em parte a essas questões que o senhor aqui colocou.

Só que o senhor não quer prestar atenção a esse assunto nem ver as coisas da forma que as deve ver.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dar uma pequena informação e um esclarecimento.

Quando o Sr. Deputado Artur Lima refere a questão do que está para trás e bem feito, com certeza. Eu não tenho problema nenhum em assumir que o que está para trás e que está bem feito é para se manter bem feito, é para se consolidar.

O que está menos bem feito, temos que tentar mudar e avançar e temos que inovar, mas para isso, para inovar e reestruturar temos que ter itens que são fundamentais:

- conhecer realmente o sistema, e estamos a trabalhar para conhecer;
- planear;
- decidir.

Mas já passámos, estamos nessa fase e vamos avançar.

Quanto à questão da qualidade, afirmei na minha intervenção que iniciámos, de facto, a avaliação da qualidade das unidades de saúde num protocolo assinado pelo IQS, no tempo da Dra. Fernanda Mendes, enquanto secretária. Só agora é que chegou à nossa vez, porque o único instituto em Portugal é o IQS e é o instituto que vai priorizando as suas acções. Só agora é que chegou à nossa vez, é agora que vamos avançar e continuar.

Quanto à creditação do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, está envolvido num processo de acreditação.

O Hospital de Angra já fez um pedido de aderência para entrar nesse mesmo sistema e está a aguardar a sua vez e o Hospital da Horta também.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gosto muito de uma expressão brasileira que diz:

“- Quando não se tem argumentos, parte-se para a ignorância!”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi o que a senhora fez!

A Oradora: Não entro nessa linha. Estou nesta Casa há 9 anos, nunca precisei ofender ninguém e vou continuar assim, porque esta Casa serve para debater ideias, debater posições, dados e não para ofender pessoas.

De facto, esse não é o meu espírito, não é a minha atitude e quem me conhece bem sabe que não é. Pelo que tenho dito a esse respeito, aqui, em saúde, Sr. Deputado, não existem determinantes, existem indicadores de saúde.

Esses indicadores de saúde são vários. Eu tenho que me rir, porque o Sr. Deputado faz aqui cenas histriónicas, como se soubesse tudo.

Não sou eu que o digo. Existem indicadores de saúde que medem a evolução do Sistema de Saúde e da população.

No documento do Orçamento, agora em análise, podemos ver que a taxa de natalidade na Região Autónoma dos Açores, em 1993, era de 15,5 por 1000. Em Portugal Continental, 11,4 por 1000.

Em 2003, a Região teve como taxa de natalidade 12,9 e o Continente Português 10,7.

Ou seja, nós temos uma boa taxa de natalidade, comparando com o Continente e temos um ligeiro aumento da taxa de mortalidade relativamente ao Continente e temos que ler as coisas assim.

Estes números são enviados para fora, para o INE, para que os relatórios a nível europeu possam ter esses números.

Gostaria de dizer que a taxa de mortalidade infantil tem vindo a diminuir consistentemente, embora com pequenos ciclos ao longo dos anos por causa dos nossos números pequenos, mas quero referir que a taxa de mortalidade infantil na Região, em 1993 era de 10,8 por 1000 e em 2003 até foi de 2,9, um número baixíssimo. É lógico que em 2004 teria que subir um pouco.

O que importa é que a curva é de descida.

Isto quer dizer que se tem trabalhado ao longo dos tempos no que diz respeito aos cuidados maternos e infantis no sentido dessa taxa diminuir.

Gostaria de dizer mais, Sr. Deputado.

Presidente: Sra. Deputada, terminou o seu tempo.

A Oradora: Fica para a próxima.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes: A senhora usou uma expressão brasileira, é natural. Eu prefiro uma portuguesa: a senhora “deu o pau para as colheres”.

Se alguém se referiu aqui em termos menos próprios, foi a senhora quando usou o termo *barbaridades*. Não fui eu que o referi, foi a senhora na sua intervenção.

Eu não lhe quero chamar mais nomes, por isso mesmo vou ler o 3º capítulo do livro “Educação para a Saúde” que diz:

“Os determinantes de saúde (pelos vistos existem) embora interligados e interactivos podem ser agrupados em várias categorias: biológicos, comportamentos e estilos de vida, ambiente e condições de vida, sócio-económicos e o sistema de saúde.”

A senhora disse que não existiam.

Deputada Fernanda Mendes (PS): São condições!

O Orador: Se a senhora não sabe o que é que diz, o problema já é seu. A senhora disse que não existiam determinantes em saúde. A senhora acabou de o dizer e isso, Sra. Deputada, eu não vou classificar, porque aí era uma palavra realmente muito feia para classificar quem não sabe o que é que são determinantes em saúde.

Indicadores em saúde é outra questão.

Fica o esclarecimento. Espero que tenha sido eficaz.

Sr. Deputado Rogério Veiros, o senhor sabe o que é a telemedicina? É a pergunta que tenho para lhe fazer, porque vem associar a telemedicina a um complexo do sistema informático e é preciso investir muito na rede informática.

Para o Sr. Secretário da Saúde, mais uma perguntinha. Eu não o vou massacrar mais, eu percebo que o senhor já está massacrado com estes números, que está realmente preocupado, que vai fazer alguma coisa para resolver aquelas taxas de mortalidade.

Estes números são reais e oficiais. Quero chamar a atenção porque as taxas de mortalidade são oficiais, para que não haja dúvidas.

Nesses programas todos, no programa de cuidados continuados e paliativos, temos o “Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos”. É isto mesmo que quer dizer?

E os outros? As outras pessoas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos começar por aí, porque o grande número de pessoas que necessitam de cuidados continuados e paliativos são as pessoas que estão fragilizadas e que estão na grande maioria nos lares de idosos da Região.

A partir daí esse programa servirá para replicar para os outros que vierem a ter necessidade nessa área.

Temos que começar por um lado e esses são a nossa prioridade...

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** E a minha pergunta? Exclui os outros?

O Orador: ... para lhe dar melhor qualidade de vida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápido.

O programa de cuidados continuados deve-se aplicar, é para aplicar, aos doentes oncológicos e aos doentes dependentes. Todos eles precisam disso.

Pergunto: isto é o início e será estendido aos outros?

Sr. Secretário, a dúvida é legítima. Isso não está aqui escrito.

Quero uma explicação.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Eu respondi que era nossa prioridade!

O Orador: Se é só idosos, está a excluir todos os outros e infelizmente os doentes oncológicos, hoje em dia, precisam muito de cuidados continuados.

Hoje em dia temos muitos doentes dependentes, grandes dependentes que ainda não são idosos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não vou estar aqui com definições do que é uma determinante, se é esse o termo ou não, porque, Sr. Deputado Artur Lima, a questão é esta:

Nós temos tido uma evolução positiva nesta Região, no que diz respeito à saúde dos açorianos. Isto é uma verdade inquestionável e é reconhecido por todos.

Não precisamos de melhorar?

Claro que precisamos de melhorar.

Temos ineficiências?

Claro que temos ineficiências.

Isto sempre tem sido dito, mas a nossa senda é contrariar estas ineficiências e sem desequilibrar o Sistema Regional de Saúde.

Digo-lhe mais:

Sr. Doutor e Deputado Artur Lima, eu tenho tido responsabilidades na área da Saúde desde 1994. Lembro-me perfeitamente bem que, já nessa altura, tínhamos dívida na unidade de saúde a que estive à frente da sua gestão e havia um défice de exercício do hospital e do Serviço Regional de Saúde que preocupava toda a gente. Veja: um défice anual praticamente fixo!

Esta dificuldade nós também temos tido, mas é uma dificuldade que todos temos tido, e porquê?

Porque não diminuámos a qualidade, porque não travamos a entrada de recursos humanos nesta Região, porque, veja Sr. Deputado, nós, entre 99 e 2004, aumentámos o número de médicos de 352 para 465 e mesmo com toda a dificuldade de chamar médicos de clínica geral, o esforço tem sido enorme e conseguimos aumentar de 118 médicos de clínica geral para 125, numa altura em que a carência é extremamente grave, quer no Continente, quer cá.

Temos aumentado o número de cirurgias, por exemplo, de 94 para 2005.

Portanto, temos aumentado as respostas aos cidadãos, aos açorianos.

Não é suficiente! Claro que não é suficiente, por isso foram apresentados uma série de programas para melhorar as acessibilidades e para melhorar a saúde dos açorianos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos terminar os nossos trabalhos por hoje.

Recomeçamos amanhã às 10 horas, com as inscrições que já chegaram à mesa.

Entretanto vamos indicar os tempos que ainda faltam:

Deputado Independente: 10 minutos

CDS/PP: 24 minutos

PSD: 54 minutos

PS: 121 minutos

Governo – 121 minutos.

Boa noite. Bom jantar. Até amanhã.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Catarina Paula Moniz Furtado

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Victor do Couto Cruz

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa Alves

Nélia Maria Pacheco Amaral

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*